

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA  
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DA LINGUAGEM

ALEXANDRE KUARAY DE QUADROS

RACISMO: LUTA DIÁRIA E DESAFIO DO ESTUDANTE INDÍGENA NA  
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA (UEPG)

PONTA GROSSA

2022

ALEXANDRE KUARAY DE QUADROS

RACISMO: LUTA DIÁRIA E DESAFIO DO ESTUDANTE INDÍGENA NA  
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA (UEPG)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Ponta Grossa como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Estudos da Linguagem.

Área de Concentração: Linguagem, Identidade e Subjetividade

Orientador: Prof.<sup>a</sup> Dra. Leticia Fraga

PONTA GROSSA

2022

Q1 Quadros, Alexandre Kuaray de  
Racismo: luta diária e desafio do estudante indígena na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)/ Alexandre Kuaray de Quadros. Ponta Grossa, 2022.  
93 f.

Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem – Área de Concentração: Linguagem, Identidade e Subjetividade, Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Orientadora: Profa. Dra. Letícia Fraga.

1. Racismo – indígenas. 2. Lei 14995/2006. 3. Indígenas – ensino superior. 4. Política de permanência. I. Fraga, Letícia. II. Universidade Estadual de Ponta Grossa. Linguagem, Identidade e Subjetividade. III. T.

CDD: 808

ALEXANDRE KUARAY DE QUADROS

RACISMO: LUTA DIÁRIA E DESAFIO DO ESTUDANTE INDÍGENA NA  
UNIVERSIDADE

Dissertação apresentada para obtenção do título grau de Mestre em Estudos da  
Linguagem na Universidade Estadual de Ponta Grossa, Área de concentração em  
Linguagem, Identidade e Subjetividade.

Ponta Grossa, 02 de dezembro de 2022

Letícia Fraga - Universidade Estadual de Ponta Grossa

Ligia Paula Couto - Universidade Estadual de Ponta Grossa

André Marques do Nascimento - Universidade Federal de Goiás



Documento assinado eletronicamente por **Evanir Pavloski, Coordenador(a) do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem - Mestrado**, em 23/11/2022, às 15:12, conforme Resolução UEPG CA 114/2018 e art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **André Marques do Nascimento, Usuário Externo**, em 09/12/2022, às 09:15, conforme Resolução UEPG CA 114/2018 e art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Ligia Paula Couto, Professor(a)**, em 12/12/2022, às 09:12, conforme Resolução UEPG CA 114/2018 e art. 1º, III, "b", da

Lei 11.419/2006.

---



Documento assinado eletronicamente por **Leticia Fraga, Professor(a)**, em 12/12/2022, às 11:01, conforme Resolução UEPG CA 114/2018 e art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.uepg.br/autenticidade> informando o código verificador **1220452** e o código CRC **F10E33F0**.

---

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente a *Nhanderu* (Deus) por essa oportunidade.

Também agradeço a minha querida família, que sempre está ao meu lado: minha esposa Regina: agradeço muito por sempre me ajudando na lição de terminar esse trabalho, esposa, amiga ajudadora nos momentos difíceis e bons; meus enteados Josiane e Josias que sempre torceram por mim e especial o meu filho Miquéias que veio durante a Pandemia e durante a realização da pesquisa de tese.

À minha orientadora professora Letícia e às demais professoras, professora Lígia e professora Valeska que sempre me deram ideia como poderia fazer a pesquisa de dissertação. A essas pessoas queridas, meu muito obrigado.

Ao meu pai, que não está mais entre nós. O sonho dele era me ver saindo da universidade formado, mas não deu tempo de ver. Eu cumpri minha missão e realizei o sonho dele de me formar na graduação. “A vida nasce, cresce e morre, a natureza está pedindo socorro porque estão derrubando as árvores que dão oxigênio para nós vivermos. Nós, indígenas, temos uma ligação muito forte com a natureza, ouvimos o som das pedras que as correntes das águas vão lapidando, onde o rio fala com a gente. Quando você chega perto do rio sente paz e alívio porque água é vida. Os pássaros cantam agradecendo seu criador, os peixes nadam livremente sem saber o que está acontecendo neste momento. O guardião da floresta é a nossa ancestralidade, que estão sempre nos ensinando como sobreviver da natureza”. Essa é a minha visão.

Aos estudantes indígenas que me ajudaram a responder ao questionário.

Aos amigos e familiares da Terra indígena Rio das Cobras e Faxinal que me deram forças e apoio para o trabalho.

Obrigado à UEPG por nos receber e ajudar a vencer as batalhas da vida acadêmica.

A todos os professores, amigos, familiares e colegas o meu muito obrigado.

À CAPES, pela concessão da bolsa.

## RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo geral compreender como o racismo se manifesta contra a população indígena universitária da UEPG, considerando que o racismo está enraizado na sociedade brasileira. Como objetivos específicos, realizei um levantamento de relatos dos/as participantes considerando as seguintes categorias analíticas: a) o papel das políticas afirmativas contra o racismo; b) as situações de racismo vivenciadas/ presenciadas por estudantes indígenas na escola, universidade e outro locais; c) o papel da instituição para prevenir o racismo contra estudantes indígenas; d) o papel do racismo na evasão dos estudantes indígenas. O trabalho foi dividido da seguinte forma: inicialmente, apresento minha trajetória como estudante e pesquisador Guarani *Mbyá*, quando igualmente fui alvo de racismo dentro da instituição em que realizei meus estudos. Em segundo lugar, discuto como se deu o processo de invasão do território que hoje se chama Brasil e as consequências dessa invasão para os povos originários ao longo desses 522 anos de colonização para, então, discutir como se deu o processo de acesso ao Ensino Superior no Paraná por nós, indígenas, considerando que a UEPG compõe o conjunto das universidades paranaenses que realizam o Vestibular dos Povos Indígenas no Paraná, de acordo com a Lei 13134, de 18/04/2001, modificada pela Lei 14995, de 09/01/2006. Em terceiro lugar, discuto as origens do racismo contra os povos originários, a partir dos primeiros contatos violentos do homem branco europeu com os povos originários do oriente, violência de que somos vítimas até hoje. Por fim, discuto as experiências vividas pelos/as participantes da pesquisa, mostrando nossa realidade dentro da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Desse modo, meu referencial teórico é composto pela minha vivência como pesquisador indígena, em diálogo com autores negros/as como Kilomba (2021) e Almeida (2019) e de parentes como Coelho Takariju (2021), Jecupé (2020), Tuhiwai Smith (2018), Krenak (2019) e Luciano Baniwa (2006), dentre outros. Do ponto de vista metodológico, me amparei em Kilomba (2021), realizando uma pesquisa centrada em sujeitos, cujos dados foram levantados por meio de entrevistas narrativas biográficas com estudantes indígenas, que relataram suas histórias de vida e suas experiências pessoais ocorridas dentro de uma estrutura racista, como é o caso de uma Instituição de Ensino Superior. Como resultado, concluo que os estudantes indígenas da UEPG são vítimas de racismo estrutural, institucional e cotidiano, nos termos que expõe Kilomba (2021), razão pela qual buscam transformar a realidade que vivem neste espaço, para que possam efetivamente dele fazer parte, uma vez que o lugar do indígena é onde ele quiser e que a universidade é território indígena.

**Palavras-chave:** Racismo contra indígenas, Lei 14995 de 09/01/2006, Permanência de indígenas no ensino superior.

## RESUMEN

Esta disertación tiene como objetivo general entender cómo se manifiesta el racismo contra la población universitaria indígena de la UEPG, considerando que el racismo está arraigado en la sociedad brasileña. Como objetivos específicos, realicé un estudio de los informes de los participantes considerando las siguientes categorías de análisis: a) el papel de las políticas afirmativas contra el racismo; b) las situaciones de racismo vividas/presenciadas por los estudiantes indígenas en la escuela, la universidad y otros lugares; c) el papel de la institución para prevenir el racismo contra los estudiantes indígenas; d) el papel del racismo en la deserción de los estudiantes indígenas. El trabajo se dividió de la siguiente manera: inicialmente, presento mi trayectoria como estudiante e investigador Guaraní *Mbyá*, cuando también fui objeto de racismo dentro de la institución donde realicé mis estudios. En segundo lugar, discuto el proceso de invasión del territorio que hoy se llama Brasil y las consecuencias de esta invasión para los pueblos originarios a lo largo de estos 522 años de colonización. Luego, discuto el proceso de acceso a la Educación Superior en Paraná por parte de nosotros, los pueblos indígenas, considerando que la UEPG forma parte del grupo de universidades de Paraná que ostentan el Vestibular para los Pueblos Indígenas de Paraná, según la Ley 13134 del 18/04/2001, modificada por la Ley 14995 del 09/01/2006. En tercer lugar, discuto los orígenes del racismo contra los pueblos nativos, desde los primeros contactos violentos del hombre blanco europeo con los pueblos nativos del Oriente, violencia de la que somos víctimas hasta hoy. Por último, discuto las experiencias vividas por los participantes en la investigación, mostrando nuestra realidad dentro de la Universidad Estatal de Ponta Grossa. Así, mi marco teórico se compone de mi experiencia como investigador indígena, en diálogo con autores negros como Kilomba (2021) y Almeida (2019) y de familiares como Coelho Takariju (2021), Jecupé (2020), Tuhiwai Smith (2018), Krenak (2019) y Luciano Baniwa (2006), entre otros. Desde el punto de vista metodológico, me basaré en Kilomba (2021), realizando una investigación centrada en el sujeto, cuyos datos fueron recogidos a través de entrevistas narrativas biográficas a estudiantes indígenas, quienes contaron sus historias de vida y sus experiencias personales ocurridas dentro de una estructura racista, como es el caso de una Institución de Educación Superior. En consecuencia, concluyo que los estudiantes indígenas de la UEPG son víctimas del racismo estructural, institucional y cotidiano, en los términos que expone Kilomba (2021), por lo que buscan transformar la realidad que viven en este espacio, para que efectivamente puedan ser parte de él, ya que el lugar del indígena es donde quiera y la universidad es territorio indígena.

**Palabras clave:** Racismo contra los indígenas, Ley 14995 del 09/01/2006, Permanencia de los indígenas en la educación superior.



## RESUMO EM GUARANI

Kova'e pesquisa dissertação regua ma ome'e peteĩ objetivo jaikuaa pota aguã racismo nhandereko re ijayvuarei ikuai va'e regua re. nhama'e aguã ha'e va'e nunga onhembo'e va'e kuery Universidade Estadual Ponta Grossa UEPG) py. Kova 'e trabalho ma ajapo kuri peteĩ teĩ nhandeayvu aguã nhandereko re, levanvamento dados regua ma guiramingua py xeyvuu ta kova'e kuaxia re. Xee ma aexa racismo anhembo'eapy vy ma ambopara amombe'u aguã mba'eta pa xereko jurua kuery rekoa rupi: a) kuaxia políticas afirmativas contra o racismo regua; b) apy ma nhemoingo axy racismo nhande kuery oexa va'ekue nhembo'e aty rupi, universidade rupi voi; c) instituição kuaxia ma kova'enunga ndoikoi aguã; d) kova'e kuaxia ma racismo onhembo'e va'e kuery noxei aguã. Maetỹ 522 ma guive ay peve nhande kuery jaiko kova'e yvy re va'eri jurua kuery ma nda'i ja'ei rei ae tema okuapy nhanderee, ha'e nunga rupi guare ma kova'e kuaxia re xeyvuu pende penhembo'e va'e kuery pe, peju universidade rupi vy peiko katu aguã peaxa ayvy vaikue jurua kuery mbyte rupi, ensino superior Paraná pygua re ma UEPG ojepe'a oinỹ nhande kuery onhembo'e va'erã pe. Lei 13134, de 18/04/2001, modificada pela Lei 14995, de 09/01/2006. Kova'ere ma oguery ayvu yma gua kuery reko omongatu va'erã, va'ri Universidade Estadual Ponta Grossa pygua ma Opa rupi rei manongue ra'yxy kue oiko vy jairoigue py onhemonde rã mba'emo rei teĩ jaexa rã jaikovy mamorã rei jaarã'rã. Kilomba (2021) Almeida (2019) ha'e Coelho Takariju (2021), Jecupé (2020), Tuhiwai Smith (2018), Krenak (2019) ha'egui Luciano Baniwa (2006), ma kova'e assunto re ijayvu okuapy. ponto de vista metodológico, re ma ajapo Kilomba (2021) mab'ere. Ava kuery oma' ã rã hexe vy oexa rã mab'e xa pa ijayvu aguãre ima'endu'a oikovya, ha'e vy mava'eve nopenai rã nhanderee. Nonhangarekoi jurua kuery nhande kuery re. Ha'erami tei nahanha'ã kova'e espaço nhandevy jajopy aguã opaexa gua jaexa teĩ jaiko tema, mba'eta kova'e yvy ma nhanemba'e ae yma guive, jarovy'a katu apy espaço py nhavaẽ vy voi, japytu'u aguã. Kilomba (2021) mba'eapo rema xee ajeko kova'e kuaxia ajpo aguã Universidade estadual Ponta Grossa py onhembo'e va'e kuery ikuai va'e kuery ojexavai va'ekuere ambopara. Aguyjevete.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>9</b>
<b>CAPÍTULO 1 – A TRAJETÓRIA DO PESQUISADOR GUARANI MBYÁ.....</b>	<b>15</b>
1.1 Apresentando meu povo Guarani <i>Mbyá</i> .....	15
1.2 Quem sou eu, pesquisador Guarani <i>Mbyá</i> ? .....	24
1.3 Como realizei este trabalho? .....	27
<b>CAPÍTULO 2 – POVOS INDÍGENAS NO BRASIL: DA INVASÃO AO ENSINO SUPERIOR           NO PARANÁ.....</b>	<b>33</b>
2.1 De 1500 a 2022 .....	33
2.2 Acesso ao Ensino Superior no Paraná – Vestibular dos Povos Indígenas.....	37
2.3 Permanência dos estudantes indígenas nas universidades paranaenses .....	45
<b>CAPÍTULO 3 – RACISMO CONTRA OS POVOS INDÍGENAS NO BRASIL.....</b>	<b>49</b>
3.1 O que é racismo?.....	49
<b>CAPÍTULO 4 – COM A PALAVRA, OS ESTUDANTES INDÍGENAS DA UEPG .....</b>	<b>63</b>
4.1 Entrevistas, Análises e Participantes.....	63
4.2 Análise dos dados das entrevistas narrativas biográficas a partir das categorias de pesquisa.....	66
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>84</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>88</b>
<b>ANEXO A – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS ESTUDANTES .....</b>	<b>92</b>

## INTRODUÇÃO

Visando contribuir para a análise de como esse fato tem sido discutido atualmente no país, nesta pesquisa eu, Alexandre Kuaray de Quadros, pesquisador Guarani *Mbyá*, tenho o objetivo de refletir sobre como se dá o racismo contra os estudantes indígenas dentro da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), universidade pública do estado do Paraná, partindo do princípio de que vivemos em um país em que o racismo é estrutural (ALMEIDA, 2019).

Vários autores indígenas mostram que, a partir da visão de que a universidade, especialmente a pública, “arruma a casa” (BRUPAHI XERENTE, 2022, no prelo) somente para estudantes brancos, nós, estudantes indígenas que frequentamos esses espaços somos vistos de forma racista pela comunidade acadêmica ou universitária. Mesmo sendo povos originários deste território, não somos tratados de maneira igual às pessoas brancas. Não somos tratados como cidadãos brasileiros, mesmo que sejamos anteriores aos brasileiros, porque somos nascidos e criados aqui há dezenas de milhares de anos.

Esse território, que era só nosso, um dia foi totalmente tomado de nós, que somos os primeiros habitantes desta terra (*YVY*), que hoje é chamada Brasil. Atualmente existimos e resistimos para continuar ocupando o espaço que já era e continua sendo nosso, pois era e continua sendo de nossos ancestrais (*XAMÕI*), os quais o deixaram para nós.

Portanto, percebe-se que o princípio da Dignidade Humana não é aplicado como previsto nos Tratados Internacionais da Constituição Federal de 1988 em relação aos povos indígenas. Quando saímos de nossas aldeias e passamos a conviver com pessoas brancas, muitos de nós somos considerados por elas como pessoas estranhas, atrasadas e preguiçosas.

Ao longo dos 22 anos integrando o conjunto de instituições que garantem a política de acesso ao Ensino Superior pelos povos indígenas no estado do Paraná, somente nos últimos anos percebo que a UEPG tem recebido estudantes indígenas de maneira diferente, reconhecendo a cultura dos povos originários como prioridade para a instituição. Em 2021, ela contava com quase 30 estudantes indígenas em vários cursos

na graduação<sup>1</sup>, como medicina, enfermagem, direito, pedagogia, licenciatura em história, licenciatura em educação física, engenharia civil, ciências contábeis e odontologia e 4 na pós-graduação, no Mestrado em Estudos da Linguagem.

A Universidade passou a ter grupos de professores e alunos que estão à frente para ajudar e orientar alunos indígenas que têm dificuldade em relação aos estudos, adaptação à cidade e outros. A Comissão Universidade para Índios (Cuia), embora exista formalmente desde 2006, passou a ser um órgão vinculado à Pró-Reitoria de Assistência Estudantil (PRAE) quando esta foi criada, em 2018. Desde então vem ajudando os estudantes que saem de suas aldeias para estudar nas cidades, colaborando com orientações em relação às matrículas e outras demandas. E a PRAE também produziu cartilhas e manual de estudante com tradução para as línguas Guarani e Kaingang, a fim de ajudar os estudantes indígenas a compreenderem a universidade. Por fim, o Coletivo de Estudos e Ações Indígenas (CEAI), coletivo de que faço parte, está sempre pronto para dar apoio aos estudantes indígenas na Universidade.

Esse trabalho foi construído com base nas reflexões que fiz a partir do que vivi como acadêmico indígena do curso de Licenciatura em Geografia, entre 2013 e 2018, quando fui vítima de inúmeras situações de racismo por parte de alguns professores e alunos da instituição, e das leituras que fiz sobre o tema, em grande parte escrita por autores/as indígenas e negros/as.

Mesmo que pessoas negras também sejam vítimas de racismo, mantenho meu foco nos estudantes indígenas, uma vez que essa é a minha realidade. Eu sofri e a maior parte dos meus parentes sofreram racismo na universidade, situações essas que têm grande responsabilidade no fato de muitos jovens indígenas não conseguirem concluir seus cursos, levando-os a desistir da academia, porque o racismo incute na mente desses jovens que sonham estar numa universidade, que isso é muito difícil e complicado para eles, de modo que eles passam a pensar que não são capazes de concluí-los. Muitas vezes, eu mesmo me senti incapaz de continuar a graduação, mas com o passar do tempo superei todos os desafios.

Essa pesquisa traz algumas abordagens centrais a partir dos atos de discriminação a partir da vivência coletiva, ou seja, mostra que os que saem de suas aldeias para cursar algum curso na cidade sofrem por ser indígenas, especialmente em relação aos estereótipos relativos à forma de expressão oral (linguagem), cultural e costumes indígenas.

---

<sup>1</sup> Nos cursos de medicina, com 5 estudantes; enfermagem, com 4 estudantes; direito com 5 estudantes; pedagogia com 2 estudantes; licenciatura em história com 2 estudantes; licenciatura em educação física com 2 estudantes; engenharia civil, ciências contábeis e odontologia com um estudante em cada curso. Na pós-graduação, há quatro estudantes no Mestrado em Estudos da Linguagem, eu e Regina, minha esposa, além de 2 parentes de povos indígenas da Região Nordeste do Brasil.

Nesse sentido, o **objetivo geral** dessa pesquisa é compreender como o racismo se manifesta contra a população indígena universitária da UEPG, considerando que o racismo está enraizado na sociedade brasileira.

Como **objetivos específicos**, pretendo fazer um levantamento, a partir dos relatos dos participantes, em relação a) ao papel das políticas afirmativas contra o racismo; b) às situações de racismo vivenciadas/ presenciadas pelos estudantes indígenas na escola, universidade e outros locais; c) ao papel da instituição para prevenir o racismo contra estudantes indígenas; d) ao papel do racismo na evasão dos estudantes indígenas.

Do ponto de vista linguístico, cultural e religioso, as primeiras manifestações de racismo contra os povos indígenas apareceram desde o primeiro contato com a cultura branca. Já começou com a afirmação de que o índio era um animal, que não tinha cultura. O tempo foi passando, chegamos aos dias atuais e essa situação somente se agravou, de modo que continuamos lutando contra o racismo que sofremos em relação à forma como falamos, nos vestimos, nos comportamos e pensamos.

Infelizmente parece que essa problemática está longe de acabar, mas trago alguns pontos de esperança à questão: podemos diminuir esse problema? Se podemos, como? Qual o papel das pessoas brancas em relação a esse problema? Na minha opinião, considero que é preciso fazer a sociedade branca entender e compreender a realidade vivenciada pelos povos indígenas.

A **problemática** deste trabalho nasceu da minha vontade de trazer para a comunidade acadêmica questões importantes que necessitam ser debatidas. Como geógrafo que luta pela inclusão do indígena na sociedade brasileira, escolhi falar sobre o racismo contra indígenas nas universidades para, como afirma Djamila Ribeiro em relação à necessidade de discutir um feminismo negro, “definitivamente romper com a ideia de que não se está discutindo projetos. Ainda é muito comum se dizer que o feminismo negro traz cisões ou separações, quando é justamente o contrário” (BERTH, 2019, p. 13). Portanto, não sou eu, Alexandre Kuaray de Quadros, Guarani Mbyá, que inventei ou reforcei o racismo ao propor discutir o que eu e meus parentes sofremos na universidade. Escolhi falar sobre esta violência com o objetivo de mostrar que nossa sociedade já é desigual em relação a como estudantes indígenas são tratados no Ensino Superior. Por outro lado, buscar combater o racismo contra estudantes indígenas por meio de uma efetiva inclusão dessas pessoas no Ensino Superior auxiliará as IES a, ainda seguindo o pensamento de Djamila Ribeiro (BERTH, 2019), “pensar projetos, novos marcos civilizatórios, um novo modelo de sociedade deverá ser tomado futuramente” (BERTH, 2019, p. 13), incluindo as fontes que têm propriedade para falar sobre o desrespeito

que sofrem, apesar de serem “sujeitos e seres ativos que, historicamente, vêm fazendo resistência e reexistências” (BERTH, 2019, p. 13).

Como **justificativa**, considero que a realização desse trabalho é muito importante para toda sociedade brasileira, inclusive para mim, infelizmente, como já afirmei, pelo fato de o racismo ter feito parte da minha vida durante os anos vividos na universidade como acadêmico indígena do povo Guarani *Mbya*, morando longe de minha família, quebrando todas as barreiras que vi pela frente. Uma hora forte, outra hora fraco, mas sempre na luta, rompendo paradigmas e passando todos os obstáculos para chegar até aqui e poder contar as experiências positivas e negativas que vivi.

Realizei este trabalho na esperança de conseguir contribuir para minimizar essas negatividades, de modo que possamos viver dias melhores ou mesmo, quem sabe, desfrutar do resultado que irá chegar. Também penso em levar esse resultado às salas de aula e para a própria instituição de Ensino Superior na qual estudei, pensando nas políticas que ela pode desenvolver para que os professores do ensino superior recebam formação para, desde o início de sua atuação na UEPG, serem agentes de uma educação antirracista, pois essa questão é muito importante.

As escolas têm o papel de ensinar seus estudantes de maneira correta, ou seja, não trabalhando a questão do racismo contra indígenas apenas como obrigação, mas de maneira séria, entendendo a necessidade de um ensino antirracista em nosso país. É preciso pesquisar materiais didáticos que tratem adequadamente a cultura indígena, o que requer tratar dos vários povos e grupos étnicos diferentes neste território, bem como das tradições de cada um e suas visões sobre o mundo. Por isso, é essencial estudar sobre a cultura indígena no Brasil para compreender como ela influenciou e ainda influencia a vida cotidiana de toda a população do país.

A cultura indígena é um complexo que inclui língua, arte, crenças, lei, moral, costumes e todos os hábitos adquiridos por nós. É um conjunto de ideias e comportamentos, símbolos e práticas sociais específicas de cada povo. Cada região tem sua própria cultura e esse conhecimento nem sempre é formal ou sistematizado.

Ninguém precisa fazer um curso para aprender a cultura de seu próprio povo: ela é transmitida para as gerações seguintes no cotidiano, na conversa, nas atividades diárias, nas festas e comemorações, no exemplo das outras pessoas. Toda a sociedade possui um conjunto de valores construído através de sua própria história. Mas aprender sobre outros povos, compreendê-los e respeitá-los é algo que precisa ser ensinado.

Muitos livros didáticos distribuídos no Brasil (LAMAS; BRAGA; MAYRINK, 2016), quando trazem narrativas dos povos indígenas, não raro o fazem como um conto de fadas. Essa já é uma visão muito preconceituosa sobre nós.

Por isso é importante que, como prevê a Lei 11.645/08 (BRASIL, 2008), discutamos na escola a história e a realidade da cultura indígena para que os professores e alunos tenham capacidade de aprender sobre os povos indígenas atualmente, com produção de textos e leitura de materiais que ensinem como podemos trabalhar e ensinar nossos filhos.

Não podemos ficar somente na história da antiguidade e passado do indígena, que vivia pelado, vivia de caça e pesca. Se nosso olhar fica no passado, achamos que o lugar do indígena é na floresta e na oca, realidade que já não se verifica para muitos povos. O olhar do passado também julga que a tecnologia não pertence ao indígena. Tudo isso é fruto de uma visão eurocêntrica, que tende a diminuir daqui para frente graças aos escritores indígenas e seus textos que nos remetem à visão real do que é ser indígena atualmente.

Como sou indígena, passei por desafios muito grandes durante a graduação. Principalmente por ser falante da língua Guarani *Mbyá*, tive muita dificuldade no começo da minha vida acadêmica. Por essa questão, trago aqui essa pesquisa que pode servir para a reflexão das próprias universidades, entendendo que só é possível construir uma universidade efetivamente receptiva a todo corpo discente se ela for antirracista.

Como já disse, a questão do racismo no Brasil ainda é pouco discutida: os governos estão calados diante dos problemas dessa natureza enfrentados pelos povos indígenas, população negra, comunidade LGBTQIA+, pessoas com deficiência e outros segmentos sociais marginalizados. Mas por pressão dos próprios indígenas, as universidades estaduais e federais de todo o país, mesmo em ritmo desacelerado, começam a discutir o racismo sofrido pela população indígena, organizando vários grupos e comissões que defendem as causas indígenas. Desse modo, aos poucos, a questão começa a ser debatida, o que é muito importante, porque no Brasil as discriminações são inúmeras e o trabalho necessário para evitá-las, especialmente da parte das instituições, é quase nulo e lento. Mostro, no Capítulo 3 deste texto, que há poucas e recentes pesquisas sobre racismo e povos indígenas no ensino superior, as quais são mais afetas às áreas da Psicologia, Sociologia e Letras. Além disso, nenhuma delas foi realizada por pesquisador indígena, como eu. Desse modo, fica evidente a importância e o ineditismo de minha pesquisa.

Por fim, para desenvolver essa verdadeira empreitada que é discutir as causas e consequências do racismo contra os povos indígenas no Ensino Superior, organizei este trabalho da seguinte forma: a dissertação tem 4 capítulos.

No capítulo I, que se intitula **A TRAJETÓRIA DO PESQUISADOR GUARANI MBYA**, discutirei minha trajetória como pesquisador Guarani Mbyá, desde o início de minha carreira acadêmica, na graduação, até chegar a pós-graduação.

No capítulo II, que se intitula **POVOS INDÍGENAS NO BRASIL – DA INVASÃO AO ENSINO SUPERIOR NO PARANÁ**, discutirei inicialmente como se deu o processo de invasão do território que hoje se chama Brasil e as consequências dessa invasão para os povos originários ao longo desses 522 anos de colonização para, então, discutir como se deu o processo de acesso ao Ensino Superior no Brasil e no Paraná por nós, indígenas.

No capítulo III, que se intitula **RACISMO CONTRA OS POVOS INDÍGENAS NO BRASIL**, discutirei que o racismo teve sua origem a partir dos primeiros contatos do homem branco europeu com os povos originários do oriente. Até hoje, os povos indígenas continuam sua luta contra o racismo de que são vítimas todos os dias, em todos os lugares.

No capítulo IV, que se intitula **COM A PALAVRA, OS ESTUDANTES INDÍGENAS DA UEPG**, discuto as experiências vividas pelos/as estudantes que participaram das entrevistas, mostrando nossa realidade dentro da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Por fim, trago as considerações finais.



## CAPÍTULO 1 – A TRAJETÓRIA DO PESQUISADOR GUARANI *MBYÁ*

Minha trajetória como pesquisador inicia desde que saí da minha aldeia, um lugar de simplicidade, de uma família muito humilde, um lugar muito distante da universidade.

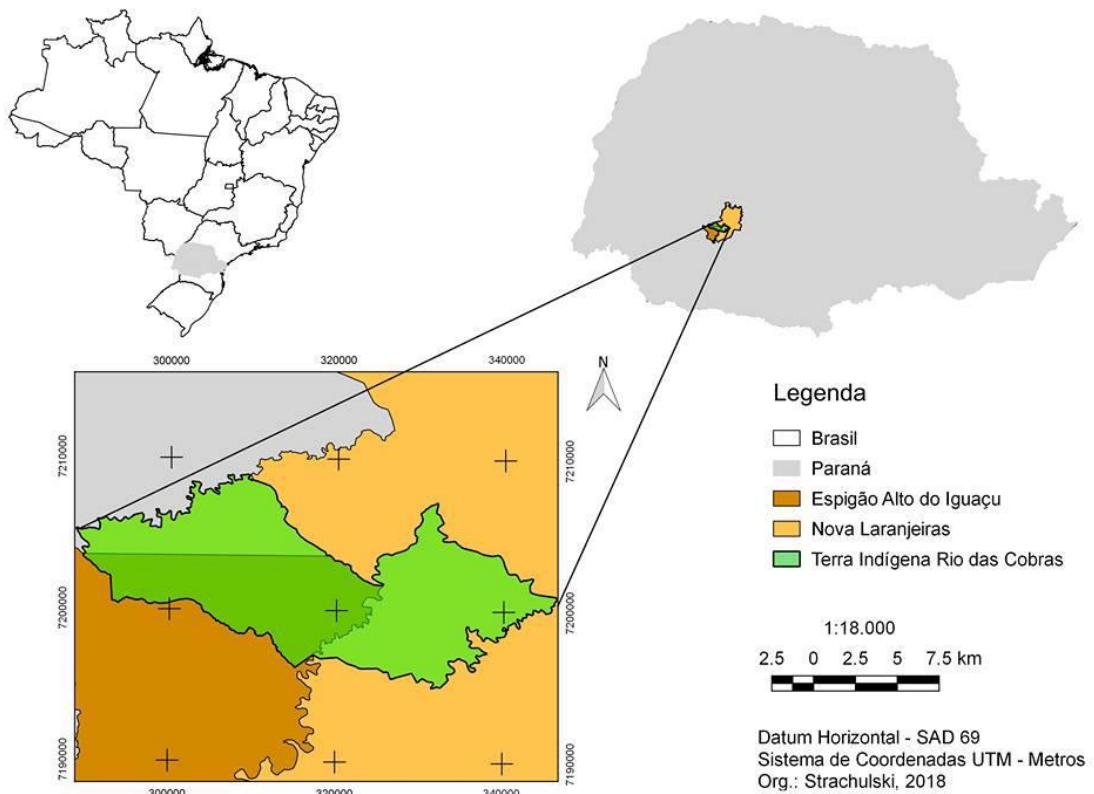
Quando recebi a notícia de que eu tinha sido aprovado no Vestibular dos Povos Indígenas no Paraná, em 2013, passei por várias etapas até conseguir fazer o curso. Chegando na universidade, fui bem recebido pelos estudantes e professores, mas com o passar do tempo, senti uma diferença em relação às demais pessoas da comunidade acadêmica: alguns que trabalham nesse local me faziam perguntas relacionadas à cultura indígena e também faziam umas piadas, a que eu não dava crédito.

Com o tempo, me interessei ainda mais pela questão indígena e pelos problemas enfrentados por todos nós, indígenas, como racismo. Por essa razão estou aqui escrevendo este trabalho, para que isso não chegue a continuar afetando a vida, a mente, ou psicológico dos estudantes indígenas universitários. Que as pessoas não-indígenas deixem de olhar para a cultura indígena como um mito e passem a ter o devido respeito em relação a ela. Continuarei lutando e defendendo a cultura milenar mais rica que o Brasil possui.

### 1.1 Apresentando meu povo Guarani *Mbyá*

Como disse na introdução, meu nome é Alexandre Kuaray de Quadros, sou indígena do povo Guarani *Mbyá*, morador da *Tekoa Tapixi* (Aldeia Lebre) da Terra Indígena (T.I.) de Rio das Cobras, localizada no centro Oeste do Estado do Paraná. Nesta T.I., residem cerca de 10.600 pessoas de três etnias: Guarani, Kaingang e Xetá.

**Mapa 1 – Terra Indígena de Rio das Cobras**



**Fonte:** Strachulski *et al.* (2018)

**Imagem 1:** Colégio Estadual na Terra Indígena de Rio das Cobras



**Fonte:** Site do Colégio Rural Estadual Indígena Rio das Cobras (A.P.M.F..., 2023).

**Imagem 2:** Casa de madeira na Terra Indígena de Rio das Cobras



**Fonte:** Site da Prefeitura de Umuarama (ASSISTÊNCIA..., 2023)

**Imagem 3 –** Conjunto de casas na Terra Indígena de Rio das Cobras



**Fonte:** Site da Prefeitura de Umuarama (ASSISTÊNCIA..., 2023)

**Imagem 4** – Casas de madeira na Terra Indígena de Rio das Cobras



**Fonte:** Site da Prefeitura de Umuarama (ASSISTÊNCIA..., 2023)

**Imagem 5** – Casas vistas de longe na Terra Indígena de Rio das Cobras



**Fonte:** Site da Prefeitura de Umuarama (ASSISTÊNCIA..., 2023)

**Imagem 6** – Vista da Terra Indígena de Rio das Cobras



**Fonte:** Site da Prefeitura de Umuarama (ASSISTÊNCIA..., 2023)

**Imagem 7** – Açude na Terra Indígena de Rio das Cobras



**Fonte:** Site da Prefeitura de Umuarama (ASSISTÊNCIA..., 2023)

Eu e minha esposa Regina Aparecida Kosi dos Santos, que é Kaingang, somos os primeiros estudantes indígenas da Pós-Graduação da UEPG. Somos alunos do Programa de pós-graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) desde 2020 e, como já expus, minha pesquisa se intitula *RACISMO: LUTA DIÁRIA E DESAFIO DO ESTUDANTE INDÍGENA NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA*.

A luta e o desafio apresentados nesse trabalho trazem um pouco de reflexão para nosso dia a dia. Conto aqui um pouco da minha história: sou nascido e criado na aldeia com meu pai e minha família. Fiz o Ensino Fundamental e Médio dentro da área indígena e sou falante da língua Guarani *Mbyá* desde pequeno.

Meu povo habita a região meridional do que hoje se chama América do Sul, em um grande território invadido, sobre o qual foram construídos os estados nacionais do Paraguai, Brasil, Argentina, Uruguai e Bolívia.



**Fonte:** Instituto Socioambiental e Mapa Guarani Retã do Centro de Trabalho Indigenista (CTI), 2008. Disponível em <https://mirim.org/pt-br/terras-indigenas>

Nós, *Mbyá*, nos identificamos por nossa ancestralidade, nossas crenças, cultura, hábitos alimentares e língua. Nos reconhecemos coletivamente como *Nhande kuery* (todos os que somos). Como afirma Ladeira (1992):

[...] a despeito dos diversos tipos de pressões e interferências que os Guarani em geral vêm sofrendo no decorrer de séculos e da grande dispersão de suas aldeias, os *Mbyá* se reconhecem plenamente enquanto grupo diferenciado. Dessa forma, apesar da ocorrência de miscigenação entre os grupos Guarani, os *Mbyá* mantêm uma unidade religiosa e linguística bem determinada, que lhes permite reconhecer seus iguais mesmo vivendo em aldeias separadas por grandes distâncias geográficas e envolvidos por distintas sociedades nacionais (Brasil, Paraguai, Argentina e

Uruguai) (LADEIRA, 1992, p. 22).

Entre nós, Guaraní, a comunicação se dá pela linguagem oral. Para nós, ela que é sagrada e duradoura, pois fica dentro das pessoas, mesmo depois de elas morrerem. Já a escrita, ao contrário do que pensam os brancos, pode se acabar, pois o papel pode rasgar, queimar ou molhar, como diz o parente Verá Mirim.

Xeramõi [nosso pajé] sempre fala para nós que as palavras dos livros duram pouco. Ele fala que pode deixar os juruá [pessoas não indígenas] escreverem seus livros, porque um dia tudo isso vai acabar. O papel rasga, queima ou se molha na água e derrete, já a palavra que é falada dentro de cada um não morre. Ela passa por dentro de mim e passa por dentro dos outros e, mesmo quando eu morrer, as palavras que forem verdadeiras vão continuar circulando entre meus filhos e netos. (VERÁ MIRIM *apud* TESTA, 2008, p. 293)

Como diz o parente Karaí, a palavra falada tem várias funções, inclusive a de remédio que cura.

A palavra tem que entrar e ficar no coração ou no pensamento da outra pessoa. Quando o xeramõi ou eu mesmo falando é também um remédio. Se uma pessoa está triste ou preocupada, nossa palavra serve para tratar a pessoa, mas se a pessoa não quer ouvir, isso volta para nós mesmos e faz mal. (KARÁI TATAENDY *apud* TESTA, 2008, p. 299)

As raízes étnicas dos nossos antepassados Guaraní *Mbyá* propuseram a memória comunitária desse povo, ritualmente criada na festa de Consagração da Erva-Mate, mel silvestre e batismo da criança durante a qual é celebrada uma concepção mítica do tempo, ordenado, segundo o calendário nativo, como a entrada do novo ano – o *Ara Pyau* (*Calendário*).

Como afirmam os parentes Moreira e Moreira (2015):

A observação do céu sempre esteve na base do conhecimento de todas as sociedades do passado, submetidas em conjunto ao desdobramento cíclico de fenômenos como o dia e a noite, as fases da Lua e as estações do ano. Os Guaranis há muito tempo perceberam que a atividade de caça, pesca, coleta e lavoura estão sujeitas a flutuações sazonais e procuraram desvendar os fascinantes mecanismos que regem esses processos cósmicos, para utilizá-los em favor da sobrevivência da comunidade. Tiveram assim a necessidade de sistematizar o acesso a um rico e variado ecossistema de que sempre se consideraram parte. Mas não bastava saber onde e como obter alimentos. Era preciso definir também a época apropriada para cada uma das atividades de subsistência. Esse calendário era obtido pela leitura do céu. Há registros escritos sobre sua ligação com os astros desde a chegada dos europeus ao Brasil, mas os Guaranis já utilizavam desse conhecimento desde os tempos remotos. (MOREIRA; MOREIRA, 2015, p. 12-13)

A figura a seguir representa o calendário que usamos para descobrir a data de nascimento, fases da lua, previsão do tempo e até mesmo as épocas de plantio. A leitura é feita pelos mais velhos e sábios da aldeia e, claro, o Pajé (*Xamôï*), pois ele é quem sabe fazer as danças, rituais e faz os contatos com os seres da natureza ou de outro mundo, é ele que recebe as orientações e revelações celestiais e essas informações e conhecimentos são repassados aos mais jovens da aldeia. Até hoje, as pessoas que têm interesse em conhecer como o pajé trabalha para proteger sua aldeia procuram a casa de reza (*Opy*) para obter esses conhecimentos.

**Figura 1 - Calendário Guarani**



**Fonte:** De George (2011, p. 136).

Nós, Guarani *Mbyá*, aprendemos a conhecer as fases da lua para plantar milho, feijão, amendoim, entre outras sementes. Os rituais que mantemos para fortalecer os jovens para que venham suportar as lutas e desafios na vida social em suas várias dimensões culturais – *Nhande rekorã ijypy* –, o antigo modo de ser Guarani *Mbyá*, retrata um conjunto de



conhecimentos que vêm sendo transmitidos oralmente pelos mais velhos da aldeia, em locais de convivência – *Tekoa* – conhecido como o local de costumes.

Nós temos nossas histórias que, para o parente Samuel de Souza, “não significa[m] mito ou lenda, mas, sim, como uma verdade que nossos antepassados presenciaram há muito tempo atrás” (SOUZA, 2015, p. 9). Quando o parente foi fazer o levantamento das nossas histórias, escutou um sábio dizer:

Teu tema está muito comprido, você poderia escolher só duas, porque cada história tem muita coisa para pesquisar, muita história para ouvir e sempre tem uma continuação, nunca acaba para quem conta com as verdadeiras palavras. Mas todas as histórias são verdadeiras, não importa como são contadas. (SOUZA, 2015, p. 9)

Em sua pesquisa, fazendo o levantamento das histórias do nosso povo, o parente concluiu que

todas as histórias contadas pelos mais velhos sempre têm algum significado para o guarani. As histórias são contadas quando eles querem dar a um neto ou filho ou parente, então precisando de conselhos e também algumas vezes de uma bronca (que dão se alguém está fazendo algo de errado) ou é também quando uma mulher ganha bebê, e os jovens entram na fase que passa para a vida adulta. Em cada história que ouvi repensei cada uma delas e percebi que uma história que eu ouvia podia ser diferente, mas com significado parecido ou totalmente iguais. Ouvi uma história do milho, duas pessoas me contaram a mesma história, mas cada um contou de um jeito diferente. Eu resumi as duas em uma, passei para os dois que eu entrevistei e falaram que estava correto, que estava certo, aí percebi que o que valia era o significado de ouvir a história, que o significado serve para cada um que ouvisse, por isso cada pessoa mais velha não gosta muito que quando a gente vai entrevistá-lo fique escrevendo. Eles querem que imagine, sinta a história. (SOUZA, 2015, p. 38)

Nas palavras do parente fica claro a diferença que existe entre oralidade e escrita para nosso povo.

Ainda mais valiosas para o povo Guarani são as palavras do *Xamõi*, por quem temos um respeito muito grande, pois ele é uma pessoa que cuida das ervas medicinais da aldeia. Conhecido como "médico da aldeia", é responsável por passar adiante a cultura, história e tradições da etnia, e organiza os rituais da consagração de Erva-Mate, do Mel silvestre, e as primeiras colheitas de milho ou feijão.

Para o parente Marcos Moreira (2015), o *Xeramõi Kuery* marca a ocupação Guarani no território plantando plantas sagradas que formam o *TEKOA* (aldeia ou fazer vida nova), local onde vai se

formar sua organização social o *TEKO* (vida guarani) *NHANDE REKO* (nosso sistema) *ORE REKO* (nosso costume). Dessa forma salientavam a iniciar o *TATAYPY RUPA RÃ* (futura aldeia berço para cama do fogo sagrado), onde ia ser

aceso o fogo sagrado. Na visão guarani essa é a forma verdadeiramente chamado lugar ou aldeia. Nesse momento a dedicação à espiritualidade de manter a crença e sempre na busca da terra sem males (*yvydju, yvy marae'y*), sempre chegar ao lugar sagrado onde reverenciavam para *NHANDERU, NHANDEXY*, para serem levados pelo *NHANDERU* de volta ao seu lugar de onde viemos. Este conhecimento jamais os não-índio vão compreender e entender a nossa visão e pensamento que temos sobre o território e a territorialização guarani que é além do imaginário. É o lugar visto hoje nas inscrições rupestres, ali são marcadas várias gerações que passaram e registradas. Para cada geração que ali alcançava era deixada a sua história para que as próximas gerações chegassem a esse lugar e lerem a sua história escrita através de símbolos. (MOREIRA, 2015, p. 15)

Como Guarani *Mbyá*, essa foi a vida que tive na aldeia desde pequeno, frequentando a casa de reza, participando de danças, cânticos em forma de agradecimento a *NHANDERU* (Deus) e à natureza por nossos costumes.

## 1.2 Quem sou eu, pesquisador Guarani *Mbyá*?

Nós, Guarani *Mbyá*, somos pesquisadores e estudiosos desde crianças. Estudamos a natureza, nossos costumes com todas as pessoas da aldeia, mas especialmente com o *Xamõi* na *Opy*, nossa primeira e maior escola. Mas agora nossas aldeias têm escolas iguais às dos brancos. Nessa escola eu entrei com sete anos de idade, quando então comecei ouvi falar em língua dos brancos (*Juruá*), ou seja, língua portuguesa, que eu ainda não sabia falar. Na terceira série daquela época, havia na sala de aula um professor não-indígena ensinando a matéria, e junto tinha um professor indígena intérprete, ou seja, um tradutor, por essa razão eu não sabia falar português.

A primeira escola branca em que meu pai me matriculou foi na aldeia *OCOY*, situada no extremo Oeste do estado, onde fomos morar por 4 anos. Nessa escola, frequentei a pré-escola e 1ª série em 1997. Quem dava aula era um professor indígena falante da língua Guarani *Nhandeva*. A estrutura da escola era boa com toda a equipe de professores indígenas e não-indígenas, direção e tudo mais. A escola tinha o funcionamento somente no período da tarde, era pré-escola até 4ª série. Os professores indígenas eram os tradutores, ou melhor, os professores titulares eram não-indígenas e davam aulas em português, razão pela qual os alunos não entediam. Por isso eram obrigados a manter um professor tradutor.

Um dia, meu pai me ensinou a falar o pouco que sabia em português, como: “bom-dia”, “boa-tarde” e outras palavras. Assim, passavam-se os anos e fui aprendendo a falar o português, já que na aldeia onde nasci o Guarani é muito valorizado e quase não se falava a língua portuguesa.

O tempo passou, terminei o Ensino Fundamental e Médio falando o português que aprendi com os professores não-indígenas que trabalhavam na escola e ensinavam os indígenas. Depois disso, prestei o Vestibular dos Povos Indígenas do Paraná em 2010 e 2012 e fui aprovado neste último.

Tive o primeiro contato com a Universidade Pública do Paraná em 2013. Cursei Licenciatura em Geografia entre 2013 e 2018 na UEPG. A duração do curso era de 4 anos, mas tive 2 anos de reprovação por causa das dificuldades enfrentadas durante a graduação pelo fato de ser indígena e de ter uma cultura diferente da maioria das pessoas que frequenta a universidade.

Deixei minha aldeia para estudar e obter um estudo melhor, mas tive que enfrentar alguns desafios muito grandes na vida acadêmica. Em primeiro lugar, a língua portuguesa que eu falava era básica, ou seja, uma linguagem simples. Por essa razão foi difícil, mas consegui me adaptar ao mundo universitário, que impõe uma nova visão. Não tive apenas dificuldade linguística, mas também de convivência no espaço universitário. Com o passar do tempo, fui aprendendo a conviver em um espaço que era meu, mas eu não sabia. Tanto conquistei meu lugar que ainda hoje estou nesse espaço. A dificuldade existe em todos os lugares, mas nenhuma é impossível de superar. Se a pessoa luta e continua focando no futuro, nossos guerreiros indígenas continuarão por aqui lutando por seus direitos. Se hoje um indígena está na universidade é porque alguém lutou para que ele pudesse estar na faculdade, os nossos ancestrais lutaram, guerrearam para que estivéssemos em um espaço que, muitas vezes, é considerado inadequado para indígenas, por isso aquele que permanece nesse lugar é forte e vencedor.

O primeiro contato com a universidade foi um tremendo desafio, mas também a realização de um sonho. Nesse primeiro encontro, enfrentei preconceito dentro da sala de aula desde quando os alunos me conheceram pela primeira vez. Uma professora me apresentou para turma e disse que eu era indígena e estava lá para cursar o curso junto com os demais. Foi nessa hora que uma pessoa disse: “se você é índio, por que não ficou no mato? Não sabia que índio também estudava”. Toda a sala riu.

Sabemos que o fator mais desafiador na entrada de um indígena na universidade é quando descobrem que você tem uma cultura diferente. É capaz de dali para frente você ser visto como um ser de outro planeta. Alguns professores e funcionários da universidade estão despreparados para receber e conviver com a cultura indígena, ou seja, a instituição, por não conhecer culturas diferentes, muitas vezes não tem um amparo adequado, falta estrutura para receber os estudantes indígenas, por essa questão de desconhecimento da nossa cultura.

Quando se fala em cultura indígena, as pessoas não-indígenas logo pensam: “nossa, esse vive só na selva. Como que vai viver na cidade?”

Como bem sintetiza o parente Kum Tum Akroá Gamela (*apud* MILANEZ *et al.*, 2019)

A colonização é essencialmente a negação do outro, que vai dessa negação mais sutil, subjetiva, até a eliminação física, e aí eu tenho pensado assim: essa questão do genocídio começa quando os europeus chegaram aqui e disseram: “Não são nada, nem são gente, nem são humanos, que não têm fé, porque não tem lei, porque não tem rei. Então são o que? São nada”. Daí pra cortar a cabeça ou partir ao meio com um facão ou atravessar com uma bala não faz muita diferença, porque a morte já foi decretada, foi executada antes. Nós, indígenas, temos que conviver todo dia tendo que provar a existência, a vida, mas já com a morte decretada. É um negócio meio maluco a gente provar que está vivo, quando outros que estão no lugar do poder disseram que você não existe mais. E o meu povo vem dessa experiência colonizadora, tentando compreender o porquê dessa ausência, uma ausência que, na verdade, foi sempre uma presença, porque a cara de índio ficou. Isso é uma forma de racismo institucional porque é uma decisão de Estado, do governo, que diz assim: “você não existe, meu irmão”. E o meu povo viveu isso. Uma decisão do Estado: “vocês não existem mais”. (KUM TUM AKROÁ GAMELA *apud* MILANEZ *et al.*, 2019, p. 2.172)

Foi exatamente o que passei no início da graduação. Sempre fui questionado nos corredores: “você mora aqui na cidade mesmo?” “Você entende e fala a nossa língua?” As perguntas eram sempre essas: “você usa roupa só aqui na cidade?” “Você vive pelado?” Então surgiu a ideia de escrever sobre esta questão para contar um pouco da experiência que vivi, inclusive para explicar que não vivi somente coisas ruins, tive vivência de muita aprendizagem, porque depois de passado um tempo os alunos da universidade começaram a me respeitar. Aprenderam e compreenderam que eu não era somente um índio do passado, estava ali no presente.

Mesmo que utilize tecnologia feita pelos brancos, o indígena continua sendo indígena, como um dia fui questionado na rua. Eu estava com celular na mão e a pessoa disse “você não é mais índio, porque está com celular”. Então por esse fato surgiu ideia de escrever o trabalho para contar, mostrar e até mesmo minimizar o olhar e o pensamento racista dessas pessoas.

Elas não entendem que existem muitas formas de se indígena no mundo

de acordo com a imagem imputada a ele e sustentada pelo senso comum. [...] no Brasil o índio foi deliberadamente associado ao ser selvagem que vive na mata, guerreiro, importante por ter sido uma das ‘raças’ formadoras do povo, mas para sempre fincado no passado. [por isso] Ainda hoje muita gente fica perplexa ao ver índio usando celular ou mesmo calça jeans. O acusam de estar perdendo sua cultura por um errôneo entendimento do que significa cultura. (PEIXOTO, 2017, p. 40)

Por essa razão são vários os desafios que nós, estudantes indígenas, temos que enfrentar no Ensino Superior e esta pesquisa será voltada aos acadêmicos indígenas da UEPG, pois não fui somente eu que passei por esse fato, mas, sim, vários estudantes que passaram por esse problema.

### 1.3 Como realizei este trabalho?

Para colocar esta pesquisa em prática, meu primeiro passo foi pensar como ela seria feita em termos metodológicos, considerando que é um trabalho feito por mim, um pesquisador indígena, que tem como tema o racismo contra indígenas no contexto universitário.

Concordo com a parenta Linda Tuhiwai Smith que, para nós, indígenas, “o termo “pesquisa está indissocialmente ligado ao colonialismo e ao imperialismo europeu. [...] quando mencionada em diversos contextos, provoca silêncio, evoca memórias ruins, desperta um sorriso de conhecimento e de desconfiança” (TUHIWAI SMITH, 2018, p. 11).

Me preocupei em não repetir os mesmos erros que cometem pesquisadores brancos quando se propõem a fazer pesquisas sobre nós, pois muitos “podem presumir que conhecem tudo que é possível sobre nós, com base em um breve encontro com alguns indivíduos de nossa comunidade” (TUHIWAI SMITH, 2018, p. 11). Quando um pesquisador chega para conversar conosco, contamos tudo que sabemos da nossa cultura, mas o que acontece é que o pesquisador às vezes escreve tanto que esquece que somos pessoas. Nós somos a verdadeira história do território brasileiro, mas ainda estamos longe de fazer parte da história real, porque nos livros didáticos aparecemos como índios sem evolução, do passado, mas não somos só isso, somos a resistência de muitas lutas por sobrevivência e ainda estamos aqui. Para que possamos aparecer na história oficial, temos que lutar ainda mais. Mas há quantos anos de luta estamos resistindo e quanto mais precisaremos resistir? Quantos massacres, genocídios vencemos e quantos mais precisaremos vencer? A população indígena é como coluna que estrutura a população brasileira, já que sem a história indígena o Brasil não é Brasil, mas continuamos invisíveis. Por isso concordo com a parente Tuhiwai Smith (2018) quando ela afirma que, quando os brancos falam de nós, eles falam mais de si mesmos do que qualquer outra coisa.

Por essa razão, optei, como Grada Kilomba (2021), por centrar minha pesquisa em minhas experiências e nas de meus parentes, resguardando nossa condição de pessoas, em

razão de que nas dinâmicas do racismo nós somos tratados como objetos, porque somos tornados sujeitos incompletos (KILOMBA, 2021), não considerados iguais aos completos

porque “os últimos mantêm o poder (...) para pôr em prática sua própria ideia de superioridade e a sensação de serem mais merecedores de privilégios” (Essed, 1990, p. 10) [...] [no entanto] este trabalho é um espaço para [...] reconhecer [estudantes indígenas] em particular e pessoas [indígenas] em geral como sujeitos desta sociedade – em todos os sentidos reais da palavra. (KILOMBA, 2021, p. 80-81)

Por centrar a pesquisa em mim e em meus parentes, como já afirmei na introdução deste texto, o tema da dissertação parte de um interesse meu, pois sofri racismo durante o período em que fui aluno de graduação. Nesse sentido, vai ao encontro do que defende a parenta Tuhiwai Smith (2018), quando afirma que a noção de pesquisa, para nós, povos originários, deve se referir às nossas prioridades e problemas. “Em outras palavras, a pesquisa [para nós] não é um exercício acadêmico inocente ou distante, mas uma atividade que tem algo em jogo, subsidiada por um conjunto de condições políticas e sociais” (TUHIWAI SMITH, 2018, p. 15). Se eu, que fui vítima de racismo na universidade por ser indígena não discutir a questão, quem fará?

Entendo o que a parenta quer dizer quando afirma que pesquisadores indígenas estão dentro/fora de suas pesquisas relacionadas às suas comunidades, pois, no caso do meu trabalho, os participantes são meus parentes (por isso estou dentro), mas também tenho de lidar com conhecimentos que aprendi na universidade (por isso estou fora), relacionando esses conhecimentos com aqueles que aprendi junto a meu povo. Por isso defendo a importância de termos cada vez mais indígenas pesquisadores, pois só assim nosso conhecimento ancestral aparecerá em pesquisas acadêmicas e ficará registrado que nossos conhecimentos são ciência, assim como o são os conhecimentos da ciência ocidental.

Do ponto de vista metodológico, assim como ocorreu no estudo de Kilomba (2021)

este estudo busca entender, reconstruir e recuperar experiências de [estudantes indígenas] com o racismo em uma sociedade branca patriarcal. [...] defendo a necessidade de guiar meu estudo como uma pesquisa centrada em sujeitos (Mecheril, 1997, 2000), utilizando entrevistas narrativas biográficas com [estudantes indígenas] que recordam suas histórias pessoais dentro de estruturas racistas e através de narrativas de experiências da vida real [na universidade estadual de ponta grossa]. A pesquisa centrada em sujeitos como argumental Paul Mecheril (1997, p. 33) [...] examina as experiências, autopercepções e negociações de identidades descritas pelo sujeito. Tem-se o direito de ser um sujeito – político, social e individual [...] Se [os estudantes indígenas], bem como outros grupos marginalizados, têm o direito capital, em todos os sentidos do termo, de ser reconhecidos como sujeitos, então também devemos ter esse direito reconhecido dentro de processos de pesquisa e de discursos acadêmicos. Esse método de focar no

sujeito não é uma forma privilegiada de pesquisa, mas um conceito necessário. (KILOMBA, 2021, p. 81-82)

Do ponto de vista da organização, desenvolvi minha pesquisa em três partes: a parte teórica, o levantamento de dados e o exercício de devolução dos resultados às comunidades indígenas (e também à universitária), como estratégia de enfrentamento do racismo voltado aos estudantes indígenas universitários, num processo contínuo de compartilhamento de conhecimentos, compromisso levado muito a sério por nós (TUHIWAI SMITH, 2018).

Na parte teórica, realizei uma pesquisa qualitativa que contou com um levantamento bibliográfico sobre os povos indígenas no Brasil, a conquista de um espaço no Ensino Superior por meio da instituição das Políticas de Cotas e o racismo contra indígenas.

Na sequência, realizei o levantamento de dados, algo que exigiu muito cuidado em função do contexto da pandemia de COVID 19 que enfrentávamos à época. Nesta parte do texto, descrevi brevemente esta parte, que será mais bem detalhada no Capítulo 4. Sintetizando, a coleta de dados se deu por meio da realização de entrevistas narrativas biográficas com 05 estudantes indígenas da Universidade Estadual de Ponta Grossa, para que meus parentes pudessem elaborar, a partir do seu ponto de vista, a questão do racismo eventualmente sofrido por eles no contexto da instituição e relatassem as lutas que empreenderam para permanecer na universidade apesar das violências de que foram vítimas, fortalecendo suas identidades e contribuindo com suas comunidades de origem, de modo que a própria comunidade também pudesse fortalecer esses jovens que estão ingressando no ensino superior ou já são estudantes universitários.

Acabamos definindo que cada entrevista narrativa biográfica seria realizada de maneira que fosse melhor para cada participante conseguissem participar. Entrevistei os participantes a partir de um roteiro semiestruturado elaborado previamente. Já os participantes do trabalho, no momento da realização das entrevistas, eram alunos indígenas realizando graduação ou egressos da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Inicialmente pretendia escolher seis (06) estudantes, um representante por setor de conhecimento da universidade, considerando que os estudantes estão espalhados pela instituição, em vários cursos e cada setor trabalha de uma forma. Essa decisão tem a ver como uma tentativa de verificar se os diferentes setores e cursos lidavam diferentemente com o fato de ter que acolher um estudante indígena, se em cada curso havia preparo para defender os estudantes desses ataques emocionais e físicos.

Os setores de conhecimento da UEPG são os seguintes: a) Setor de Engenharias, Ciências Agrárias e de Tecnologia<sup>2</sup>; b) Setor de Ciências Biológicas e da Saúde<sup>3</sup>; c) Setor de Ciências Exatas e Naturais<sup>4</sup>; d) Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes<sup>5</sup>; e) Setor de Ciências Sociais Aplicadas<sup>6</sup>; e f) Setor de Ciências Jurídicas<sup>7</sup>.

Como disse, inicialmente pretendia realizar entrevistas narrativas biográficas com seis (6) estudantes. No entanto, quando realizei minha pesquisa não havia nenhum estudante indígena estudando em curso pertencente ao Setor de Ciências Sociais Aplicadas nem no Setor de Ciências Exatas e Naturais. Desse modo, selecionei cinco (5) participantes, sendo duas do Setor de Ciências Biológicas e da Saúde: uma (1) aluna do curso de medicina (Kaingang) e uma (1) da Enfermagem (Kaingang); um (1) do Setor de Ciências Jurídicas, do curso de Direito (Guarani Kaiowá); um (1) do Setor de Engenharias, Ciências Agrárias e de Tecnologia, do curso de Agronomia (Kaingang); e uma (1) do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, egressa do curso de História (Kaingang). A razão do maior número de estudantes entrevistados ser do povo Kaingang se deve ao fato de que nessa instituição na época da pesquisa havia mais estudantes Kaingang do que Guarani<sup>8</sup>. Outro critério que usei para escolher os participantes foi o fato de saber de antemão que eles já tivessem sofrido racismo dentro da academia, o que se confirmou pelas respostas de cada estudante: de alguma forma todos sofreram racismo durante a graduação.

Todas as entrevistas aconteceram de forma remota, em razão da situação pandêmica que mudou as rotinas das instituições, tal como explicam Castioni *et al.* (2021).

---

<sup>2</sup> Responsável pelos seguintes cursos: Agronomia; Engenharia de Alimentos; Engenharia Civil; Engenharia de Computação; Engenharia de Materiais; Engenharia de Software; Zootecnia.

<sup>3</sup> Responsável pelos seguintes cursos: Ciências biológicas (Bacharelado e Licenciatura); Educação física (Bacharelado e Licenciatura); Farmácia, Medicina, Odontologia e Enfermagem.

<sup>4</sup> Responsável pelos seguintes cursos: Física (Bacharelado e Licenciatura); Geografia (Bacharelado e Licenciatura); Matemática (Bacharelado e Licenciatura); Química (Bacharelado e Licenciatura).

<sup>5</sup> Responsável pelos seguintes cursos: História (Bacharelado e Licenciatura); Artes Visuais; Música; Letras Português francês; Letras Português Espanhol; Letras Português Inglês; Pedagogia.

<sup>6</sup> Responsável pelos seguintes cursos: Administração; Ciências Contábeis; Ciências Econômicas; Jornalismo; Serviço Social; Turismo.

<sup>7</sup> Responsável pelo seguinte curso: Direito.

<sup>8</sup> À época das entrevistas, na UEPG havia um número maior de estudantes Kaingang, em relação aos Guarani e isso tem duas explicações: a primeira tem a ver com o número superior da população Kaingang no Paraná em comparação com a população Guarani. A segunda tem a ver com um fenômeno que estudiosos da presença indígena no Ensino Superior paranaense (como AMARAL, 2010) já apontaram: há uma tendência de os/as candidatos/as do Vestibular para os Povos Indígenas no Paraná escolherem se dirigir a instituições nas quais eles/as já tenham parentes estudando, como forma de facilitar a adaptação à cidade e à instituição. Então quanto mais Kaingang havia na UEPG, mais Kaingang parentes desses desejavam vir para esta universidade. Atualmente o quadro está mais equilibrado, pois vieram mais estudantes Guarani para se juntarem aos parentes que aqui já estavam. Por essa razão, à época das entrevistas, escolhi como participantes 4 estudantes Kaingang e 1 Guarani.



A partir de março de 2020, com a declaração do estado de pandemia em relação à Covid-19 pela Organização Mundial de Saúde (OMS), gradativamente os estados brasileiros iniciaram interdição das atividades de circulação de pessoas e indicação de isolamento social. As atividades educacionais dos distintos níveis e modalidades foram suspensas em meados daquele mês, assim que os estados começaram a publicar seus decretos locais. Passadas algumas semanas, as instituições privadas, tanto da Educação Básica como da Educação Superior, a partir das orientações do Conselho Nacional e dos Conselhos Estaduais de Educação, colocaram em ação plataformas de aprendizagem nos moldes que já utilizavam na Educação a Distância (EaD). O mesmo ocorreu com as Secretarias de Educação Estaduais e Municipais em distintos graus de adesão, e em relativa diferença em relação ao setor privado. (CASTIONI *et al.*, 2021, p. 20)

Por essa razão, a única forma de conseguir realizar as entrevistas narrativas biográficas foi por meio de aplicativos de mensagens como *WhatsApp*, *Messenger*, *Facebook* ou *E-mail*. Como já disse, a escolha por um formato ou outro foi decidida em consenso com o participante em respeito a cada um deles. Ou seja, o primeiro passo foi entrar em contato com cada um dos participantes para definir com ele a melhor forma de realizar a entrevista narrativa biográfica, considerando que esses alunos estavam residindo em suas aldeias e o sinal de internet em alguns lugares é precário. A partir dessa primeira conversa, cada um escolheu a melhor forma de responder ao roteiro de perguntas, porque não eram todos que podiam fazer entrevista por *Google Meet*. Somente uma estudante do curso de medicina aceitou ser entrevistada por meio da plataforma *Google Meet*.

Considero que os roteiros foram respondidos com sucesso e as respostas foram analisadas de forma minuciosa para dar os próximos passos na realização do trabalho.

Para o roteiro de entrevista narrativa biográfica, foram elaboradas 12 questões relacionadas ao racismo que permitiam que cada entrevistado contasse seus relatos e experiências vivenciadas na universidade ou no seu dia a dia. A elaboração foi feita junto com a orientadora. Pensamos sobre como seria a reação dos participantes do trabalho envolvendo racismo e preconceito vivenciado na academia, de cada curso ou departamento. Em uma semana concluímos as questões, que enviamos aos participantes, os quais demoraram entre 15 e 20 dias para devolver. Esses relatos serão para mim de grande valia, muito relevante para esta pesquisa, que tem como objetivo conscientizar a comunidade acadêmica sobre a violência que sofrem os estudantes indígenas, os que já estão aqui e os que chegarão, de modo que o racismo contra indígenas possa ser reconhecido pela comunidade universitária.

Como terceira etapa, penso em produzir um material de orientação para os alunos indígenas e para a própria instituição de ensino, material esse que sirva para orientar como os estudantes indígenas podem conhecer a realidade da universidade e o que podem fazer, caso sejam vítimas de racismo. Em relação à instituição, o material trará sugestões de como os

docentes podem planejar suas aulas quando tiverem em seu curso ou disciplina um estudante indígena. O material considerará que os estudantes indígenas, quando chegam à universidade, praticamente não conhecem nada sobre a instituição, não conhecem ninguém e precisam tomar uma série de decisões, como escolher onde e com quem morar, por exemplo. Já a instituição precisa assumir suas responsabilidades na acolhida a esses alunos, de modo que eles sejam acolhidos com respeito e dignidade por parte dos professores e colegas, pessoas que muitas vezes não têm conhecimento sobre a cultura indígena. A falta de conhecimento gera ignorância, mas as respostas de cada entrevistado me trouxeram muito mais esperança do que já tinha em mente em relação à construção desse material. A ideia de produzi-lo surgiu a partir das experiências que eu e minha esposa tivemos em ministrar palestras<sup>9</sup> sobre cultura indígena em escolas da cidade de Ponta Grossa. Muitas vezes fomos convidados a apresentar nossas culturas e percebemos que professores e alunos desconhecem totalmente a cultura indígena, portanto não consideram que é importante mantê-la.

Isso se deve em boa parte à

academia hegemônica, já denunciada como um “confinamento racial do mundo acadêmico brasileiro” (CARVALHO, 2005/2006, p. 89). Enquanto na historiografia tradicional o protagonismo histórico do indígena foi abafado, na Antropologia – onde as culturas indígenas são frequentemente discutidas –, pouco ou nada se fala do racismo contra os povos indígenas. (MILANEZ, 2019, p. 2165)

Por essa razão que, nesses eventos, precisávamos ensinar aos professores e alunos que o Paraná possui uma diversidade de povos indígenas, por exemplo. Quando for falar da geografia paranaense, não posso deixar de falar sobre a cultura indígena aqui e dos territórios ocupados pelos povos indígenas que vivem no estado. Há uma diversidade cultural e ela deve ser vista e respeitada, pois existe uma riqueza muito grande em nosso meio que nós mesmos não sabemos como tratar. Quando falamos de diversidade cultural, não falamos somente de cultura europeia. Aqui temos uma riqueza que é a raiz da história brasileira. Por isso a produção desse material ajudará muito os que querem conhecer sobre esse assunto tão importante.

---

<sup>9</sup> Quando ainda estávamos na graduação, eu e minha esposa começamos a ser convidados por professores da educação básica para realizar palestras nas escolas de Ponta Grossa, para tratarmos sobre a cultura dos povos indígenas no Paraná. Nessas palestras, passávamos aos participantes que gostaríamos que as pessoas soubessem que existem indígenas no Paraná, nas cidades, no campo e nas aldeias, os quais têm o direito de terem suas existências reconhecidas por todos os cidadãos do país. Além disso, sempre mostrávamos que o lugar do indígena é onde ele quiser e que no nosso estado existem quatro povos diferentes: Guarani, Kaingang, Xetá e Xokleng, que vivem em aldeias e cidades espalhadas em todo estado, para que possam saber que existem indígenas no território paranaense.

## **CAPÍTULO 2 – POVOS INDÍGENAS NO BRASIL: DA INVASÃO AO ENSINO SUPERIOR NO PARANÁ**

Neste capítulo, falarei sobre a diversidade de povos que já habitavam este território antes da invasão dos europeus no final século XV e sobre o processo de educação a que fomos submetidos, inicialmente como instrumento de colonização até a conquista do acesso ao Ensino Superior, fruto de nossa busca por qualificação para que nos tornemos cada vez mais autônomos e menos tutelados. No Ensino Superior, tivemos nosso primeiro acesso nas universidades estaduais paranaenses pela Lei 13.134, de 18/04/2001, modificada pela Lei 14.995, de 09/01/2006, que garantiu vagas suplementares para indígenas.

### 2.1 De 1500 a 2022

Os povos indígenas habitam o Brasil desde antes da invasão dos portugueses em 1500 nessa terra. Desde então enfrentamos vários processos de destruição de natureza e genocídios. Como afirma o parente Gersem Luciano Baniwa (2006):

De fato, a história é testemunha de que várias tragédias ocasionadas pelos colonizadores aconteceram na vida dos povos originários dessas terras: escravidão, guerras, doenças, massacres, genocídios, etnocídios e outros males que por pouco não eliminaram por completo os seus habitantes. Não que esses povos não conhecessem guerra, doença e outros males. A diferença é que nos anos da colonização portuguesa eles faziam parte de um projeto ambicioso de dominação cultural, econômica, política e militar do mundo, ou seja, um projeto político dos europeus, que os povos indígenas não conheciam e não podiam adivinhar qual fosse. Eles não eram capazes de entender a lógica das disputas territoriais como parte de um projeto político civilizatório, de caráter mundial e centralizador, uma vez que só conheciam as experiências dos conflitos territoriais intertribais e interlocais. (LUCIANO BANIWA, 2006, p. 19)

Estima-se que quando Pedro Alvares Cabral invadiu o Brasil, havia entre dois e cinco milhões de nós. A multiplicidade de povos, provenientes de regiões do território, que possuíam sua própria cultura, religião e costumes indica uma rica diversidade étnica que foi ignorada pelos invasores, implicando um processo de opressão e subordinação dos nativos, tidos como incultos e ignorantes que viviam em aldeias.

É assim que, enquanto pressupomos que nós descobrimos os índios e achamos que, por esse motivo, eles dependem de nosso apoio para sobreviver, com um pouco mais de conhecimento sobre a história da região podemos constatar que os povos indígenas desta parte da Amazônia nunca viveram isolados entre si. E, também, que o avanço de frentes de colonização em suas terras não resulta necessariamente num processo de submissão crescente aos novos conhecimentos, tecnologias e bens a que

passaram a ter acesso, como à primeira vista pode nos parecer. Ao contrário disso, tudo o que estes povos aprenderam e adquiriram em suas novas experiências de relacionamento com os não-índios insere-se num processo de ampliação de suas redes de intercâmbio, que não apaga – apenas redefine – a importância das relações que esses povos mantêm entre si, há muitos séculos, ‘apesar’ de nossa interferência. (POVOS..., 2022)

Ainda na visão do parente Gersem Luciano Baniwa (2006):

A partir do contato, as culturas dos povos indígenas sofreram profundas modificações, uma vez que dentro das etnias se operaram importantes processos de mudança sociocultural, enfraquecendo sobremaneira as matrizes cosmológicas e míticas em torno das quais girava toda a dinâmica da vida tradicional. No início do contato, apesar de serem uma maioria local adaptada culturalmente ao meio em que habitavam, não contavam com uma experiência prévia de intensas relações interétnicas e com os impactos provocados pela violência dos agentes de colonização, que foram por demais severos. (LUCIANO BANIWA, 2006, p. 20)

Quando essas coisas aconteciam, os pajés e as lideranças lutavam contra essa invasão para que os colonizadores não tomassem nossa terra. Era o pajé, ou *Xamõĩ kuery*, como nós, povo Guarani, chamamos, quem tinha a responsabilidade de repassar os conhecimentos adquiridos junto aos ancestrais, para nos ajudar a manter nossa cultura. Ele também era responsável por coordenar o processo dos cuidados da vida religiosa e da saúde da aldeia, com ervas medicinais, rituais. Vivíamos da pesca, da caça e alguns viviam da agricultura.

Nesse contexto, nessa época, não havia racismo entre eles, que viviam em harmonia, todo mundo era respeitado pelo cacique ou *Xamõĩ*. Mas quando chegou o primeiro *Juruá* (homem branco) nessa terra, que viu que ela era rica em madeiras, pedras e outros elementos valiosos, nesse momento começaram a surgir os sintomas do racismo contra os povos indígenas no Brasil.

Ainda nas palavras de Luciano Baniwa (2006),

Foram [522] anos de dominação e, em que pesem as profecias de extinção definitiva dos povos indígenas no território brasileiro, previstas ainda no milênio passado, os índios estão mais do que nunca vivos: para lembrar e viver a memória histórica e, mais do que isso, para resgatar e dar continuidade aos seus projetos coletivos de vida, orientados pelos conhecimentos e pelos valores herdados dos seus ancestrais, expressos e vividos por meio de rituais e crenças. São projetos de vida de 222 povos que resistiram a toda essa história de opressão e repressão. Viver a memória dos ancestrais significa projetar o futuro a partir das riquezas, dos valores, dos conhecimentos e das experiências do passado e do presente, para garantir uma vida melhor e mais abundante para todos os povos. Mas essa abundância de vida, buscada por todos os povos do mundo, para os povos indígenas passa necessariamente pela manutenção dos seus modos próprios de viver, o que significa formas de organizar trabalhos, de dividir bens, de educar filhos, de contar histórias de vida, de praticar rituais e de tomar decisões sobre a vida coletiva. Dessa maneira, os povos indígenas não são seres ou sociedades do passado. São povos de hoje, que representam uma parcela significativa da população brasileira e que por sua

diversidade cultural, territórios, conhecimentos e valores ajudaram a construir o Brasil (LUCIANO BANIWA, 2006, p. 18).

Segundo a Ong *Survival* (POVOS..., 2020):

A história dos povos indígenas do Brasil tem sido marcada pela brutalidade, escravidão, violência, doenças e genocídio. Quando, em 1500, os primeiros colonos europeus chegaram à terra que é hoje chamada de Brasil, ela era habitada por um número estimado de milhões de indígenas que viviam em cerca de 2.000 etnias diferentes. No primeiro século de contato, 90% dos indígenas foram exterminados, principalmente por meio de doenças trazidas pelos colonizadores, como a gripe, o sarampo e a varíola e entre muitas outras doenças. Nos séculos seguintes, milhares de vítimas morreram ou foram escravizadas nas plantações de cana-de-açúcar e na extração de minérios e borracha pelos próprios colonizadores. Isso remete que a década de 50, a população tinha caído para um número tão baixo que foi previsto que nenhum indígena sobreviveria até o ano de 1980. Estima-se que, em média, um povo se tornou extinto a cada ano entre 1900 e 1957. Em 1967, um procurador federal chamado Jader Figueiredo publicou um relatório de 7.000 páginas que catalogou milhares de atrocidades e crimes cometidos contra os povos indígenas, incluindo assassinatos, roubos de terra e escravidão. (POVOS..., 2020)

Nos primeiros séculos após a invasão, o número de morte dos indígenas foi tão alto que sobrou um número pequeno de nós, como já vimos anteriormente. Para nós, indígenas, esse fato é muito triste e dolorido, porque ainda estamos perdendo vidas na luta contra os invasores de território, pelo fato de continuarmos defendendo a natureza e o planeta que nos sustenta.

Esta situação passou a mudar somente após a década de 80 e a população indígena voltou a aumentar. Segundo dados do Instituto Socioambiental (ISA), a população indígena vem crescendo em média 3,5% ao ano. Por essa razão, inclusive, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) incluiu a categoria “indígena” no censo demográfico, de modo que além do aumento da população, aumentou também a autodeclaração de pessoas indígenas, segundo o Jornal Nexa (CRESCER..., 2022).

Nas palavras do próprio Instituto:

No Censo 2010, o IBGE aprimorou a investigação sobre a população indígena no país, investigando o pertencimento étnico e introduzindo critérios de identificação internacionalmente reconhecidos, como a língua falada no domicílio e a localização geográfica. Foram coletadas informações tanto da população residente nas terras indígenas (fossem indígenas declarados ou não) quanto indígenas declarados fora delas. Ao todo, foram registrados 896,9 mil indígenas, 36,2% em área urbana e 63,8% na área rural. O total inclui os 817,9 mil indígenas declarados no quesito cor ou raça do Censo 2010 (e que servem de base de comparações com os Censos de 1991 e 2000) e também as 78,9 mil pessoas que residiam em terras indígenas e se declararam de outra cor ou raça (principalmente pardos, 67,5%), mas se consideravam “indígenas” de acordo com aspectos como tradições, costumes, cultura e antepassados.

Esse número pode parecer grande, mas se levarmos em consideração o total de povos no Brasil é ainda muito pequeno, em comparação ao percentual da população autodeclarada indígena em *Abya Yala*, como se pode observar na figura a seguir:

**Imagem 8 - Distribuição dos povos indígenas em *Abya Yala***



Fonte: CEPAL/ONU (2015)

A população indígena existente hoje no Brasil é de cerca de 896.917 de pessoas (BRASIL, 2010), distribuídas em mais 305 grupos étnicos, responsáveis pela diversidade de mais de 274 línguas.

**Imagem 9** – População indígena no Brasil em 2010



**Fonte:** A partir de dados do Censo Demográfico de 2010 (CONHEÇA..., 2022)

No território brasileiro, nos distribuímos da seguinte forma:

**Imagem 10** – Distribuição da população indígena no território brasileiro



**Fonte:** A partir de dados do Censo Demográfico de 2010 (CONHEÇA..., 2022)

## 2.2 Acesso ao Ensino Superior no Paraná – Vestibular dos Povos Indígenas

A Lei 13134 de 18/04/2001, modificada pela Lei 14995 de 09/01/2006, foi a primeira política afirmativa voltada para os povos indígenas que vivem no Brasil, mais especificamente no Estado do Paraná. Seu objetivo era garantir a essa população direito a acessar uma

universidade pública para cursar Ensino Superior. Essa lei foi conquistada por meio da luta de caciques, lideranças e dos próprios estudantes daquela época, uma vez que o direito à educação dos povos indígenas foi garantido pela Constituição Federal de 1988, mas na prática permanecia no papel até o final da década de 90. No início dos anos 2000, quando as universidades paranaenses nem sonhavam em ter estudantes indígenas em suas instituições, a luta e a resistência dos povos indígenas Kaingang, Guarani e Xetá alcançavam essa conquista, possibilitando, dessa forma, o surgimento dos novos movimentos sociais que protegem as leis indígenas no Brasil. Foi então que os povos indígenas deram início a uma nova caminhada. O vestibular dos Povos Indígenas no Paraná veio para dar apoio aos estudantes indígenas que queriam prosseguir seus estudos, ter uma carreira acadêmica e ingressar na vida universitária.

No entanto, a implantação dessa política se deu sem articulação com as universidades, tal como afirma Amaral (2010 *apud* FAUSTINO; NOVAK; CIPRIANO, 2013).

A lei foi proposta sem a consulta formal aos entes envolvidos, os quais só foram informados de seu teor após sua promulgação, no contexto das comemorações dos 500 anos do Brasil, atravessada por interesses político-eleitorais. Seguida da publicação da lei, sem o conhecimento das universidades e dos indígenas, as instituições de Ensino Superior, sem terem instaurado um debate sobre a questão, tiveram que se organizar apressadamente para o seu cumprimento. Essa falta de discussão com os envolvidos não é uma exclusividade do processo paranaense para os indígenas. Estudos da área mostram que o ingresso de minorias no Ensino Superior vem ocorrendo sem maiores debates, evidenciando-se o pouco conhecimento das comunidades acadêmicas sobre esse acesso. (FAUSTINO; NOVAK; CIPRIANO, 2013, p. 73)

Essa falta de articulação com as IES fez com que, no entendimento de Faustino, Novak, Cipriano (2013), “no caso da Universidade Estadual de Maringá, [fosse] comum a falta de informação [em relação à política] tanto entre os professores coordenadores de colegiado de cursos quanto entre o corpo técnico e os alunos não indígenas” (FAUSTINO; NOVAK; CIPRIANO, 2013, p. 73). E posso afirmar que nas demais IES não é diferente. Minha orientadora, por exemplo, afirmou que teve conhecimento da política somente em 2011, 10 anos após sua implantação, portanto, quando já era docente da instituição há 12 anos e recebeu um estudante indígena no curso de Letras.

Em relação à organização do primeiro

processo seletivo para cumprimento da Lei nº 13.134 [este] foi normatizado, conforme Amaral (2010), em 31 de agosto de 2001, por meio da Resolução Conjunta n.º 035/2001, que envolveu os Secretários de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e da Justiça e Cidadania e os reitores das universidades estaduais do Paraná. A Resolução Conjunta n.º 18/2001, firmada entre a SETI e as universidades estaduais do Paraná instituiu um grupo de trabalho,



composto por representantes de cada universidade estadual, o qual era responsável pelo detalhamento das regras de ingresso dos indígenas nessas instituições de ensino. Segundo o autor, o grupo reuniu-se apenas uma vez, nos dias 21 e 22/09 de 2001, definindo, nesse período de tempo, a minuta de Resolução Conjunta n. 035/2001. Esta resolução normatiza o vestibular dos povos indígenas no Paraná como um processo específico, com critérios classificatórios, prova oral e prova em língua indígena, além dos demais conteúdos obrigatórios do ensino médio. As vagas ofertadas são sobressalentes, ou seja, é possível aumentar até duas vagas por curso, as quais se somam ao número ofertado anualmente pelas universidades paranaenses para seus cursos superiores. (FAUSTINO; NOVAK; CIPRIANO, 2013, p. 73)

Fica claro na pesquisa de Amaral (2010) que a implantação da Lei nº 13.134 se deu de forma improvisada e não especializada, já que, uma vez criada pela SETI, às IES cabia cumprir a Lei como fosse possível.

Do ponto de vista da execução dos processos seletivos, até 2018 era

feito um revezamento anual entre as universidades estaduais e a Universidade Federal do Paraná, que se incluiu no processo em 2005, para a realização do processo de ingresso, configurando-se assim um rodízio que não apenas permite a organização e envolvimento das comunidades acadêmicas de cada instituição, mas possibilita aos candidatos indígenas conhecer diferentes cidades e universidades, ao participarem do processo. Para a inscrição, além dos documentos comumente exigidos para ser um estudante do Ensino Superior, o candidato deverá apresentar uma carta de recomendação assinada pelo cacique da comunidade à qual pertence, informando sua etnia e se reside ou residiu, por ao menos dois anos, em terra indígena situada no Estado do Paraná. Os candidatos à Universidade Federal do Paraná devem apresentar esta carta de recomendação, que pode ser assinada apenas por um representante da FUNAI, sem que haja a obrigatoriedade de residência no Estado do Paraná. (FAUSTINO; NOVAK; CIPRIANO, 2013, p. 74)

No início da oferta do Vestibular, a partir de 2001, como havia poucos indígenas com o Ensino Médio concluído, o número de inscritos no Vestibular dos Povos Indígenas não passava de cem pessoas. Esse número aumentou tanto – em 2018 foram mais de 800 inscritos – que não era possível alojar a todos em só lugar. Até essa época, o vestibular era centralizado, acontecia em um único lugar e, em cada ano, era organizado por uma IES participante do consórcio, em sistema de rodízio. Por causa do aumento de número de candidatos, caciques das aldeias e lideranças, juntamente com a CUIA estadual e a SETI decidiram que era preciso descentralizar o Vestibular dos Povos Indígenas. Depois dessa decisão, passaram a existir 05 polos de aplicação do vestibular: 1) Terra Indígena Rio das Cobras, 2) Terra Indígena Mangueirinha, 3) Centro de Educação profissional de Manoel Ribas, 4) Londrina e 5) Curitiba. Essa divisão foi feita com objetivo de acomodar os candidatos inscritos, porque antes disso as provas ocorriam em Faxinal do Céu, no município de Pinhão. Esse ajuste trouxe alívio para os organizadores, pois facilitou o alojamento dos candidatos. Com a descentralização, os candidatos estão sendo mais bem acomodados em

questão de organização, alimentação e alojamentos no processo de o ingresso de indígenas no ensino superior.

Com relação à instituição da Comissão Universidade para Índios, somente em 2004, às vésperas da realização do terceiro processo seletivo é que foram feitos encaminhamentos para torná-la uma comissão permanente, “composta por três docentes de cada instituição de Ensino Superior, indicados pelas reitorias e nomeados pela SETI – Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia e Ensino Superior” (FAUSTINO; NOVAK; CIPRIANO, 2013, p. 74). Ou seja, os estudantes que entraram nos dois primeiros vestibulares não tiveram acompanhamento formal das instituições nos dois primeiros anos de curso.

A partir do momento em que a comissão se tornou permanente é que ela passou a ser responsável pelo “acesso, a permanência e a conclusão nos cursos de graduação” (FAUSTINO; NOVAK; CIPRIANO, 2013, p. 74). Foi também somente nesse momento que a Resolução indicou que os “três membros de cada uma das universidades públicas, [devem ser] indicados pelos reitores mediante experiência na área de ensino, pesquisa e extensão com populações indígenas ou tradicionais e comprometimento com as políticas de inclusão” (FAUSTINO; NOVAK; CIPRIANO, 2013, p. 74).

Na minha opinião, a Cuia é uma comissão que sempre esteve disposta a atender as demandas dos estudantes que chegavam à universidade, ou seja, o papel dela é ajudar. A Cuia Estadual é um grupo organizado nos termos descritos por Faustino, Novak, Cipriano (2013) e a chamada Cuia local é um grupo mais amplo, que atende as demandas locais dos/das estudantes. Participando dessa comissão como representante discente tive muitas experiências positivas, acompanhando as reuniões em que eram discutidos diversos assuntos, como por exemplo: a) a questão dos alunos que tinham dificuldades nas aulas, b) nossa participação (da UEPG) no vestibular dos povos indígenas, c) o orçamento de gastos relativo ao auxílio-permanência, d) realização de eventos, dentre outros.

Os componentes da comissão são professores que possuem experiência com trabalhos com povos indígenas, indicados pelo reitor, e o representante discente é indicado pelo conjunto de estudantes indígenas da universidade. Até 2020, a Cuia tinha essas funções, mas a partir do início da pandemia do Novo Coronavírus a Cuia trabalhou em dobro para poder atender a todos: precisamos ajudar na questão de orientar os/as estudantes em relação aos cuidados com a saúde; a própria universidade cuidou do acesso dos/das estudantes à vacina, já que somos público prioritário; organizamos também o retorno dos estudantes às aldeias, porque sabíamos que elas seriam fechadas para proteger nossas comunidades; recebemos marmitas e cestas básicas, pois os restaurantes universitários foram imediatamente fechados;

quando entramos em regime remoto, tivemos prioridade no empréstimos de computadores, smartphones com pacotes de dados e tablets, além de outras ações necessárias (UEPG, 2021). A Cuiá teve um trabalho maior durante esse período, mas teve também muita força de vontade, por isso digo que essa comissão é batalhadora, já que sempre estava disponível para ajudar e orientar os alunos indígenas com dificuldades.

Já em relação ao Vestibular dos Povos Indígenas no Paraná, ele sempre foi gratuito, pois

os candidatos indígenas enfrentam grandes dificuldades financeiras, pois, como as terras indígenas no Paraná estão inseridas em regiões de agricultura totalmente mecanizada, voltada para a produção de grãos (milho, soja, trigo, algodão), sendo a utilização de mão de obra quase inexistente e as cidades mais próximas, municípios pequenos e com IDH – Índice de Desenvolvimento Humano muito baixo, elas não oferecem a seus habitantes quase nenhuma oportunidade de emprego e renda. (FAUSTINO; NOVAK; CIPRIANO, 2013, p. 75)

Durante alguns anos, “a FUNAI se responsabiliz[ou] pelo transporte dos alunos das Terras Indígenas até os locais de prova, por meio de um acordo entre as universidades e a CUIÁ” (FAUSTINO; NOVAK; CIPRIANO, 2013, p. 75), mas há algum tempo a universidade que coordena o vestibular naquele ano passou a assumir esses custos, assim como continua a se responsabilizar-se “pela alimentação e estadia dos candidatos e pelo custo com a elaboração, aplicação e correção das provas, as quais são organizadas pela comissão do vestibular de cada instituição” (FAUSTINO; NOVAK; CIPRIANO, 2013, p. 75).

Do ponto de vista do formato,

O Vestibular Específico dos Povos Indígenas no Paraná é um processo classificatório com provas de Língua Portuguesa Oral, Língua Portuguesa – Redação e Interpretação, Língua Estrangeira e/ou Línguas Indígenas (Guarani ou Kaingang), Biologia, Matemática, Física, Química, História e Geografia. (FAUSTINO; NOVAK; CIPRIANO, 2013, p. 75).

Existem dois grandes diferenciais do Vestibular dos Povos Indígenas no Paraná: a prova oral em língua portuguesa, que é obrigatória para todos/as e a opção de realizar prova escrita em língua indígena, dentro do bloco de línguas adicionais.

Em relação à prova oral, sua permanência

tem sido discutida pela CUIÁ por seu caráter subjetivo, porém é uma forma de reconhecer a tradição oral dos povos indígenas com maior valorização dos conhecimentos tradicionais e das formas predominantes de linguagem dessas populações. (FAUSTINO; NOVAK; CIPRIANO, 2013, p. 75).

Do ponto de vista logístico, ela acontece sempre no primeiro dia de provas. Para realizá-la, o candidato recebe um texto escrito pequeno ou assiste a um vídeo curto e tem um tempo definido para lê-lo/assisti-lo. Depois disso, a banca faz entre duas e três perguntas e o candidato deve respondê-las dentro de um tempo especificado. Essa prova tem a função de avaliar a capacidade leitura e de expressão oral dos candidatos ao ensino superior no Paraná. Em algumas reuniões da Cuiabá estadual, houve discussões sobre a possibilidade de retirar a etapa da prova oral do vestibular, pois alguns indígenas alegavam sentir medo ou vergonha de falar em língua portuguesa diante da banca de dois docentes. Eu mesmo, nos dois primeiros vestibulares que realizei, tive muita dificuldade em falar e explicar os textos para os professores aplicadores de prova. Eu lia, compreendia, mas não sabia como começar a explicar o texto, tremia de medo de errar a linguagem. Hoje vejo que a experiência me trouxe mais segurança no sentido de superar o desafio de entrar na universidade. Por outro lado, a prova do segundo dia, de conhecimentos gerais, se torna mais fácil, pois é escrita, sobre os conteúdos trabalhados no Ensino Médio.

#### Já as provas de língua indígena

são consideradas como importante elemento no reconhecimento institucional da interculturalidade, podendo também suscitar maiores reflexões acerca de possibilidades de políticas de permanência e abertura das universidades para os conhecimentos tradicionais dos povos e línguas indígenas. A prova é elaborada anualmente por professor indígena da Educação Básica de diferentes escolas do estado, com o intuito de respeitar as formas variadas de escrita, uma vez que a escrita das línguas indígenas ainda é incipiente no estado, carecendo de vocabulário, gramáticas e materiais de leitura em geral (FAUSTINO, 2006). (FAUSTINO; NOVAK; CIPRIANO, 2013, p. 75).

Como já disse, na prova de conhecimentos gerais, na área de línguas adicionais, também temos opção de realizar prova de língua materna (indígena) Kaingang ou Guarani. É importante ter essa opção. Já que é um vestibular indígena, não podemos esquecer das nossas línguas maternas. Essa opção o candidato já escolhe no ato da inscrição do vestibular.

Ainda na inscrição, o candidato indica também a “instituição em que gostaria de estudar [...] porém o curso pode ser escolhido posteriormente, na ocasião da matrícula” (FAUSTINO; NOVAK; CIPRIANO, 2013, p. 75). A CUIA da instituição deveria auxiliar essa escolha, apresentando “aos candidatos [...] as áreas do conhecimento, os cursos, a profissionalização e as possibilidades de atuação depois de formados, para que assim tenham melhor conhecimento e informações sobre a área/curso em que desejam ingressar” (FAUSTINO; NOVAK; CIPRIANO, 2013, p. 75).

Quando fui prestar o vestibular, já sonhava em cursar Licenciatura em Geografia, ou seja, queria ser professor. Quando fui aprovado e fui realizar a matrícula, em fevereiro de 2013, já tinha em mente o que queria fazer. Somente depois que iniciei o curso é que pude entender que a Geografia vai muito além do que eu imaginava, puxando mais para a matemática, como cartografia, climatologia e muito mais. Hoje sei que nos primeiros meses estava fazendo o curso, mas não entendia exatamente o que ele significava, pois isso acabei reprovando de ano duas vezes. No entanto, nos últimos dois anos do curso entendi o que realmente a geografia estudava. Por isso digo que é possível não entender o curso nos primeiros anos, mas infelizmente é assim que os estudantes entram na Universidade. Talvez por isso muitos desistam logo, pois às vezes é difícil compreender a linguagem dos cursos.

Em relação ao perfil dos candidatos, a análise dos questionários socioeducacionais dos vestibulares de 2001 a 2011

mostra que cerca de 50% dos indígenas que se inscreveram para o processo seletivo não cursaram o Ensino Médio regularmente; muitos deles o fizeram em caráter profissionalizante ou supletivo. O tempo decorrido entre o término do Ensino Médio e o ingresso no Ensino Superior é, em média, de cerca de três anos. Embora não haja estudos específicos sobre cada um desses elementos, somados, são os causadores de parte das dificuldades encontradas pelos indígenas em concluir seus estudos no nível superior de maneira regular, dentro do período de 4/5 (quatro ou cinco anos) destinados à formação nas licenciaturas e bacharelados. (FAUSTINO; NOVAK; CIPRIANO, 2013, p. 75).

Minha história mostra o que dizem Faustino, Novak e Cipriano (2013). Comecei a frequentar a escola quando tinha 7 anos de idade, sempre em escola indígena. Quando concluí o Ensino Fundamental, desde a primeira série no Ensino Médio já pensava em fazer faculdade, mas meus colegas diziam “vamos terminar o Ensino Médio e parar por aqui, vamos trabalhar”. Eu dizia: “quero um dia estar na faculdade”. No primeiro ano do Ensino Médio, éramos 57 alunos, mas com o passar do tempo esse número foi diminuindo de modo tal que chegamos ao terceiro e último ano com apenas 10 alunos. É difícil comentar, mas o desafio para acessar o Ensino Superior começa no Ensino Médio. Muitos não conseguem concluir os estudos porque têm que cuidar dos filhos, precisam trabalhar para sustentar a família, precisam vender artesanatos. Por essas e outras razões muitos não conseguem terminar o Ensino Médio regular, em três anos, e vão para a Educação de Jovens e Adultos (EJA), para que possam concluir os estudos e se inscrever no vestibular indígena. No entanto, mesmo tendo dificuldades para concluir essa etapa do ensino, pois a aldeia em que eu morava ficava distante da escola que ofertava o Ensino Médio (tinha que caminhar 4 quilômetros para pegar o ônibus escolar que passava para levar alunos, por isso era impossível ir para escola

nos dias de chuva), digo que temos a possibilidade de realizar nossos sonhos e desejos se correremos atrás de alcançar nossos objetivos.

Como aconteceu no meu caso, outro fator que pode ser um dos causadores das dificuldades dos estudantes indígenas quando estes entram na universidade pode ser o fato de que

antes de 2008 não havia Ensino Médio nas próprias TIs do Paraná e as escolas dos municípios circunvizinhos são distantes. Por não haver a oferta permanente de transporte municipal para os jovens indígenas se deslocarem da zona rural para as cidades, durante longo período houve muitas faltas às aulas e uma grande dificuldade de formação regular nos anos finais da Educação Básica. (FAUSTINO; NOVAK; CIPRIANO, 2013, p. 75).

A escolaridade dos professores que atuam em escolas indígenas também é muito heterogênea “situação que já fora detectada no Censo Escolar Indígena em 1999. No Censo de 2005, 9,9% dos professores em atuação nas escolas indígenas não concluíram o ensino fundamental; 12,1% têm o ensino fundamental completo; 64,8% têm o ensino médio; e 13,2% têm ensino superior. (BRASIL, 2007, p. 20)” (FAUSTINO; NOVAK; CIPRIANO, 2013, p. 75).

Uma das grandes motivações para o indígena vir para a universidade tem relação com

a consciência da necessidade de escolarização [...], vista tanto pelos Kaingang como pelos Guarani no Paraná (FAUSTINO, 2006) como forma de conseguir um emprego melhor, já que não é mais possível a essas populações viverem apenas dos recursos oriundos das roças familiares, atividades de pesca e coleta e, com a mecanização da produção, os empregos no entorno são poucos. (FAUSTINO; NOVAK; CIPRIANO, 2013, p. 75).

Muitos não-indígenas ignoram que hoje as aldeias têm dificuldade, o que faz com que muitos de nós precisemos sair e migrar para cidades em busca de sobrevivência, vendendo artesanatos. Os meios de sobrevivência dos povos indígenas na atualidade são muito diferentes dos anos em que nossos avós viviam. Antigamente não existiam agrotóxicos que poderiam matar nossas caças, pescas etc. como existem hoje. A natureza foi e ainda é esmagada pelos usos de insumos químicos das lavouras, por isso não encontramos mais alimentos na natureza. É por essa razão que dizemos que, atualmente, a única forma que encontramos de sobreviver é por meio do estudo formal, que nos permite trabalhar nos colégios indígenas ou em empresas fora da aldeia.

Considerando as dificuldades financeiras enfrentadas pelos indígenas, como mencionado por Faustino, Novak, Cipriano (2013), a Lei nº 13.134 previu “um auxílio

mensal, denominado [inicialmente] Bolsa Auxílio ao Estudante Indígena das universidades públicas do Paraná”, que passou a se chamar ‘auxílio permanência’. Em 10/03/2022, o auxílio teve uma correção de 25%, passando, desse modo, de R\$900,00 para R\$1.125,00, ou de R\$1.350,00 para R\$1.687,50, se o estudante tiver dependentes.

Essa correção só ocorreu com o envolvimento de todos os estudantes indígenas das universidades paranaenses, quando, em reuniões da Cuiabá estadual, alguns apresentaram suas dificuldades em se manter nas cidades onde estavam morando. A partir disso, no início de 2021 aconteceu a primeira reunião com todos os estudantes, caciques e representante da Funai. Em novembro de 2021, tivemos um encontro com Professor Aldo, Superintendente da SETI para discutirmos o aumento do valor do auxílio-permanência, o ofício foi aprovado em fevereiro de 2022 e o novo valor foi cedido em abril de 2022. Como disse, esse valor foi ajustado graças ao movimento de todos os estudantes das universidades do Paraná, razão pela qual esse resultado é mais uma conquista nossa, o que mostra a força que temos. Se não fosse nossa união e a força, ainda estaríamos enfrentando dificuldades, o que não quer dizer que esse aumento está bom, mas já nos coloca numa situação um pouco melhor em relação a que estávamos.

Em 2018, o governo do Paraná contabilizava 230 indígenas matriculados em 28 cursos de graduação em sete universidades estaduais, o que também é uma vitória da nossa resistência.

### 2.3 Permanência dos estudantes indígenas nas universidades paranaenses

Mesmo que a CUIA tenha assumido, desde 2004, a responsabilidade pelo “acesso, a permanência e a conclusão nos cursos de graduação” (FAUSTINO; NOVAK; CIPRIANO, 2013, p. 74) dos estudantes indígenas das IES paranaenses, depois de 21 anos de política, há cerca de 120 indígenas formados em todas as universidades do estado em várias áreas de conhecimento.

Parece que durante muitos anos a preocupação com os estudantes indígenas restringia-se ao acesso ao Ensino Superior e somente há pouco tempo a questão que vem sendo debatida junto à CUIA e demais membros das instituições são formas de tentar manter os estudantes na universidade, porque é difícil ficar longe da família, já que enfrentamos dificuldades de ordem financeira, linguística e de comunicação, além de termos de nos acostumar ao ambiente universitário. Por essas razões, muitos de nós chegamos até universidade, mas não conseguimos permanecer e acabamos desistindo dos cursos. Segundo Amaral (2010), se

ressalta um significativo índice de evasão de acadêmicos indígenas, totalizando uma média de 44%. Segundo Faustino, Novak e Cipriano (2013, p. 77-78)

evidencia-se a necessidade de se criar uma política efetivamente pública, que extrapole os limites do assistencialismo e reconheça que abrir espaço para os indígenas nas universidades sem eles terem condições materiais efetivas para a sua permanência não é ação suficiente para a inclusão, podendo, inclusive criar situações de falsas expectativas nas comunidades, e mesmo de preconceito diante dos insucessos desses acadêmicos. São necessárias análises que avaliem essas políticas em sua totalidade, tanto no que diz respeito às universidades quanto no que se refere aos impactos que elas vêm causando nas comunidades indígenas que estão recebendo os graduados. (FAUSTINO; NOVAK; CIPRIANO, 2013, p. 77-78).

Ainda segundo as mesmas autoras, as universidades paranaenses, “por meio da ação de alguns professores, técnicos e dos próprios estudantes indígenas, têm elaborado e implementado políticas de acompanhamento e permanência dos indígenas no Ensino Superior do Estado do Paraná” (FAUSTINO; NOVAK; CIPRIANO, 2013, p. 79), o que faz com que o processo seja lento e resulte nos números que aparecem na Tabela 1, que sistematiza a quantidade de indígenas formados pelas IES paranaenses, entre 2004 e 2012.

**Quadro 1** – Indígenas formados nas universidades estaduais do Paraná ingressantes pelo Vestibular dos Povos Indígenas no Paraná entre 2004 e 2012

Instituição	Sexo	Etnia	Formados	Formados curso	Total
UEL	M	Guarani	Jornalismo	1	6
	F	Guarani	Medicina	1	
	M	Guarani	Med. Veterinária	1	
	F	Guarani	Odonto	1	
	M	Guarani	Odonto	1	
	F	Guarani	Serviço Social	1	
UEM	M	Guarani	Ciências Sociais	1	8
	M	Kaingang	Direito	1	
	F	Guarani	Enfermagem	1	
	F	Guarani	Enfermagem	1	
	F	Kaingang	Enfermagem	1	
	F	Kaingang	Enfermagem	1	
	F	Guarani	Pedagogia	1	
UEPG	F	Guarani	Pedagogia	1	2
	F	Kaingang	Direito	1	
Unicentro	F	Kaingang	Pedagogia	1	5
	F	Kaingang	Pedagogia	1	
	F	Kaingang	Serviço Social	1	
	F	Kaingang	Serviço Social	2	
	M	Kaingang	Administração	1	
Unioeste	----	----	-----	-----	0
Unespar	----	----	-----	-----	0
UENP	F	Kaingang	Ciências Biológicas		7
	F	Guarani	Geografia	1	
	F	Guarani	Geografia	1	
	M	Guarani	História	1	
	F	Kaingang	Letras	1	
	F	Kaingang	Pedagogia	1	
F	Guarani	Pedagogia	1		
<b>Total de Alunos Formados</b>					<b>28</b>

**Fonte:** Faustino, Novak e Cipriano (2013, p. 79), a partir de Informações disponibilizadas pelas Cuias de cada instituição.



O surgimento desses novos movimentos implica diversas lutas, como a luta pelo reconhecimento das diferentes culturas que convivem no território brasileiro, as quais revelam que a existência da diferença atrapalha a construção de uma identidade nacional. Assim é a história do Brasil e dos demais países Latino-Americanos: a colonização é um projeto de imposição de um modo de vida, o europeu, sobre quaisquer outros, pois os invasores não conseguem compreender ou aceitar a possibilidade de outros modos de viver e ser diferentes do seu.

A conquista de direitos pela Constituição de 88 deixou evidente, a partir da década de 1990, a violação dos direitos indígenas, que vem sendo uma constante desde então. No entanto, da parte dos povos indígenas, a conquista de direitos incentivou ainda mais a resistência, que levou a conquistas de mais direitos, apesar das fragilidades das instituições que devem colocá-los em prática.

A análise das entrevistas desta pesquisa mostra que o indígena, além de vivenciar todas as dificuldades que todo estudante tem que enfrentar quando ingressa na Universidade, uma vez que esta difere do Ensino Médio por ter metodologias específicas da academia, muitas disciplinas a cumprir, diferentes métodos de pesquisas a utilizar, além da exigência de saber lidar com novas tecnologias e distintas formas de avaliação e outros mecanismos acadêmicos, precisa se adaptar a uma realidade bastante diferente da sua, com uma série de receios, como a desconfiança, da parte de alguns colegas de sala, em relação à forma de seleção pela qual nós, indígenas, entramos na Universidade. É frequente os demais estudantes acharem que estamos “tomando” suas vagas do vestibular, pois estes entendem que há uma reserva de vagas para os brancos. É constante termos que explicar que não estamos ocupando vagas “dos outros” e, sim, que o Estado, devido à história de expropriação das terras e às condições que vivemos na atualidade, determinou a criação de vagas suplementares no âmbito de políticas de ação afirmativa e da realização de um vestibular diferenciado.

Como já disse, em 2001, houve a realização do primeiro Vestibular dos Povos Indígenas no Paraná, quando os primeiros indígenas tiveram contato com a universidade. Até 2005, eram oferecidas 03 vagas em cada instituição estadual, as quais foram ampliadas para 6 em 2006. Muitos indígenas que entraram na universidade e não conseguiram concluir o curso alegam que uma das maiores dificuldades que tinham que enfrentar era o racismo, que já causava transtorno aos nós, estudantes indígenas.

Atualmente, depois de 20 anos da implantação da Lei 13134, mesmo lentamente o cenário é diferente: há indígenas formados pelas universidades públicas do Paraná. Esse era e

é o sonho de muitos indígenas e pode ser realizado sem que fosse necessário ocupar o lugar de ninguém, como a sociedade branca sempre alegou. Nossas vagas sempre foram suplementares desde 2001, vagas estas que estão cada vez mais sendo valorizadas e ocupadas nas universidades. Esses que aqui permanecem foram e estão superando os desafios que muitos não conseguiram vencer. Na academia, pensava muito em desistir, mas tomei a decisão de permanecer. Mesmo que meu sonho tarde, vou continuar e vencer essa luta. Hoje eu olho para trás e vejo que se tomamos a decisão de vencer podemos vencer, pois tem muitos vencedores aqui.

Há muitos relatos de acadêmicos indígenas de todo país, que passaram por desafios muito grandes para ser formar. O curso de medicina, por exemplo, é o que mais tem discriminação, porque no ponto de vista da sociedade em geral o indígena não tem capacidade para se tornar médico. Quando um aluno indígena consegue um desempenho melhor do que o de um não-indígena já começam a desacreditar, afirmam que alguém fez o trabalho para ele ou falam que nós não somos bons como eles. No caso do curso de Geografia, aconteceu exatamente isso comigo: o professor falava para mim que era interessante o indígena estar na universidade, mas não tinha uma preparação específica para ajudar nas disciplinas. Por isso que nós, estudantes indígenas, precisamos ser preparados para permanecer na universidade, mas a universidade também precisa se preparar para nos receber.

## CAPÍTULO 3 – RACISMO CONTRA OS POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

Qualquer estudo sobre o racismo no Brasil deve começar por notar que o racismo no Brasil é um tabu. De fato, os brasileiros se imaginam numa democracia racial. Essa é uma fonte de orgulho nacional, e serve, no nosso confronto/comparação com outras nações, como prova incontestada de nosso status de povo civilizado. (GUIMARÃES, 1995, p. 26)

Muitas pessoas desconhecem que a discriminação contra pessoas indígenas configura racismo, razão pela qual a Defensoria Pública do estado do Amazonas fez a seguinte campanha informativa:

Você sabia que discriminar um indígena por sua etnia, características de cor da pele e traços físicos e de seus costumes e crenças também é considerado racismo? Se não sabia, é bom entender que esse tipo de discriminação também é crime previsto em lei e passível de punição com multa e prisão de até cinco anos, da mesma forma que acontece quando se discrimina a população negra. Este é um dos casos de racismo que são atendidos pelo Núcleo de Direitos Humanos da Defensoria Pública do Estado do Amazonas (DPE-AM). O crime de racismo, caracterizado pela Constituição Federal como inafiançável e imprescritível, vai bem além da discriminação da população negra, como é mais comumente associado. A Lei Federal 7.716/89, conhecida como Lei do Racismo, prevê que “serão punidos, na forma desta Lei, os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional”, o que inclui os indígenas. (DISCRIMINAÇÃO..., 2022)

Por essa razão, a população indígena está incluída na lei que pune essas discriminações. Neste capítulo discutirei essa questão, a começar pela noção de racismo.

### 3.1 O que é racismo?

Pensar sobre o racismo contra os povos indígenas, na visão do parente Ailton Krenak (2020), pressupõe pensar sobre a relação entre o Ocidente e o Oriente:

A invenção do oriente coincide com a invenção dos indígenas. Os chamados povos indígenas são uma invenção do ocidente, produto do ciclo de colonização. Assim como um certo oriente vive na cabeça das pessoas, existe também certo mundo selvagem, dos povos indígenas. Encaixar-se nessa perspectiva é, de certa maneira, numa perspectiva colonialista do mundo. Essa visão é que o Said faz de uma maneira muito importante, o que de certo modo inaugurou essa discussão sobre a produção de mundos de que o ocidente é próspero: inventar mundo para os outros. Estamos no mesmo pé. Somos uma invenção do ocidente (ENTREVISTA..., 2020).

Para Silvio Almeida (2019), todos os povos que existiam antes de colonização europeia tinham conflitos entre si, para proteger seus territórios contra invasão. No entanto, a construção da ideia de que existem humanos e não-humanos é fruto da história moderna.

Se antes desse período ser *humano* relacionava-se ao pertencimento a uma comunidade política ou religiosa, o contexto da expansão comercial burguesa e da cultura renascentista abriu as portas para a construção do moderno ideário filosófico que mais tarde transformaria o europeu no *homem universal* (atentar ao gênero aqui é importante) e todos os povos e culturas não condizentes com os sistemas culturais europeus em variações menos evoluídas. Falar de como a ideia de raça ganha relevância social demanda a compreensão de como o homem foi construído pela filosofia moderna. A noção de homem, que para nós soa quase intuitiva, não é tão óbvia quanto parece: é, na verdade, um dos produtos mais bem-acabados da história moderna e exigiu uma sofisticada e complexa construção filosófica. (ALMEIDA, 2019, p. 18)

Portanto, foi a filosofia moderna que implantou a noção de *homem universal*, o que impede a aceitação de formas outras de organização social tais como a nossa, do povo Guarani, que acreditamos que fomos criados a partir do próprio Tupã, que viu que a terra precisava de alguém para comandá-la.

Portanto, para entender o que significa raça, precisamos levar em conta de que não se trata de

um termo fixo, estático. Seu sentido está inevitavelmente atrelado às circunstâncias históricas em que é utilizado. Por trás da raça sempre há contingência, conflito, poder e decisão, de tal sorte que se trata de um conceito relacional e histórico. Assim, a história da raça ou das raças é a história da constituição política e econômica das sociedades contemporâneas. Foram, portanto, as circunstâncias históricas de meados do século XVI que forneceram um sentido específico à ideia de raça. A expansão econômica mercantilista e a descoberta do novo mundo forjaram a base material a partir da qual a cultura renascentista iria refletir sobre a unidade e a multiplicidade da existência humana. (ALMEIDA, 2019, p. 18).

A ideia de raça como conhecemos atualmente é um conceito central que permite que a “a universalidade da razão e o ciclo de morte e destruição do colonialismo e da escravidão possam operar simultaneamente como fundamentos irremovíveis da sociedade Contemporânea” (ALMEIDA, 2019, p. 19). Ou seja, classificar os seres é mais uma das “tecnologias do colonialismo europeu para a submissão e destruição de populações das Américas, da África, da Ásia e da Oceania” (ALMEIDA, 2019, p. 19) do que propriamente fruto de uma reflexão filosófica, como querem que pensemos.

Em relação aos povos originários,

a obra do etnólogo holandês, Cornelius de Pauw, é emblemática. Para o escritor holandês do século XVIII, os indígenas americanos “não têm história”, são

“infelizes”, “degenerados”, “animais irracionais” cujo temperamento é “tão úmido quanto o ar e a terra onde vegetam”. Já no século XIX, um juízo parecido com o de Pauw seria feito pelo filósofo Hegel acerca dos africanos, que seriam “sem história, bestiais e envoltos em ferocidade e superstição”. As referências a “bestialidade” e “ferocidade” demonstram como a associação entre seres humanos de determinadas culturas, incluindo suas características físicas, e animais ou mesmo insetos é uma tônica muito comum do racismo e, portanto, do processo de desumanização que antecede práticas discriminatórias ou genocídios até os dias de hoje (ALMEIDA, 2019, p. 20).

Embora os escritos de Pauw (*apud* ALMEIDA, 2019) sejam do século XVIII, ainda hoje muitas pessoas brancas acham que não somos capazes de fazer as coisas e as consequências do que pensam sobre nós levamos para sempre. Por outro lado, nossa resistência permite que possamos, juntamente com apoio das lideranças indígenas e de nossos familiares, chegar aonde quisermos. Eu já fiz essa afirmação, mas repito que o território que atualmente é chamado de brasileiro era nosso, então estamos no nosso espaço, no nosso território. Nossos ancestrais estão vivos, podemos ver isso claramente pelo fato de nossos pensamentos estarem conectados à natureza. É essa força e coragem que nos levam a lutar pelos nossos direitos e conseguirmos cada vez mais. A força do povo indígena vem do espírito da natureza, dos nossos ancestrais.

Para Kilomba (2021), o racismo acontece quando se juntam ao mesmo tempo de três características:

A primeira é a *construção de/da diferença*. A pessoa é vista como “diferente” devido a sua origem racial e/ou pertença religiosa. Aqui temos que perguntar: quem é “diferente” de quem? É o sujeito *negro* [indígena] “diferente” do sujeito *branco* ou o contrário, é o *branco* “diferente” do *negro* [indígena]? Só se torna “diferente” porque se “difere” de um grupo que tem o poder de se definir como norma – a norma *branca*. Todas/os aquelas/es que não são brancas/os são construídas como “diferentes”. A branquitude é construída como ponto de referência a partir do qual todas/os as/os “*Outras/os*” raciais “diferem”. Nesse sentido, não se é “diferente”, torna-se “diferente” por meio do processo de discriminação (KILOMBA, 2021, p. 75).

A parenta Suzi Gakoj Tomaz (2018) dá um exemplo de que, para as pessoas brancas, nós, indígenas, é que somos os diferentes. O povo Kaingang, por exemplo, não conhecia racismo antes da invasão, mas quando os colonizadores chegaram aqui nesse território e os Kaingang tiveram o contato com eles passaram a sofrer os primeiros impactos do racismo pelo próprio processo de aculturação a que o povo Kaingang estava sendo submetido.

Em diversos períodos, na modernidade, o povo Kaingang não sentiu o preconceito e a discriminação, isto enquanto não tinham contato com os não indígenas. Porém, depois que o povo Kaingang teve contato com os colonizadores, houve o acultramento forçado dos indígenas, o que trouxe grandes mudanças, tanto nos

hábitos como no modo de comportamento e junto com isso o preconceito e a discriminação. (TOMAZ, 2018, p. 18)

O próprio processo de aculturação citado pela parenta é fruto da ideia de que devíamos nos tornar iguais aos brancos, para que pudéssemos ser considerados humanos.

A segunda característica que compõe o racismo, ainda na visão de Kilomba (2021), é o fato de que

essas diferenças construídas estão inseparavelmente ligadas a valores hierárquicos. Não só o indivíduo é visto como “diferente”, mas essa diferença também é articulada através do estigma, da desonra e da inferioridade. Tais valores hierárquicos implicam um processo de naturalização, pois são aplicados a todos os membros do mesmo grupo que chegam a ser vistas/os como “a/o problemática/o”, “a/o perigoso”, a/o preguiçosa/o”, “a/o exótica/o”, “a/o colorida/o” e “a/o incomum”. Esses dois últimos processos – a construção da diferença e sua associação com uma hierarquia – formam o que também é chamado de *preconceito*. (KILOMBA, 2021, p. 75-76).

Concordo com o que diz Kilomba (2021) na citação acima, quando ela faz menção em relação às características racistas que os brancos atribuem a nós. É essa visão de que somos inferiores que faz com que, quando vamos a um supermercado, posto de combustíveis, lojas etc., as pessoas olhem para nós com olhar diferente. Também vemos quando um grupo de pessoas está em uma mesa aos risos e param de rir quando nos aproximamos deles. Por que acham que somos diferentes deles? Essa desigualdade que eles veem está muito ligada a uma associação de ideias estereotipadas sobre nós, mas estamos aqui há 522 anos, mesmo com essa mesma barreira. Somos os povos que sempre estiveram aqui e sempre vão estar. Podem nos tirar tudo, mas a nossa raiz, cultura, costume e modo de viver não tiram, isso permanece dentro de nós. Assim foi a luta dos nossos ancestrais. A natureza é ligada ao nosso corpo, mente e espiritualidade.

Para finalizar a diferença entre preconceito e racismo, a autora afirma que ela se dá pelo acréscimo do terceiro elemento, que é o poder, ausente em situações de preconceito.

É a combinação do preconceito e do poder que forma o racismo. E, nesse sentido, *o racismo é a supremacia branca*. Outros grupos raciais não podem ser racistas nem performar o racismo, pois não possuem esse poder. Os conflitos entre eles ou entre eles e o grupo dominante branco têm de ser organizados sob outras definições, tais como preconceito. O racismo, por sua vez, inclui a dimensão do poder e é revelado através de diferenças globais na partilha e no acesso a recursos valorizados, tais como representação política, ações políticas, mídia, emprego, educação, habitação, saúde etc. quem pode ver seus interesses políticos retratados nas agendas nacionais? quem pode ver suas realidades retratadas na mídia? Quem pode ver sua história incluída em programas educacionais? Quem possui o que? Quem vive onde? Quem é protegida/o e quem não é? (KILOMBA, 2021, p. 76).

Na atualidade, somos vistos apenas como povos que não trabalham, que atrasam o desenvolvimento do país, do agronegócio, mas na verdade vivemos da natureza e, para manter nosso modo de vida, precisamos proteger a flora. A pecuária, a agricultura e o desmatamento estão nos encurralando cada vez mais, tornando nossa missão de proteger o meio ambiente quase impossível. Como já disse, a destruição das florestas nos impede de viver somente dentro das nossas aldeias, razão pela qual precisamos migrar para fora da comunidade indígena para tentar buscar o sustento das nossas famílias, já que não há empregos suficientes para toda a população indígena dentro das aldeias. A educação indígena pressupõe interação entre as pessoas, mas como nossa forma de vida não é respeitada pelos brancos, na visão deles somos incapazes, não temos conhecimentos. Por isso também somos vistos assim nos livros didáticos, somos chamados de índios do mato, que nunca saíram de suas aldeias, que não conhecem a cidade. Esse é um dito que todo o brasileiro tem, que lugar de índio é no mato. Temos muitos conhecimentos que aprendemos a partir das experiências vividas dentro das nossas comunidades, mas infelizmente eles não são respeitados pela sociedade brasileira.

Pela complexidade com que o racismo se relaciona com a nossa sociedade é que Kilomba (2021) afirma que existem três tipos de racismo:

Racismo estrutural: o racismo é revelado em um nível estrutural, pois pessoas negras e *People of color* estão excluídas da maioria das estruturas sociais e políticas. Estruturas oficiais operam de uma maneira que privilegiam manifestadamente seus *sujeitos brancos*, colocando membros de outros grupos racializados em uma desvantagem visível, fora das estruturas dominantes. Isso é chamado de *racismo estrutural*. (KILOMBA, 2021, p. 77).

Por estrutural, Kilomba (2021) quer dizer que o racismo está na base do que é o Brasil. Este país se estruturou sobre as inferioridades impostas pelos colonizadores a nosso respeito, desde que eles chegaram aqui e se depararam conosco, povos indígenas, que já vivíamos aqui e começamos a ser escravizados, porque não aceitamos que os invasores violassem a natureza. Ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII, o racismo estrutural se intensificou e ampliou, pela continuidade da nossa escravização e pelo tráfico negreiro realizado igualmente pelos portugueses. Ou seja, a história do Brasil é uma história de genocídio de uma minoria que se julgava superior simplesmente por ser branca e europeia em relação a povos originários.

Já o racismo dito institucional

Enfatiza que o racismo não é apenas um fenômeno ideológico, mas também institucionalizado. O termo se refere a um padrão de tratamento desigual nas operações cotidianas tais como em sistemas e agendas educativas, mercados de trabalho, justiça criminal etc. O racismo institucional opera de tal forma que coloca

os sujeitos brancos em clara vantagem em relação a outros grupos racializados. (KILOMBA, 2021, p. 77-78).

O racismo institucional é consequência do estrutural. Como a sociedade em geral é racista, as instituições geridas por essa mesma sociedade também são racistas. Isso significa que quem estabelece as regras de organização das instituições é a branquitude que vai sempre pensar em garantir seus privilégios, que são sustentados por aqueles que não são privilegiados.

Por fim, há o racismo cotidiano, que se refere

A todo vocabulário, discursos, imagens, gestos, ações e olhares que colocam o sujeito negro e as pessoas de cor não só como “*Outra/o*” [...] mas como a personificação de aspectos reprimidos na sociedade branca. Toda vez que sou colocada como “outra” – seja a “outra” indesejada, a “outra” intrusa, a “outra” perigosa, a “outra” violenta, a “outra” passional, seja a “outra” suja, a “outra” excitada, a “outra” selvagem, a “outra” natural, a “outra” desejável ou a “outra” exótica -, estou inevitavelmente experienciando o racismo, pois estou sendo forçada a me tornar a personificação daquilo com que o *sujeito branco* não quer ser reconhecido. Eu me torno a/o “*Outra/o*” da branquitude, não o *eu* – e, portanto, a mim é negado o direito de existir como igual [...] O termo cotidiano refere-se ao dato de que essas experiências não são pontuais. O racismo cotidiano não é um “ataque único” ou um “evento discreto”, mas sim uma “constelação de experiências da vida”, uma “exposição constante ao perigo”, um “padrão contínuo de abuso” que se repete incessantemente ao longo da biografia de alguém – no ônibus, no supermercado, em uma festa, no jantar, na família (KILOMBA, 2021, p. 78-80).

Em relação ao racismo cotidiano, eu me lembro de um episódio ocorrido uma vez, em um supermercado da cidade onde eu vivia. Fui comprar material para faculdade e eu usava touca quando eu entrei no supermercado. Nesse momento, o segurança pegou o rádio comunicador e começou a se comunicar com outros seguranças do mercado para que ficassem olhando as câmeras de segurança, para ver se eu não furtaria algum produto. Peguei as coisas que precisava e passei no caixa. O segurança se aproximou e perguntou: “você é índio?” Eu respondi que sim. Ele disse “achei que era ladrão, por isso estava cuidando das câmeras”. Nós, indígenas, vivenciamos racismo cotidianamente, porque a todo momento somos vistos como pessoas ‘diferentes’, por termos fisionomia ‘diferente’. Isso exige que tenhamos cuidado para viver nessa sociedade que não nos tolera e não permite que estejamos livres onde quisermos estar, já que sempre somos vítimas de olhares de pessoas que não sabem nos respeitar.

Ratificando a reflexão de Kilomba (2021), Peixoto (2017) observa que

O racismo implica uma relação de inferiorização de determinados grupos socialmente construídos como raciais. Ele tem diversas faces podendo se manifestar



de variadas maneiras, que vão desde imperceptíveis às mais escancaradas ações. Constatamos que o racismo pode ocorrer através de: (1) discriminação externalizada em atitudes explícitas; (2) do preconceito, concebido no íntimo das pessoas, que naturaliza percepções sutilezas; e (3) na segregação de grupos em determinados ambientes (PEIXOTO, 2017, p. 29-30)

Como já disse, as manifestações racistas contra nós podem ser mais sutis, como os olhares insistentes que recebemos, as risadas que dão e podem chegar à segregação, como essa perseguição que sofri no supermercado e as que sofri no ambiente universitário, da parte de colegas e professores/as. O racismo não nasce na escola, mas ela contribui para seu fortalecimento, uma vez que não conta a verdade sobre nós, povos indígenas, nas aulas e nos livros didáticos. Acredito que há uma ignorância sobre nós e nossas culturas. Por isso necessitamos de cada vez mais pesquisadores, escritores e autores indígenas para mostrar a verdadeira história do Brasil e dos nossos povos. Uma criança não nasce racista, ela começa a aprender a ser assim a partir do que observa, pelo exemplo dos pais que, sendo racistas, mostram que não gostam de pessoas negras ou indígenas.

Para o parente Coelho Takariju (2021), em *Abya Yala*, a escrita teve um importante papel na oficialização da história racista contada pelos invasores, porque a escrita foi eleita a estratégia para compor a história que foi imposta aos mundos indígenas como única forma de aparecer oficialmente na história, a partir da visão que eles têm de nós. Desse modo,

escrever, registrar e documentar é uma metodologia de controle da experiência da escrita, registrando um tempo e localizando um espaço. As formas de registrar e documentar que é composto de método de criação da história “oficial” dos invasores são compostas, sobretudo, a partir dos conceitos criados para separar e controlar o espaço e o tempo. A experiência histórica “oficial”, articulada com os registros e documentos, cria uma experiência artificial de ler. (COELHO TAKARIJU, 2021, p. 59).

Como é o invasor que escreve e, pela tecnologia da escrita, afirma o que é a história oficial, ela

é tendenciosa e tende a exaltar o invasor. A história escrita é a forma de controle que o invasor acha mais prática para sobrepor suas narrativas e colocá-las em patamar de verdade, dominando o lugar de narrativa, dando-lhe o valor de “oficial”. O pensamento ocidental “moderno” dá maior importância à escrita como essa instrumentalidade de descrever o mundo. Através da forma de pensar e registrar as experiências de vida, podemos perceber o marcador diferencial entre os povos indígenas e os povos invasores. As diferenças de sentir a vida entre povos invasores e povos originários acontecem em muitos aspectos, um deles está na forma de narrar suas experiências coletivas singulares. As formas diferenciais de pensar o conceito de história para povos invasores e povos indígenas dizem muito sobre suas formas de pensar e sentir as relações de vida. (COELHO TAKARIJU, 2021, p. 59-60).

Coelho Takariju (2021) afirma ainda que, na verdade, os invasores, autodenominados civilizados por serem europeus, com suas histórias oficializadas em relação aos povos originários, fazem com que soframos ameaças de cunho capitalista porque têm interesse apenas em invadir as terras indígenas e dizimar os nossos.

O registro escrito da história oficial, que nos exclui, tem o poder, inclusive, de fazer com que desapareçamos. Foi por meio dele que

No Ceará, apenas alguns anos depois da Lei de Terras, em 1863, um relatório toma força de decreto e extingue “oficialmente” os “índios”, com a alegação de que todos estão devidamente misturados à sociedade e todos agora são cidadãos cearenses. O conceito de identidade, na forma de caboclo, sertanejo e cearense substitui o conceito de “índio”, identidade criada pelo invasor como categoria de transição. Agora o “índio” alcançava outro estágio da evolução social, se tornava “cidadão” (COELHO TAKARIJU, 2021, p. 136).

Pelas palavras do parente Coelho Takariju pude entender que nós, indígenas, durante toda a história, fomos e somos considerados inferiores, incapazes para os atos da vida social. Eu mesmo senti isso durante a graduação. Quando chegava à sala de aula, me perguntava “será que é isso que eu quero?” Olhava aquele corredor da universidade, via meus colegas de sala reunidos para discutir os textos do seminário, eles tomados pela emoção e expectativa, enquanto eu ficava ali sem saber o que ia fazer. Eu tinha que apresentar o seminário, senão ia ficar sem nota ou reprovar, então eu chegava em um grupo e perguntava qual era o texto que estavam discutindo, para que eu pudesse também discutir.

Nas turmas sempre existe um grupo de alunos que estudam e são mais inteligente que os outros. Então um grupo dizia: “venha com a gente, vamos apresentar o seminário junto”. Eu apresentava, mas com certo receio de tirar nota baixa. De fato, muitas vezes fiquei com menor nota, mesmo assim nunca achei que um dia iria me acostumar a isso. E foi o que aconteceu, pois ao final da graduação já estava melhor que antes. No começo não foi nada fácil enfrentar as dificuldades de não conhecer os colegas e professores dentro e fora da universidade.

A discriminação contra estudantes indígenas não existe somente na universidade onde estudei, infelizmente existe em todas as universidades do Brasil, porque no ponto de vista da população brasileira, como já disse, nós, indígenas, não temos a mesma capacidade daquele que estuda em cursinhos preparatórios antes de entrar em uma instituição, apesar de as universidades públicas, teoricamente, terem de receber todos os tipos de culturas, porque o território brasileiro é rico em diversidade cultural. Mas essa questão vem sendo muito pouco discutida e combatida, tal como pude observar por meio do levantamento bibliográfico que fiz

de pesquisas acadêmicas (de teses e dissertações) já desenvolvidos sobre a temática do racismo contra indígenas, na plataforma da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). As palavras-chave usadas na busca foram: “racismo”, combinada com “índigena”. Dos 75 trabalhos encontrados inicialmente, selecionamos 4 que foram lidos parcialmente, pois tinham relação com as temáticas que abordo neste trabalho: povos indígenas, Ensino Superior e racismo. O que este levantamento mostrou é que as pesquisas sobre racismo e povos indígenas são poucas e muito recentes e são mais afetas, respectivamente, às áreas da Psicologia, Sociologia e Letras. Além disso, nenhuma pesquisa foi realizada por pesquisador indígena, como eu.

**Quadro 2** – Dissertações e Teses sobre a temática do racismo contra indígenas na universidade

Título	Área	Ano
RIBEIRO, Sandra Teixeira Gomes. Narrativas de professoras indígenas: reconstruindo histórias de identidade e preconceito. 2011. 136 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, 2011.	Letras	2011
MATTIOLI, Érica Aparecida Kawakami. Povos indígenas na universidade: ação afirmativa e a geopolítica do conhecimento. 2014. 202 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014.	Sociologia	2014
Viana, Iclícia. Entre fronteiras: re-existência Laklãnõ/Xokleng em uma universidade pública. 2017. 202 p. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Florianópolis, 2017.	Psicologia	2017
SANTANA, R. F. Atitude étnico racial de universitários em relação a indígenas: contribuições da análise do comportamento. 2020. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, 2020.	Psicologia	2020

**Fonte:** elaborado pelo pesquisador.

O parente Olívio Jecupe (MILANEZ *et al.*, 2019) relata situações semelhantes a essas que estou contando, casos que ilustram as dificuldades enfrentadas por indígenas:

Então você já vê que as pessoas da cidade não acreditam na gente. A gente sofre preconceito porque a sociedade sempre vê o índio como aquele primitivo que não vai crescer, e quando o índio mostra o seu talento aí vem o preconceito, o racismo. Então escrever é importante para mostrar para a sociedade que nós também podemos fazer a mesma coisa que o outro faz. Quando você fala de um índio escritor as pessoas se assustam: mas um índio escritor? Tudo assusta à sociedade. Quando eu entrei na USP nos anos 1990, todo mundo queria saber como eu tinha entrado, e eu dizia: “eu prestei vestibular”. Nós formamos uma associação na nossa aldeia, “mas tem CNPJ?” – Sim, se não tem CNPJ, não é associação. “Mas vocês têm conta em banco?”. Então para a sociedade não indígena, quando você fala “o índio faz isso”, é assustador porque o índio é sempre visto como primitivo. (MILANEZ *et al.*, 2019, p. 2176)

Em seu livro “A Invasão” (2020), o parente afirma que logo que os portugueses invadiram estas terras, viram a sua frente povos bem diferentes deles, que tinham diferentes vestes e viviam de forma diferente. Ali começou o preconceito contra esses povos, que até hoje passam por esse processo que já dura 521 anos de existência (JECUPÉ, 2020).

Toda essa realidade que estamos vivenciando, desde que o primeiro Juruá (homem branco) chegou aqui, é luta, estamos lutando para quebrar essa barreira e conquistar nossos espaços, mesmo que a sociedade fale que não há espaço para nós, mesmo que desvalorize a língua que falamos. Estamos cada vez avançando com mais força para mostrar nossa força, a força que *NHANDERU* (DEUS) e a natureza estão nos proporcionando. Se hoje estamos em uma universidade é porque teve alguém que lutou para estarmos aqui, por isso jamais nos rebaixemos, porque esse espaço é nosso, a terra é dos povos indígenas que lutam para preservá-la. Até nisso sofremos discriminação: nas palavras de alguns, se índio não planta, pra que precisa de terra? A natureza é nossa vida, nossa alegria, nossa força e sobrevivência. A invasão de nossas terras é uma forma de discriminação e preconceito contra nós, povos indígenas.

É um desafio muito grande cursar medicina, direito e outros cursos de graduação ou pós-graduação. Muitos jovens indígenas entram na universidade não falando direito a língua dos *jurua kuery* (Língua portuguesa), porque em suas aldeias falam a Língua Materna, ou seja, a língua indígena. Outros fatores que não são levados em consideração são o uso da oralidade pelos indígenas e a falta de contato com ferramentas de tecnologia para apresentar seminários ou trabalhos.

Na minha graduação, acontecia muito de os professores me questionarem sobre o fato de eu não usar muito computador, nem outros meios para apresentar trabalhos. Usava somente a oralidade, porque esse costume já vem dos nossos antepassados, que não sabiam ler nem escrever, falar em português era um desafio muito grande. O meu pai era analfabeto, não lia, nem escrevia. Para assinar documento, ele passava o polegar, essa era assinatura dele.

Como afirmam Peixoto (2017), Kilomba (2019), Almeida (2019) e Coelho Takariju (2021), o racismo se dá em vários aspectos. Nós, indígenas, sofremos muito em razão de nossa cultura, mas também pelo modo como nos vestimos, falamos, estudamos. Mas lutamos para que isso seja vencido pelo menos em uma parte da sociedade.

Segundo Milanez *et al.* (2019), o primeiro preconceito que sofremos é o do “desconhecimento” da nossa existência, que se deve em grande parte ao antropólogo Darcy Ribeiro, que realizou uma investigação encomendada pela Unesco em 1952

sobre a relação entre índios e brancos que se tornou um marco sobre o assunto e foi publicada sob o título *Os índios e a civilização* –, revelou a violência da “integração”. Sobre o conflito entre colonos e os povos indígenas que barravam o caminho da expansão, Ribeiro assinalou que “de acordo com a visão quase unânime dos historiadores brasileiros e até mesmo dos antropólogos que estudaram o problema, esse enfrentamento teria como efeito a desaparecimento das tribos ou a sua absorção pela sociedade nacional” (RIBEIRO, 1970, p. 8). (MILANEZ *et al.*, 2019, p. 2.165)

O valor cultural significa muito para nós, mas em grande parte da sociedade brasileira é desvalorizado e desconhecido. No Brasil, desde o início da colonização, as sociedades indígenas sempre sofreram preconceito étnico. Fomos acusados de ser bárbaros e muitas vezes avessos ao trabalho, quando na verdade o que havia era o interesse de explorar nossa terra e nos exterminar.

Quando o poder do Estado forja o “desaparecimento” dos povos originários indígenas, através de relatórios oficiais, de leis, da ciência ou pela história “oficial”, ele também declara que o “trabalho” de colonização está acontecendo a todo vapor e que esse é o caminho “certo” para o progresso do país. O “índio” é como um processo na evolução social humana, ou seja, deixar de “ser índio” e se tornar um cidadão de bem consumidor, é o “caminho do progresso”, o fim almejado (COELHO TAKARIJU, 2021, p. 10)

É preciso reconhecer que há um racismo tão profundo na realidade brasileira, que não permite que compreendamos a sociedade contemporânea sem compreender sem os conceitos de raça e de racismo (ALMEIDA, 2019). O racismo é fruto de um projeto de colonização de povos considerados tão inferiores que não chegavam a ser considerados humanos, como afirmam Peixoto (2017), Kilomba (2019), Almeida (2019) e Coelho Takariju (2021). Essa desigualdade é tão colossal que são necessárias medidas de reparação, como políticas afirmativas, tais como a do Vestibular para os Povos Indígenas no Paraná. Nas palavras de Nunes e Pizzio (2020), no Brasil

as políticas afirmativas oficializam medidas pontuais de contraposição ao fenômeno social do racismo, presentes em inúmeras formas de discriminação. São um conjunto de ações públicas direcionadas aos grupos socialmente vulneráveis, com vistas a desconstruir barreiras formais e informais que impossibilitam o acesso, por parte de determinados grupos étnico-raciais, aos postos de poderes dentro da sociedade, ao mercado de trabalho, e ao ensino superior (OLIVEN, 2009). (NUNES; PIZZIO, 2020, p. 176)

Como não é possível eliminar imediatamente as desigualdades sociais, o Estado precisa se concentrar “na tutela da honra dos indivíduos, priorizando a prevenção da humilhação e do menosprezo”, de modo a garantir, antes da “distribuição equitativa ou a

igualdade de bens, [...] a dignidade e o respeito humano” (HONNETH, 2009). (NUNES; PIZZIO, 2020, p. 176)

Para Coelho Takariju (2021), é preciso saber combater todo tipo de discriminação contra os povos originários, um conceito tão naturalizado na sociedade atualmente que parece que o mundo já se acostumou a viver diante dele como algo que compõe a própria estrutura social. Segundo essa concepção, o racismo não seria uma anormalidade.

Almeida (2019) ratifica Coelho Takariju (2021) ao afirmar que

O racismo é um elemento deste jogo: será por isso que parte da sociedade não verá qualquer anormalidade na maioria das pessoas negras ganharem salários menores, submeterem-se aos trabalhos mais degradantes, não estarem nas universidades importantes, não ocuparem cargos de direção, residirem nas áreas periféricas nas cidades e serem com frequência assassinadas pelas forças do Estado. A institucionalização das diferenças raciais e de gênero garante que o trabalho seja realmente submetido ao capital, uma vez que o racismo retirará do trabalhador qualquer relevância enquanto indivíduo. No mundo – racista –, o negro não tem condição de reivindicar um tratamento igualitário ou de exigir que suas diferenças sejam respeitadas; o tratamento dispensado ao trabalhador e até mesmo as suas diferenças são dele ou do que venha a achar de si mesmo. A forma com que o trabalhador será tratado, o que é justo ou não, e até onde pode ir nas suas reivindicações, vai depender única e exclusivamente das determinações da produção capitalista e da replicação da forma valor. Assim é que o racismo se conecta à subsunção real do trabalho ao capital, uma vez que a identidade será definida segundo os padrões de funcionamento da produção capitalista. (ALMEIDA, 2019, p. 111)

É por essa razão que o racismo que atinge os indígenas é tão grave, pois afeta o emocional dos jovens que pretendem entrar em uma universidade. Quando entram, não têm força para permanecer, porque vários fatores fazem com que sejamos menos reconhecidos no meio acadêmico. Muitas vezes somos considerados menos inteligentes que os demais estudantes e isso afeta profundamente nosso interesse em estudar.

Como afirma a parenta Ariana Karipuna (*apud* PEIXOTO, 2017),

Os colegas da sala mandavam bilhete pra mim dizendo: ‘ih, índia cobra vai lá explicar, índia onça vai lá explicar teu trabalho. Ih, olha a índia! A índia vai explicar o trabalho dela’. Entendeu? Só que eu relevava. Eu dizia com muito orgulho eu sou índia e vou mostrar pra vocês como a índia é inteligente [...] [ou seja] Os indígenas têm sempre de enfrentar o senso comum estabelecido de que eles são intelectualmente menos capazes e por isso, não obstante as dificuldades que enfrentam para garantir a educação formal, costumam se empenhar muito mais para vencer as barreiras estabelecidas pelo pensamento geral. (KARIPUNA *apud* PEIXOTO, 2017, p. 51)

Isso impede que a educação atue como um pilar de inclusão e superação das desigualdades estabelecidas na sociedade.

Para Guerra e Santos (2020):

Afirmamos, sem medo de errar, que o preconceito em relação à população indígena é o maior de todos no Brasil. Temos que questionar e atizar reflexões acerca de um grupo étnico que sofre com um massacre genocida há 520 anos em que a sociedade taxa com naturalidade a população indígena de “primitivos”, mesmo com esses constituindo uma parte relevante da sociedade, inclusive no âmbito populacional, especialmente após a Constituição de 1988. (GUERRA; SANTOS, 2020, p. 650)

No entanto, precisamos enfrentar o racismo de que somos vítimas, como afirma o parente Werá Nhambiquara (*apud* PEIXOTO, 2017).

Nós sofremos o preconceito por estar aqui. Você quando sofreu o preconceito foi simplesmente por você existir. Porque nós resistimos. Por mais que fomos jogados pro lado, pro mato, nós estamos aqui. E o mais importante é você bater no peito e dizer eu mereço isso aqui. E se você olhar pra trás ‘eu mereço porque meu povo resistiu, porque eu estou aqui, porque eu existo’. Você tem que conviver com isso. (WERÁ NHAMBIQUARA *apud* PEIXOTO, 2017, p. 29)

Em seu relato, o parente utiliza a palavra ‘preconceito’ em vez de racismo, para nomear o que sofreu. De acordo com Peixoto (2017), o fato de se referirem aos casos de violência, desprezo e mal tratamento sofridos por termos como preconceito ou discriminação é bastante comum. Em seu trabalho, a pesquisadora constatou que “Racismo, de certa forma, fugia de qualquer relação que associasse o indígena. Dei-me conta de que apesar de evidente, o racismo contra o indígena não era reconhecido socialmente” (PEIXOTO, 2017, p. 29). Em sua análise, a pesquisadora especula que isso talvez se deva ao fato de que a palavra racismo é considerada “um vocábulo pesado e carrega um estigma que se refugia em eufemismos no contexto social brasileiro, onde se estabeleceu a crença de que racismo não existe” (PEIXOTO, 2017, p. 30). A autora aponta também outra possível razão para esse fato acontecer

Quando se trata de racismo, o indígena continua a ser afastado das análises de disparidades raciais. Na maioria das vezes, ele nem mesmo é citado nas pesquisas que resultam em percentuais indicativos de disparidades socioeconômicas que refletem a dinâmica da sociedade brasileira. Por essa razão acho oportuno discorrer sobre a divisão estabelecida que associa o negro à raça e o indígena à etnia (PEIXOTO, 2017, p. 31).

Mascarar uma situação de racismo é muito grave e traz consequências diversas para a vítima, como a de minimizar o sofrimento de que foi vítima. Por outro lado, essa situação pode ser revertida, a partir do momento que as pessoas indígenas sejam esclarecidas da gravidade da violência de que foram alvo e a violência seja nomeada adequadamente.

Em seu depoimento, a parenta Ariana Karipuna (*apud* PEIXOTO, 2017) se posiciona a esse respeito.

sempre na universidade a gente nunca tratou como racismo, a gente sempre tratou como preconceito. Até mesmo as professoras universitárias, que não são indígenas, tratavam como preconceito [...] como preconceito eu acho que eu não tenho como processar uma pessoa, mas eu acho que como racismo sim. Assim a gente pode fazer uma pessoa mudar a ótica dela sobre o indígena e a gente pode fazer ela respeitar [...] eu acho que, em vez de preconceito, se a gente falar racismo, as pessoas vão pensar ‘poxa, racismo é mais pesado’, então elas vão começar a pensar sobre essa questão”. (PEIXOTO, 2017, p. 38)

Durante muito tempo, o racismo contra nós, povos indígenas, foi nomeado como preconceito ou discriminação, conceitos que não dão a dimensão da violência sofrida por nós. Mas agora não vamos mais nos calar.

Especialmente a partir de suas inserções na universidade, começam a nomear e a denunciar o racismo historicamente arraigado na sociedade. Denunciam o racismo institucional que os deixou a margem das políticas públicas de igualdade racial e denunciam as violências que sofrem cotidianamente. Os indígenas nomeiam para denunciar e assim contribuem para uma sociedade mais justa (PEIXOTO, 2017, p. 54).

Uma sociedade somente é justa se o for para todos. Nesse sentido, sabemos que é necessário “Confrontar devidamente o racismo contra o indígena, no plano social e legal, [para construir] um caminho concreto para começar a equilibrar as relações sociais” (PEIXOTO, 2017, p. 54). Por essas razões, as universidades devem ser aliadas de seus estudantes indígenas, na construção de um movimento antirracista, de modo que o ambiente universitário seja “um lugar de pensamento e ação decolonial. Lugar onde se enfrenta a reprodução de relações sociais desiguais estabelecidas desde os tempos coloniais” (PEIXOTO, 2017, p. 54).



## CAPÍTULO 4 – COM A PALAVRA, OS ESTUDANTES INDÍGENAS DA UEPG

O racismo presente nas relações sociais, advindas das desigualdades econômicas, étnicas, raciais, de gênero, dentre outras, desencadeia o processo de discriminação social. Os indígenas, quando ingressam na Universidade, são diretamente atingidos e isso afeta seu processo de formação. Os estudantes indígenas enfrentam diferentes situações de racismo, porém há também situações de acolhimento. Nas narrativas dos estudantes indígenas de cursos da Universidade Estadual de Ponta Grossa que participaram da pesquisa, observei experiências que envolvem racismo vivenciado em seus processos de formação superior. Isto afeta diretamente o desempenho acadêmico desses estudantes e contribui para a evasão, reprovações, transferências de cursos, entre outras dificuldades que vivenciam na academia.

### 4.1 Entrevistas, Análises e Participantes

Para a pesquisa empírica, tal como Kilomba (2021), realizei entrevistas narrativas biográficas.

A abordagem das narrativas biográficas permite não apenas aprender sobre as experiências atuais de racismo dos entrevistados, mas também que os entrevistados criem uma *Gestalt* sobre a realidade do racismo em suas vidas. Possibilitando a reconstrução da experiência [indígena] dentro do racismo. É extremamente importante ter essa perspectiva biográfica ao trabalhar com o fenômeno do racismo porque a experiência do racismo não é um acontecimento momentâneo ou pontual, é uma experiência contínua que atravessa a biografia do indivíduo, uma experiência que envolve uma memória histórica de opressão racial, escravização e colonização. (KILOMBA, 2021, p. 85).

Os participantes desse trabalho relatam experiências vividas desde que conheceram o que é viver a luta contra o racismo, ou seja, desde que nasceram. Desde 1500, os povos indígenas vêm enfrentando momentos difíceis, sofrendo racismo pela cor da pele, pela cultura, pelas línguas etc. Para nós, lutar contra o racismo é atividade diária. Não dá para dizer que vai acabar daqui a 50 ou 100 anos, mas podemos mostrar nossa realidade de viver em uma sociedade racista e denunciar tudo que estamos sofrendo. Um dia, podemos chegar próximo ao fim, a partir do momento que passemos a ser respeitados, ter nossa cor respeitada, nossas línguas respeitadas. Se isso acontecer, a vida de todo mundo pode melhorar. O mundo

que conhecemos é racista, mas afirmo que mais cedo ou mais tarde podemos desfrutar de conquistas. O nosso espaço é onde nós quisermos.

Por essa razão, realizei entrevistas mais abertas, pois elas

Permite[m] que à/o entrevistadora/entrevistador falar sobre determinado tópico com um mínimo de questionamento direito ou orientação. Nesse sentido, as/os entrevistadas/os tem a chance de falar livremente sobre suas experiências com o racismo e fazer associações livres entre tais questões que elas/eles acreditam ser relevantes para suas experiências com o racismo (Essed, 1991) [...] a entrevista narrativa biográfica [...] permite às/aos entrevistadas/os definir sua realidade subjetiva e a experiência com o racismo em suas vidas. Isso não significa que eu como acadêmica não tenha algum controle sobre a estrutura geral da entrevista. Usei um esquema global de entrevista mínima. (KILOMBA, 2021, p. 85).

Cada entrevista durou por volta de uma (1) hora. Não é um tempo muito longo e é claro que “pode-se provavelmente conseguir mais dados de entrevistas mais longas, mas não seria realista [...] outra vantagem de apenas uma entrevista por entrevistado foi [...] trabalhar com relatos espontâneos e também evitar as usuais variações e repetições em histórias” (KILOMBA, 2019, p. 86-87).

Já nas análises, ainda seguindo Kilomba (2019), não selecionei excertos de acordo com uma técnica de seleção predefinida. Na verdade, escolhi transcrever cada entrevista e depois selecionar episódios de acordo com as situações de racismo que consegui identificar depois de analisar todo o material, as quais organizei em quatro categorias de análise, quais sejam: a) Papel das políticas afirmativas contra o racismo; b) Situações de racismo vivenciadas/ presenciadas por ser indígena na escola, universidade; c) O papel da instituição para prevenir o racismo contra estudantes indígenas; d) O papel do racismo na evasão dos estudantes indígenas.

Por fim, a seleção dos participantes desse trabalho seguiu alguns critérios e um deles foi a possibilidade de já terem sofrido racismo dentro da academia. Cada resposta dada mostra que existem vários tipos de discriminações na academia, como vamos ver logo abaixo nos relatos.

As respostas de cada participante mostram que realmente de alguma forma todos sofreram racismo durante a graduação. Como mostra Freire (1967), a educação tem um grande potencial de libertação e autonomia se alicerçada nos sujeitos e fundamentada nas pessoas. Se ela se organiza dessa forma, o indígena tem a oportunidade de produzir seu próprio conhecimento a partir de suas percepções. Mas se ela estiver comprometida com apenas uma única forma de pensar, rechaçando quaisquer outras, ela não será capaz de proporcionar autonomia, será apenas uma forma de controlar as pessoas.

Como já afirmei, o roteiro de entrevista narrativas biográficas tem 12 questões relacionadas ao racismo que possibilitavam que cada entrevistado contasse seus relatos e experiências vivenciadas na universidade ou no seu dia a dia, as quais pude organizar em quatro categorias, como já mencionei. Cada resposta dada mostra que existem várias formas de se manifestar racismo na academia, como vamos ver nos relatos dos participantes.

**Quadro 3** – Participantes da pesquisa

Participante	Gênero	Etnia	Curso	Ano de ingresso na UEPG	Vive em Terra Indígena? Qual?	Falante de língua indígena	Egresso/a
Fátima Koyo Lucas	Feminino	Kaingang	Enfermagem	2014	Terra indígena de Faxinal/PR	Sim. Kaingang.	Sim
Bruna Taina Po Tanh Paliano	Feminino	Kaingang	Medicina	2012	Terra Indígena de Xaçupé/SC	Não	Sim
Regina Aparecida Kosi dos Santos	Feminino	Kaingang	Licenciatura em História	2014	Terra Indígena de Faxinal/PR	Não	Sim
Natã Livanh Kuitá	Masculino	Kaingang	Agronomia	2017	Terra indígena Apucarantina	Sim. Kaingang	Não
Silvana Benites	Feminino	Guarani Kaiowa	Bacharelado em Direito	2012	Castro/PR	Não	Não

**Fonte:** elaborado pelo pesquisador.

Participante **Fátima Koyo Lucas** – do povo Kaingang, moradora de Terra Indígena (Faxinal), falante da língua materna. Foi para cidade com objetivo de cursar enfermagem, com o sonho de retornar para sua aldeia formada para ajudar sua família e a comunidade, assim como desejam muitos estudantes indígenas. Fátima Koyo Lucas comenta que sempre teve o sonho de trabalhar na sua comunidade, então ela enfrentou vários desafios na sua carreira acadêmica, mas conseguiu superar porque sempre tem algum tipo barreira que temos que romper. “Não foi fácil, mas consegui vencer”, diz ela.

Participante **Bruna Taina Po Tanh Paliano** – Já era aluna da instituição quando entrei para graduação, em 2013. Ela é nascida no estado paranaense, mas residiu também em Chapecó, Santa Catarina. Não é falante de Língua Kaingang, mas mora em Terra Indígena. Comenta que foi muito difícil a caminhada como universitária, mais ainda por estar no curso de medicina, um curso extremamente caro. “Para muitas pessoas brancas, o indígena não deveria cursar esse curso, mas sabemos que o direito é de todos, por isso estamos aqui para ocupar o nosso espaço”.

Participante **Regina Aparecida Kosi dos Santos** – nascida na Terra Indígena Faxinal, mas morou em várias aldeias do Paraná (Palmas, Rio das Cobras e Mangueirinha). Anos depois de rodar pelas aldeias, novamente retornou a sua terra natal, Faxinal, e continuou fazendo o que mais amava, estudar história. Fala muito pouco sua língua Kaingang, mas entende perfeitamente. Ela passou alguns desafios na graduação, especialmente na relação com estudantes não-indígenas e professores, mas conseguiu mostrar a eles sua vitória. “Não foi fácil enfrentar o desafio que passei”, diz ela. Depois de participar de muitos eventos promovido pela instituição e ministrar palestras, ela conseguiu concluir o seu curso.

Participante **Natan Livanh Kuitá** – estudante do curso de Agronomia, morador da Terra Indígena de Apucarantina. Falante da língua Kaingang.

Participante **Silvana Benites** – moradora da área rural de Castro. Conheço Silvana desde que entrei na universidade. Não é falante da sua língua Guarani Kaiowá e entende pouquíssimo. Ela aceitou responder ao questionário sobre esse trabalho, o qual foi encaminhado no e-mail da mesma e devolvido também pelo e-mail.

#### 4.2 Análise dos dados das entrevistas narrativas biográficas a partir das categorias de pesquisa

##### a) Papel das políticas afirmativas contra o racismo:

A participante Fátima relatou alguns episódios de racismo que sofreu dentro e fora da Universidade. Para esta estudante, claramente a Universidade não tem conhecimento sobre cultura indígena e isso gera uma insegurança na mente dos acadêmicos indígenas que ingressam numa universidade que tem políticas afirmativas para povos tradicionais do Estado, mas, na prática, não sabe receber esses estudantes, nem outros que tenham outras culturas, tradições ou religiões, mesmo que seja uma instituição pública e de qualidade.

- a) *Eu acho que as políticas afirmativas têm que ter um foco principal, que ajude o convívio entre acadêmicos não-indígenas e indígenas. Essas políticas são importantes para a nossa sociedade acadêmica, pois vimos que nós também somos pessoas que terão um futuro melhor (Fátima)*

Respondendo a uma questão sobre as políticas afirmativas dos povos indígenas do Paraná, ela primeiramente diz que por meio dessa política os indígenas garantem seu ingresso nas universidades através do vestibular dos povos indígenas do Paraná que ocorre anualmente desde 2001, como já tratei neste trabalho.

Agora vejamos a resposta da participante Silvana, aluna do curso de Direito, do povo Guarani Nhandewa, residente da cidade de Castro. Ela fala sobre a questão das políticas afirmativas voltadas aos estudantes indígenas dentro de uma sociedade em que é preciso lutar para conquistar seu espaço dentro das universidades.

*b) Eu penso que é muito importante e necessário para as Universidades, como na sociedade. Somente essa Política Afirmativa será capaz de eliminar a desigualdade e a segregação. Eu penso que essa Política Afirmativa está muito distante principalmente nas Universidades, de forma que não se mantenham grupos, buscar minorar a desigualdade política, seria uma forma de reparar desigualdade sociais e raciais nas Universidades e no Brasil, portanto, as ações afirmativas, como o sistema de cotas social e raciais nos vestibulares, concursos públicos e nas Universidades, buscar equiparar a desigualdade social que conseqüentemente gera a desigualdade social (Silvana)*

Tais relatos revelam que a desigualdade social que atinge os indígenas no Brasil não condiz com o fato de indígenas e negros comporem a maior parte da população do País, desconsiderando as características culturais dessas populações. O desafio é romper com o modelo hegemônico que afirma que a maior parte da nossa população é branca, urbana e de classe média. Cabe entender a diferença como riqueza e não como problema, como afirmam Silva e Souza (2008), que discutem a questão ao afirmar que a política no contexto atual está muito longe de diminuir a visão estereotipada que muitos têm dos indígenas.

Assim, é necessário desenvolver políticas educacionais que permitam a indígenas e negros uma interação mais simétrica com a sociedade brasileira em seu conjunto. Os programas curriculares devem levar em conta as características étnico-raciais e culturais dessas populações, ao invés de ser uma mera repetição de programas elaborados para o atendimento de uma hipotética população urbana, branca e de classe média. É necessária uma política educacional que aceite a diversidade, em todos os campos, não como um problema, mas como uma riqueza. É imprescindível, portanto, uma política educacional que reconheça que é no conjunto das diferenças que encontramos nossa própria identidade de brasileiros. (SILVA; SOUZA, 2008, p. 185).

É isso mesmo: essa é a visão da sociedade quando entramos numa universidade, não temos nenhum direito para apresentar ou representar nossos costumes e tradições dentro da academia. É assim que somos ensinados.

Preciso dizer também que defender políticas afirmativas não significa fechar os olhos para os desafios que precisam ser superados na Educação Básica nas comunidades indígenas, os quais podem estar relacionados a fatores como aulas em locais improvisados (escola, casas de reza), com docentes não qualificados, falta de materiais específicos, dentre outros.

O problema comum é a existência de uma seleção velada, que situa brancos e negros, ricos e pobres, em posição de desigualdade quanto às oportunidades de acesso ao ensino superior. Aqueles que defendem políticas universalistas argumentam que é necessário olhar a raiz do problema, no caso, a baixa qualidade do ensino básico na esfera pública e as poucas vagas oferecidas pelas instituições de ensino superior. Para os que apoiam políticas de ações afirmativas, não deveria haver uma oposição entre as políticas adotadas mas, sim, uma combinação entre elas. (MOEHLECKE, 2003, p. 213)

Os participantes veem o Vestibular para os Povos Indígenas no Paraná como uma forma de combater o racismo institucional, como aponta Kilomba (2019) e Almeida (2019), uma vez que

os conflitos raciais também são parte das instituições. Assim, a desigualdade racial é uma característica da sociedade não apenas por causa da ação isolada de grupos ou de indivíduos racistas, mas fundamentalmente porque as instituições são hegemônicas por determinados grupos raciais que utilizam mecanismos institucionais para impor seus interesses políticos e econômicos. [...] o racismo é dominação. [...] detêm o poder os grupos que exercem o domínio sobre a organização política e econômica da sociedade. [...] No caso do racismo institucional, o domínio se dá com o estabelecimento de parâmetros discriminatórios baseados na raça, que servem para manter a hegemonia do grupo racial no poder. [...] Assim, o domínio de homens brancos em instituições públicas – o legislativo, o judiciário, o ministério público, reitorias de universidades etc. – e instituições privadas – por exemplo, diretoria de empresas – depende, em primeiro lugar, da existência de regras e padrões que direta ou indiretamente dificultem a ascensão de negros [indígenas] e/ou mulheres, e, em segundo lugar, da inexistência de espaços em que se discuta a desigualdade racial e de gênero, naturalizando, assim, o domínio do grupo formado por homens brancos. (ALMEIDA, 2019, p. 27-28)

Embora a política tenha 21 anos, é preciso considerar que antes dela não existia nenhum tipo de acesso ao Ensino Superior que contemplasse os candidatos indígenas na UEPG.

b) Situações de racismo vivenciadas/ presenciadas por ser indígena na escola, universidade:

Na questão sobre episódios de racismo sofrido, a participante Fátima comenta um pouco sobre seu convívio na universidade. Relata que já sofreu preconceito quando lecionava como professora. Sofreu racismo pelos colegas, conforme se pode observar no trecho a seguir:

- c) *Então, eu já sofri racismo quando eu era professora, quando tinha curso em Curitiba onde meus colegas da minha própria aldeia que eram professores não queriam que eu falasse a minha língua no meio das pessoas não indígenas, então eu acho que isso foi constrangedor pra mim, porque nós, indígenas, a gente tem uma língua diferente, mas a gente tem que falar a nossa língua onde a gente estiver, não importa o lugar onde está (Fátima).*

A seguir, ela comenta que em sua escola nunca sofreu nenhum tipo de racismo ou algum tipo de discriminação. Isso mostra que em alguns lugares a discriminação entre o ‘ser’ indígena e o não reconhecimento deste pela sociedade dominante gera um constante atrito. É nesse espaço que se consolida um conflito, no qual os indígenas se chocam ao confrontar seus pensamentos e comportamentos em relação ao pensamento não-indígena.

- d) *Então eu no decorrer da minha escola eu nunca sofri racismo, eu sempre fui bem aceita entre os meus colegas, na sala de aula eu não tive um preconceito que me deixasse ser constrangida. Então na universidade eu sofri muito isso de racismo, porque eu sempre falei que era indígena desde o começo das minhas aulas, em todas as apresentações eu falava que eu era indígena e sofri muito racismo porque tinha colegas que não queriam fazer trabalhos comigo, pensavam que eu não sabia falar corretamente o português, que eu não sabia decorar o que tinha que falar nas apresentações de seminários, então a universidade me trouxe muito constrangimento em relação ao racismo, mas com força eu consegui superar isso e depois que os meus colegas vieram pra minha aldeia e conhecer a minha aldeia elas me trataram super bem, viram o meu viver diferente e agora eu e minhas colegas estamos nos entendendo melhor. Mas a universidade foi onde conheci como é sofrer racismo e lá mesmo consegui superar o racismo (Fátima).*

A participante Fátima comenta que passou por problemas no início do seu curso. Particularmente, eu direi que passei o mesmo. Quando um estudante entra na universidade pela primeira vez é muito difícil, muitos não conhecem o mundo universitário. Eu mesmo não conhecia, mas depois de muitas lutas para superar isso, a maioria dos estudantes não-indígenas começou a me tratar bem, a conversar, brincar e muito mais. Houve mais interação com a minha pessoa. A curiosidade começou a incomodá-los, vinham me perguntar sobre a

cultura indígena. Isso para mim foi muito bom, porque eu estava no meio deles, queria conquistar meu espaço, eu também queria ser igual a eles, ser inteligente. Dois anos se passaram, então começaram a me chamar para seminário, trabalhos em grupos e outros.

A participante Bruna também foi convidada a relatar alguns problemas e fatos ocorridos na universidade. Ela relata que o seu problema maior na universidade foi dentro do curso de Medicina, em que teve que encarar vários problemas com professores do curso e os alunos. Como sabemos, quando um indígena entra numa universidade primeiramente pensamos o que é preciso fazer para enfrentar tais desafios.

*e) Então, o meu desafio nisso tudo foi no meu curso de Medicina, passei por diversas situações com os professores e colegas, que falavam que eu era uma pessoa que não podia estar lá... eu penso que para os meus colegas isso foi um afronte né... eles falam que estudam bastante pra entrar numa universidade, enquanto você entrar com um vestibular diferenciado, pelo meio mais fácil, tem o acesso facilitado e está aqui e tudo mais... sabe? E não quer acompanhar ou estar aqui ganhando bolsa e não poderia. Isso ouvi dos colegas. E dos professores já ouvi várias vezes que eu deveria fazer outro curso, mais fácil... que eu ajudaria muito melhor o meu povo com serviço social por exemplo. Então é bem complicado ouvir esses tipos de comentários sabe... e mais ainda pelos professores do curso (Bruna).*

Os relatos acima remetem à seguinte situação: quando ela ouve que não poderia estar nesse curso, a estudante relata que não está aqui para ocupar a vaga de ninguém, mas, sim, pensando no seu povo, sua família, que ela pode ajudar e auxiliar nas situações difíceis. Sua aldeia tem emergências que ela poderia atender. Os relatos que ela traz são graves, pois alguns professores e alunos do curso de Medicina a desprezaram por ser uma indígena que estava ocupando espaço em um dos cursos mais concorridos em todo país. Falavam que ela não deveria estar nesse curso e teria que fazer outro curso mais fácil para poder ajudar seu povo na questão de serviços. Em outros cursos, houve relatos de que dentro da sala de aula não havia esses acontecimentos, mas aqui já podemos compreender como essas discriminações acontecem dentro dos cursos de elite, como ela mesmo mencionou durante a entrevista.

*f) A gente é muito julgado dentro do curso, né. Eu percebo até hoje que sou julgada, se reprovar é porque sou burra e se eu passar é porque alguém me ajudou e.... não faz mais que obrigação sabe... porque você recebe bolsa e tem acesso facilitado, então você não faz mais do que obrigação... então eu nesse sentido, sabe? Como já falei aqui... foram várias vezes que ouvi isso, inclusive atrasei vários anos por causa de alguns professores, sabe? Então teve*



*uma vez que os colegas tiraram as apostas de quem tiraria notas baixas, então apostaram eu e mais dois cotistas negros... e votaram em mim... fiquei sabendo disso (Bruna).*

Esses episódios que a estudante de Medicina relata realmente aconteceram, segundo informações dela e de outros estudantes do curso, que também estão na Medicina. Por outro lado, vemos que as vítimas desses fatos estão de mãos atadas. Como vamos reagir a isso, se os professores estão na sala de aula para ensinar acabam por ofender alunos, dizendo que eles “não têm capacidade”, tal como a aluna acima relata? Essa é a pergunta que todos querem que seja respondida. Como se posicionar diante de um professor que tem doutorado e maltrata seus alunos? Se eu, por exemplo, denunciar um professor racista no Ministério Público, o professor nunca vai me passar na disciplina. É isso que faz com que o indígena não tome providência. Daí a importância de a instituição cumprir o seu papel na construção de uma universidade antirracista, da qual devem fazer parte docentes antirracistas. Dessa forma, eventuais vítimas podem se sentir seguras e tomar, sim, alguma providência contra aquele que causa a violência.

Assim como eu, o parente

Márcio Saw Munduruku, da aldeia Primavera, 25 anos, conheceu a cidade pela primeira vez quando, com o apoio dos pais, decidiu continuar seus estudos no município paraense de Itaituba, há cinco anos, quando tinha 20 anos. Márcio conta que quando tinha 8 anos aprendeu a ler e escrever ensinado pelo tio indígena, que era também seu professor, mas que até os dez anos não falava o português. Na cidade, logo sentiu a necessidade de aprender informática e contou com a ajuda da mãe, que recebia uma bolsa do governo, o que o permitiu pagar o curso. (PEIXOTO, 2017, p. 49)

Sua história de vida o deixava inseguro em relação a como se sairia na universidade e, como muitos de nós, por causa das ofensas que sofremos, ele “achava que os alunos da cidade eram muito inteligentes, eram mais inteligentes”. (PEIXOTO, 2017 p. 50)

Talvez por isso a gente tenha medo de encarar o professor quando um professor ou colega nos ofenda, porque nem sempre a universidade possui meios de tentar combater o racismo. Caso não tenha, é muito importante que as universidades passem a ter espaços apropriados para receber culturas diferentes. Caso contrário, o combate ao racismo é algo que estará muito longe ter o seu final. Esse fato demonstra exatamente o que todos os estudantes deveriam fazer: realizar denúncia para combater o que ocorreu.

Quando eu passei por isso, sofrer racismo da parte de professores, não tive coragem de fazer qualquer tipo de reclamação, porque temos medo de nos defender. A participante Bruna

disse que não houve nenhum apoio da universidade, mas tinha uma grande vontade de denunciar. Com o passar do tempo, a informação do que estava acontecendo com a estudante chegou à CUIA e ao departamento de medicina. Segundo a estudante, ela tentou conversar com o departamento, mas não teve retorno. Disse ainda que ficou deprimida diante desses fatos e teve certo receio de tomar algum tipo de providência em relação ao fato. “Na verdade, eu demorei a entender o que estava sofrendo. Na minha cabeça, sabia que era grave, mas era minha palavra contra o curso. Eu achava que melhor ficar calada, mas a gente age no final do curso”. A estudante relatou que agiu no final do curso porque entendeu que o que aconteceu foi gravíssimo, mas ao mesmo tempo ela queria seguir adiante e se formar. Então ela conclui sua fala dizendo que não houve a resolução quanto a esse fato, pois a CUIA não conseguiu obter resposta.

Então com esses acontecimentos podemos combater a esse tipo de discriminação, pois nós indígenas temos a riqueza muito grande em relação a cultura e conhecimento, o conhecimento que a nossa ancestralidade nos deixou, o que nos fortalece é esse, a memória de nossos passados retirados por uma visão sem evolução.

O lugar do indígena é onde ele quer, na rua, na cidade, universidade. O espaço é do indígena, mas os colegas e professores não aceitam, por isso o racismo surge a partir do momento em a sociedade olha para nós e diz que não fazemos parte de tal coisa, que o lugar do indígena não é universidade e tudo mais. Mas estamos aqui há mais de 520 anos. Durante esse tempo perdemos nossa cultura, nossos direitos e identidade, mesmo nos esforçando para existir e reexistir. Nossa história foi apagada, a nossa cultura foi coberta, mas estamos aqui lutando e vamos aparecer nas universidades, sim!

A participante Regina fala um pouco sobre sua vivência desde criança até a idade adulta. Podemos ver que o racismo que ela sofre não é de agora, mas sim algo que existe há muito tempo, ou seja, o pensamento negativo pode se tornar comum na sociedade, algo que muitas vezes é encarado como brincadeira. Falam que nós somos os menores entre todos, mas podemos ser maiores com o passar do tempo, podemos mudar o mundo, fazendo diferença. Como Nelson Mandela dizia, a educação é a arma mais poderosa que você pode usar para mudar o mundo. E aqui não se pode acreditar apenas na educação dada na escola, mas também àquela destinada da família. E nós podemos ter também. Muitos pais se esforçam para dar a seus filhos o afeto e a atenção necessária e os conhecimentos que precisam para serem pessoas de bem, com princípios e valores que os farão assumir os desafios da vida com responsabilidade.

g) *O combate ao racismo é algo que está longe de acontecer, somos um país racista, mas creio que pode ser amenizada a situação quando damos voz aos alunos indígenas. Precisamos entender que não somos donos da verdade, que todos os dias temos algo a aprender um com outro. Quando não damos lado para outros conhecimentos, geramos o preconceito, porque acabamos achando que já sabemos de tudo. Colocamos o nosso “CONHECIMENTO” acima de tudo muitas das vezes por causa dos nossos títulos de Mestre e Doutor, mas o conhecimento não é alcançado quando terminamos /consequimos todos os títulos, todo dia é um dia de aprendizagem (Regina).*

O participante Natan traz em seu relato o preconceito contra os estudantes indígenas, durante um jogo de futebol. Na escola onde estudava, ele e seu colega sofreram o mesmo problema por serem indígenas.

h) *Em relação ao racismo, isso acontece o tempo todo, isso infelizmente acontece com indígenas e também com negros entre outros povos. E isso aconteceu comigo dentro de um jogo de futebol, esse rapaz (menino) por ser de pele branca disse “você com essa cor não vai ser nada”. E naquele momento não dei razão para ele, mas com tempo isso voltou para minha cabeça e senti que aquilo realmente machucou. Na escola eu e meus colegas sofremos, de forma indireta mas na hora a gente entendeu que aquilo era para nós. Era o diretor da escola, isso era na escola fora da aldeia, e naquele dia eram os meninos não indígenas que fizeram arruaça na escola, e simplesmente o diretor acabou dando uma bronca em nós. Me lembro o que ele disse “Macaco fica no mato fazendo bagunça, macaco não vem para cidade fazer bagunça”, isso também me marcou. (Natan)*

No relato do participante Natan podemos perceber que o racismo foi tão forte que os comentários compararam os estudantes indígenas a animais, como se não fossem humanos, sem evolução. Sentimos na pele o que o estudante relata. Esse fato aconteceu fora da Universidade, mas isso não significa que seja algo aceitável.

Isso não estaria acontecendo se houvesse o pensamento de respeito às diferenças, diferença na cor, raça, religião e ideias. Pode ser que seja revertida essa situação, quando nós, seres humanos, deixarmos de ser egoístas, porque o nosso pensamento é tão dividido que achamos que sabemos mais que os outros, achamos que somos mais inteligentes do que os outros e assim por diante. Assim acabamos deixando o preconceito entrar em nosso coração.

No Brasil, infelizmente o racismo ou qualquer outro tipo de discriminação contra os povos indígenas ou qualquer outra cultura existente no País é considerado normal pelos

governos responsáveis, já que houve comentário racista do próprio atual vice-presidente da República, que afirmou que no Brasil não existe qualquer tipo de racismo<sup>10</sup>. Nós sabemos que existe e vemos isso em todos os lugares do mundo.

A participante Regina também comenta os episódios de racismo e preconceito que sofreu durante a graduação dentro da sala de aula. O que ela diz confirma que o racismo é uma das maiores barreiras que os estudantes indígenas que saem de suas aldeias para estudar na universidade enfrentam. Muitos deles fizeram o Ensino Fundamental e Médio nas suas aldeias, com um método de ensino diferenciado, usando suas línguas maternas e sentem dificuldades quando ingressam na universidade, na cidade, especialmente por causa da cultura.

- i) *O primeiro preconceito foi quando adentrei a escola pública na cidade, a antiga 5ª série, que até então na escola indígena tínhamos aula do pré até o 4º ano, então o primeiro contato do aluno não-indígena com o indígena era através da escola, então todos nós sofremos com as turmas da escola, houve muita confusão, pois os alunos indígenas batiam nos alunos não indígenas, chegou um momento em que o cacique e chefe de posto foram chamados na escola, por causa das brigas, o Chefe de posto naquela época era indígena também, quando ouviu os relatos da diretora e motivo pelos quais estávamos brigando, o chefe disse que se fosse com ele, ele brigava também (fala do chefe: SE ME FALAREM UMA COISA DESSA, AHHH EU BATO TAMBÉM.). Na escola pública era mais fácil contornar a situação, porque eramos em muitos alunos (Regina).*

Esse relato da participante Regina permite que entendamos que a pessoa passou pelo mesmo processo durante seus estudos, mas como antigamente não tinha muito recurso para dialogar a respeito dessa questão, se alguém falasse mal de um indígena ou sofresse racismo a única forma de resolver era com violência, mas acredito que atualmente é possível dialogar e resolver tudo conversando. Nessa resposta, a participante comenta que quando houve essa discriminação na escola, foi preciso chamar o chefe da aldeia onde ela residia para resolver a questão do racismo sofrido na escola da parte dos alunos não-indígenas. Diferentemente da atualidade, naquela época era muito mais fácil resolver essa questão, mas hoje em dia há muitos relatos de pessoas que sofrem racismo e ficam quietas, guardando essa mágoa, porque

---

<sup>10</sup> “Declaração do então candidato (atual vice-presidente) Mourão, em evento público de campanha em Caxias do Sul, RS, no dia 06 de agosto de 2018: ‘Temos uma certa herança da indolência, que vem da cultura indígena. Eu sou indígena. Meu pai é amazonense. E a malandragem. Nada contra, mas a malandragem é oriunda do africano. Então, esse é o nosso 'cadinho' cultural’” (MILANEZ *et al.*, 2019, p. 2.163).

não se resolve na conversa, somente perante denúncia por parte da vítima. Na sequência, a mesma estudante comenta uma situação que ela enfrentou na universidade, um relato bem diferente do anterior, mas que podemos entender que o contexto do preconceito ainda está longe de acabar, porque foi um fato recente envolvendo alunos e professor.

*j) E o segundo creio que para mim foi mais difícil, foi quando entrei na graduação, sofri preconceito por parte de alunos e professor, cheguei a reprovar na matéria desse professor, como eu já citei antes, o racismo nos atinge em vários sentidos, nesse tempo eu senti na pele o que é sofrer fisicamente, psicologicamente e fisicamente, foi mais difícil contornar a situação porque você é o único indígena que está na sala de aula, bem diferente do relato anterior, mas pude ter ajuda de professores, e do meu esposo, mas quando a gente sofre preconceito é tão difícil quando a gente está sendo o problema, e primeiro ano de graduação é pior ainda você está lidando com doutores, pós-doutores, temos a ideia, ou colocamos na mente que eles são donos da verdade (Regina).*

Ao analisar as respostas dos estudantes indígenas, especialmente a partir de suas interações na universidade, percebo como o racismo está historicamente arraigado na sociedade. O racismo institucional deixou os povos indígenas à margem das políticas públicas de igualdade racial e as violências que sofrem cotidianamente só aumentam. Desse modo, os indígenas lutam para denunciar e assim contribuem para que tenhamos uma sociedade mais justa, que respeite a cultura indígena. A denúncia poderia contribuir para construir uma sociedade sem racismo, mas é impossível, porque parece que as pessoas vão adquirindo um pensamento de que devem ter um olhar diferente em relação a negros, indígenas, homossexuais.

Poderíamos confrontar o racismo contra o indígena no plano social e legal, é um caminho certo para começar a equilibrar as relações sociais e igualitárias. No entanto, é mais importante punir o racista para a vítima se sentir na razão e não se sentir culpada pelo que sofreu. Para isso, eu sempre digo: o melhor caminho é a educação. Nesse sentido, a universidade está presente para ajudar e auxiliar estudantes indígenas e, egressos da UEPG. Isso faz desse ambiente um lugar de pensamento e ação decolonial, lugar onde se enfrenta a reprodução de relações sociais desiguais estabelecidas desde os tempos coloniais.

Na universidade, nunca presenciei alguém sofrendo racismo, mas já ouvi relatos de muitos que já sofreram dentro da sala de aula, diz a participante Regina. Ela conta que, quando ela chegou pela primeira vez na universidade, de fato foi bem recebida da parte dos

alunos e professores. Mas com o passar do tempo, surgiram alguns problemas. Eu também fui bem recebido nos primeiros dias na universidade, mas depois começaram a fazer algumas brincadeiras sem graça, usando a palavra “indígena”. Por exemplo, perguntavam como falava “vamos” em Guarani e eu contava. Algumas palavras eram engraçadas para eles, então faziam brincadeiras com palavras em Guarani e realmente muitas vezes ficamos sem reação quando isso acontece. Eu sempre falava para eles que as palavras em Guarani podem parecer engraçadas, mas, para mim, não, são sagradas. Com o passar do tempo, essas coisas foram mudando de tanto falarmos que as culturas indígenas são ricas em diversidade. Abaixo a resposta da participante Regina em relação à reação dos professores e alunos quando estes ficavam sabendo que ela era indígena.

*k) Fui recebida muito bem por todos, exceto um, que tinha que me suportar (risos). Por fim sou grata a cada um deles, até mesmo a esse professor que me fez sofrer, pois tive aulas com ele durante a graduação toda, somente no terceiro ano que não, mas nos outros anos acabei tendo uma boa relação com ele também, porque foi conversado com ele e tudo sobre os problemas que eu estava tendo com ele, e o professor acabou que mudando suas atitudes (Regina).*

Em relação a essa conversa que foi feita com o professor, Regina conta que estava passando por dificuldades em relação ao curso, com este mesmo professor e alguns alunos da sala. Este professor a reprovou e fazia piadas sobre indígenas. Isso fez com que a estudante se sentisse incomodada e constrangida, além de temer reprovar novamente no ano seguinte. Foi então que o coordenador do curso de bacharelado em História conversou com o professor e, na sequência, os dois conversaram pessoalmente com a estudante sobre essa questão. O coordenador também se propôs a conversar com professor sem a presença da estudante, explicando que a estudante era indígena e que estava se sentindo incomodada com aquilo que estava acontecendo na sala de aula. A orientação que o coordenador deu ao professor foi de que ele tivesse respeito pela cultura indígena e assim o problema se resolveu. Logo depois, a universidade promoveu várias palestras com estudantes indígenas para falar sobre a presença dos povos indígenas na universidade e passou a reconhecer a importância da cultura indígena como tem feito até os dias de hoje.

Perguntei à participante Silvana se ela já foi vítima de algum tipo de discriminação por ser indígena e eis sua resposta.

- l) *Sim, com certeza, eu me formei em técnico em Turismo, e nesse curso uma senhora começou a discutir comigo devido a um trabalho de grupo, e acabou me ofendendo com palavras dizendo “você é índia e não será capaz de fazer o trabalho” (Silvana).*

Considerando a afirmativa da participante, “também é necessário considerar que o conhecimento dos alunos indígenas é construído sobre arcabouços culturais distintos. O desafio, portanto, está em como pensar uma aprendizagem significativa a partir de significados tão distintos” (FERRI; BAGNATO, 2018, p. 66), que muitas vezes não se tem na sala de aula, o que em geral assusta docentes e colegas.

Muitas vezes, eu também fazia os trabalhos da universidade sozinho, porque na opinião dos colegas não-indígenas eu não tinha capacidade de contribuir com o grupo, tal como mostra a resposta da participante Silvana. No curso de técnico de Turismo, como ela menciona acima, o fato aconteceu dentro da sala de aula e isso acabou atingindo a pessoa, não precisamos nem falar como a vítima se sente nesse momento em razão das palavras que foram ditas a ela.

- m) *Já mencionei no relato acima, porém nós, indígenas, sofremos em vários lugares e situações a discriminação, somos vistos sempre com indiferença (Silvana).*

É preciso considerar também os saberes dos jovens indígenas que, mesmo não vivendo em territórios tradicionais, como é o caso da participante Silvana, trazem consigo seus saberes prévios e suas histórias de vida, que devem ser respeitados. Os relatos que trago neste trabalho apontam situações de racismo que advêm de crenças, visões distorcidas e estereótipos construídos no contexto de uma sociedade envolvente que é racista.

o senso comum [...] define uma outra imagem do indígena, como se a ele não fosse permitido qualquer influência cultural, pois isso faria com que ele perdesse a indianidade. A associação entre indígenas e traços culturais diacríticos é resultado de uma política educacional que ainda hoje transmite essa imagem do indígena às crianças. A mídia também cumpre o papel de reforçar essa imagem através de transmissões que reforçam estereótipos (PEIXOTO, 2017, p. 39)

A participante ainda relata outro fato ocorrido, não com ela, mas com seu irmão e seus outros colegas do curso de medicina que, como ela relata, sofreu da parte dos próprios professores do curso.

n) *Sim, vários colegas indígenas, não que eu tenha presenciado, mas fiquei sabendo do meu irmão e uns deles que sofreram racismo no curso de medicina, lamento que não foi por colegas, mas pelo próprio professor... isso infelizmente acontece sempre com os acadêmicos indígenas nos cursos... (Silvana).*

Os episódios relatados pelos parentes aqui são exemplos tanto do racismo estrutural quanto do cotidiano. No caso do racismo cotidiano, ele leva as pessoas indígenas a serem percebidas como infantilizadas, primitivas, incivilizadas, animalizadas (KILOMBA, 2019), tal como aconteceu no episódio relatado pelo participante Natan.

c) O papel da instituição para prevenir o racismo contra estudantes indígenas

Como a participante Fátima comentou, a universidade tem o papel de ajudar estudantes de outras culturas. Atualmente, a instituição tem sido um grande exemplo para a sociedade, está tentando combater racismo ou qualquer outro ato discriminativo, apoiando a luta dos estudantes indígenas com a ajuda dos professores que compõem a Cuiabá estadual. Hoje tem um espaço chamado Centro Acadêmico Indígena, que é um espaço que fica próximo ao bloco do curso de Educação Física, no campus de Uvaranas. Então, essa dificuldade que a participante mencionou foi um impacto muito grande para ela, mas ela venceu, lutando e quebrando barreiras e finalmente conseguiu superar, então todos vão vencer.

Perguntei à participante Regina qual seria o papel da instituição, caso ocorram esses problemas com estudantes indígenas e sua resposta foi a seguinte:

o) *Um fato importante bom para relatar aqui, é que se eu não tivesse ajuda dos meus professores eu jamais conseguiria contornar a situação vivida por mim na graduação, primeiro que tem que haver interesse dos próprios professores sobre as questões indígenas, e um dos Professores, que era recém chegado da USP, foi um dos que teve maior interesse, a minha orientadora de TCC também, que além de ser minha orientadora era coordenadora do curso, os dois professores, promoveram palestras com os alunos indígenas, para toda a graduação do curso, valendo carga horária, tivemos palestra tanto na universidade como também no museu da UEPG, que era cuidado pelo professor de História. Com essas palestras, nós indígenas tivemos visibilidade, mas no curso de História, e isso me ajudou muito, para que não desistisse. Então se pudéssemos ter voz e falar sobre questões indígenas em outros cursos, falar principalmente sobre o preconceito e racismo, talvez isso pudesse ser um pouco diferente para os alunos indígenas. (Regina)*



A ideia de organizar palestras ou eventos voltados à questão indígena foi muito importante para mostrarmos a nossa cultura para a sociedade que tem a visão de que os indígenas não podem estar numa universidade, mas estamos aqui por nossos direitos, sim. Antes todos os indígenas eram conhecidos como *sem cultura*, mas essa ideia, como já foi dito, pode mudar. Nas palestras que realizamos nas escolas sempre batemos na questão do racismo contra indígenas, para que um dia essa visão seja mudada.

A pergunta que fiz em relação ao primeiro contato com a universidade foi respondida da seguinte forma pela participante:

*p) Tudo sempre é novo, tanto para os alunos, quanto para quem está entrando, fui apresentada por um professor da CUIA, alguns tiveram uma boa reação, só que os problemas surgem depois, porque sempre tem um no meio de todos que não tem uma boa impressão sobre a nossa pessoa, e quando tive problemas com um dos professores, minha sensação era que ele incentivava os alunos, mas depois de algum tempo tudo cessou, mas até você fazer a pessoa entender, você já está com o psicológico debilitado, parece que nada mais faz sentido (Regina).*

Esses relatos me trazem a Silva *et al.* (2011), que sugerem a necessidade de pensar uma estratégia pedagógica para tais situações, considerando-as desvios de conduta e proporcionar atividades, dinâmicas de grupo, exercícios corporais e dramatizações capazes de promover processos de conscientização que levem a mudanças de atitude entre estudantes e professores das universidades, colégios e locais públicos, bem como entre os demais servidores da instituição. Os autores reiteram que, ao tratar o tema da diversidade cultural indígena por meio do currículo e ações pedagógicas, as instituições de ensino não devem discuti-lo como categorias de exotismo e objetos de curiosidade, pois isso não colaborar com o reconhecimento da cultura indígena nas universidades públicas no Brasil.

*q) Acredito que deveria ter política afirmativa voltada especificamente aos estudantes indígenas, que eles possam sentir amparado e ter um apoio (Regina).*

*r) Eu particularmente fui bem recebida pelos professores e alunos. Apesar de ser um curso de elite, e por eu, além de indígena, já ser mãe, mulher, estar no meio daqueles jovens, no início achei que seria difícil, porém os alunos foram bem colegas, o que não acontece sempre isso ser bem recebido (Fátima).*

- s) *Eu fui bem acolhida por ser um curso de Direito, os professores sempre me apoiaram, eu não tive problemas com professores (Silvana).*

Segundo Ferri e Bagnato (2018), para que aconteçam mudanças é “[...] necessário identificar e compreender os interstícios (lugares entre os espaços que permitem que mudanças e resistências ocorram em momentos diferentes)” (FERRI; BAGNATO 2018, p. 69). Em seu relato, a própria estudante afirma não ter sofrido racismo ou preconceito em seu curso, mas sabemos que outros alunos sofreram ou sofrem. Eu mesmo tive que encarar muitos desafios quando me deparei com o mundo universitário, mas venci a barreira e hoje estou aqui para contar experiências. Os avanços não são rápidos, mas podem ser percebidos nas entrevistas. Um exemplo disso é a presente pesquisa, que foi proposta por mim para discutir a questão do racismo contra pessoas indígenas. Propus esse trabalho considerando que ele ajudaria a mudar a visão dos que nos olham e nos veem como pessoas que não têm capacidades de estar na academia.

Tal fato pode ser entendido considerando que a Educação Superior de todo Paraná e no Brasil, por diversas vezes, tem sido um “veículo de projeção, de padrões e modelos que impedem o verdadeiro conhecimento, privilegiando um conhecimento dado e assimilado” como afirma Gusmão (2003, p. 92). As respostas dos participantes deste trabalho mostram que precisamos valorizar a cultura que nossos ancestrais nos deixaram. No entanto, muitas vezes, esses conhecimentos são proibidos de serem repassados aos estudantes, aos professores das universidades, porque no entendimento das IES estamos sendo ensinados da forma que elas querem, mas possuímos nossos próprios conhecimentos. Por esse motivo muitos jovens deixam de concluir seus cursos porque às vezes não têm amparo específico para estudantes indígenas, como relatam os estudantes entrevistados.

Aqui estamos falando de racismo institucional, uma vez que ele não se resume a comportamentos individuais, mas é tratado como o resultado do funcionamento das instituições, que passam a atuar em uma dinâmica que confere, ainda que indiretamente, desvantagens e privilégios com base na raça (ALMEIDA, 2019).

- d) O papel do racismo na evasão dos estudantes indígenas:

Podemos dizer que o racismo é o principal fator da desistência de muitos estudantes indígenas das universidades?

Para a participante Silvana,

t) *A desistência, a evasão acontecem relacionadas aos mais diversos fatores ou causa, por exemplo, bolsa, casamento, gravidez precoce, filhos, desmotivação dos alunos. Porém a causa maior é o choque cultural e a falta de adaptação, isso ocorre desde o ensino básico ao fundamental, mas na educação superior as causas são mais específicas. O que falta é a capacitação dos professores da educação superior em não saberem lidarem com os preconceitos dos alunos. A instituição de ensino precisa aprimorar as suas relações com a cultura indígena e sua prática, como forma também de contribuir para reduzir as desigualdades sociais, especialmente por meio dos processos de educação que envolvem os alunos. (Silvana)*

Concluo que o racismo é um componente importante nas causas da evasão, especialmente por causa do impacto mental que causa aos alunos indígenas que entram na faculdade. Por causa do racismo, eles sentem que não têm apoio para continuar seus estudos e duvidam de sua própria capacidade de permanecer na universidade.

u) *Sobre a desistência de muitos acadêmicos que teve do meu curso, acho que é a falta de conhecer o que é a enfermagem, quais são as disciplinas, a falta de convívio entre nós, Indígenas. Muitos desistem por falta de apoio da família, às vezes por falta de dinheiro que enfrentamos, a vinda da aldeia pra uma cidade, até mesmo pela comida. Eu quase desisti, mas tive apoio dos meus familiares e continuei, meu esposo e meus filhos vieram morar comigo e foi mais fácil a minha adaptação. Às vezes é por falta de amigos, ser olhada de uma forma que menospreza em relação a ser indígena (Fátima).*

É claro que dificuldades financeiras também podem ocasionar desistência, tal como aponta Amaral (2010). Quando eu, Alexandre, cheguei na universidade, não tinha onde eu dormir. Eu simplesmente cheguei na cidade sem saber o que fazer. À época, a assistente social do CAOÉ me perguntou: “você já tem lugar para ficar?” Eu simplesmente respondi que não, pois estava sem nenhum dinheiro no bolso. Segundo ela, a única coisa a fazer naquele momento era me alojar na Casa do Estudante de Ponta Grossa (CEUP), provisoriamente, até que eu recebesse a bolsa e encontrasse uma casa adequada para morar. Ela ainda me falou que eu precisava ter cuidado no local, porque lá era muito perigoso, cheio de bandido. Ou seja, colocou um monte de problema na cabeça para eu ficar com medo. É assim que muitas vezes as coisas acontecem com quem está chegando na universidade. Por isso, muitas vezes o estudante não vê outra saída a não ser desistir, já que não tinha apoio adequado.

A participante Regina considera que o racismo tem um grande peso na evasão dos estudantes indígenas da universidade.

- v) *São vários motivos que isso leva a acontecer, falta da família, não conseguem se adaptar ao novo mundo, temos uma vida totalmente diferenciada, temos uma cultura, uma vivência diferenciada, o preconceito também é um dos fatores que influencia para essa desistência, muitos não tem uma boa recepção dentro dos seus cursos. A língua indígena também é um dos fatores que muitos desistem, estamos acostumados com aquela linguagem simples, muitos indígenas falam a língua materna, a adaptação é ainda mais pior, temos que aprender a “Linguagem Acadêmica”. Enfim creio que esses sejam os vários motivos, sem contar que ainda tem mais (Regina).*

Mas considero que, nos últimos anos, houve um movimento que contou com palestras e outros eventos promovidos pela universidade, de modo que a UEPG se tornou muito mais acolhedora do que era antes, já que há reuniões de orientação e instrução para os candidatos aprovados no vestibular e acompanhamento na permanência.

A partir de 2016, por exemplo, quando eu estava no terceiro ano da graduação, eu e minha esposa fomos convidados pelo curso de História para tratar da existência dos estudantes indígenas na UEPG. Foi a primeira vez que eu vi a universidade promover eventos e palestras como esse, reconhecendo a importância das vagas suplementares dos povos indígenas e das cotas raciais. Então houve vários encontros para discutir as culturas indígenas e a presença de negros na universidade.

Outras ações semelhantes passaram a ser promovidas pela própria instituição. Em junho de 2019, a UEPG promoveu uma campanha contra todas as formas de assédio e discriminações na instituição. O combate à violência; à apologia ao nazismo; ao racismo e preconceito. Através dessas ações, podemos dizer que os acadêmicos indígenas estão sendo cada vez mais reconhecidos dentro da UEPG. CUIA, PRAE e DAAD sempre estão presentes no combate ao preconceito. Pela primeira vez traduziu o material escrito de orientação aos calouros também para o Kaingang e Guarani, tradução essa que foi realizada pelos próprios estudantes indígenas da instituição. Esse material ajudou muito na compreensão da linguagem.

Por fim, esses eram os últimos relatos relacionadas ao racismo contra estudantes indígenas da UEPG dos participantes dessa pesquisa. Podemos perceber que algumas respostas estão relacionadas ao fato de que o racismo contra as culturas indígenas está ligado

ao desconhecimento de outras culturas. Mas a natureza é cheia de surpresas e nessas surpresas estão a esperança e a perseverança que podem fazer com que, em algum momento, arranquemos esse mal pela raiz que está na mente das pessoas e fazer com que elas aceitem que estamos aqui e vamos resistir. Nesse momento, os problemas que nos deixam preocupados poderão deixar de existir de um dia para o outro, mas enquanto o racismo existir vamos lutar. Que o espírito dos ancestrais possam nos dar forças para continuarmos a resistir na terra.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O racismo contra os povos indígenas é um triste legado da invasão dos europeus, que iniciou em 1500, neste território que hoje se chama Brasil. Nós, indígenas que vivemos aqui, não nos víamos e nem nos vemos como um povo só, único. Reconhecíamos as diferenças que existiam e ainda existem entre nós e as respeitávamos e nos respeitamos. Tínhamos animosidades entre nós, o que gerava constantes conflitos, mas esses conflitos tinham como objetivo defender nossos territórios.

O racismo nasceu pela implantação da noção de *homem universal*, estabelecida pela filosofia moderna, que passou a impedir a aceitação de formas outras de organização social tais como a nossa, do povo Guarani. A ideia de raça como conhecemos atualmente é um conceito central que permite que, ao mesmo tempo, os europeus sejam tidos como racionais e promovam a destruição de outras formas de vida por meio da escravização dos *diferentes*. A própria ideia de classificar as pessoas é uma estratégia dos europeus invasores para submeter à branquitude todos os demais povos.

Mesmo que não exista Brasil sem racismo, a História oficial nega que ele existe, uma vez que a branquitude defende que aparentemente todos vivem em uma democracia racial, a qual, na verdade, serve apenas como subterfúgio para que a mesma branquitude negue a dura realidade: a de que este país se ergueu sobre a violência do colonialismo, que ocasionou o genocídio dos povos ordinários, em função da imposição do modo de vida da branquitude.

Decidi realizar essa pesquisa para contar o outro lado da história, para enfim contar a verdade. Neste trabalho, trago as experiências de racismo vividas por estudantes indígenas dentro da Universidade Estadual de Ponta Grossa, para mostrar que, para nós, indígenas, a colonização não acabou. Nesse sentido, busco provocar mudanças no cotidiano das pessoas que causam essas violências contra nós. Acredito que podemos trabalhar para que o racismo seja enfrentado no espaço universitário, como forma de lutar por igualdade social, pois só ela pode mudar o mundo.

O racismo contra nós, indígenas, está presente em todo lugar. Na mente da sociedade brasileira ele já está enraizado. Por essa razão, onde um indígena estiver, ele estará sujeito a sofrer racismo por parte da sociedade branca. Ela nos vê como sujeitos que não deviam ocupar determinados lugares ou espaços, porque não nos vê como pessoas.

Já a universidade é, em tese, um espaço social e cultural e deveria receber diferentes tipos de ideias. Deveria ser um lugar de ideias, mas isso ainda não acontece, a partir do

momento que aceita apenas algumas ideias. Se nós, indígenas, quisermos ficar na universidade, temos que aprender essas ideias, não há espaço para compartilharmos os conhecimentos que nós já temos, que aprendemos com nossos ancestrais, conhecimentos que têm dezenas de milhares de anos.

Ainda este ano, no contexto do curso de agronomia da UEPG, ocorreu uma situação de racismo bastante grave. Neste episódio, estudantes, em grupo de *WhatsApp*, trocaram mensagens de cunho racista, homofóbico e neonazista. O ocorrido foi denunciado e a universidade não deixou passar. Está investigando o ocorrido e os envolvidos foram suspensos das aulas. Esse exemplo mostra o quanto situações de racismo ainda estão muito presentes, mesmo dentro de uma universidade e em 2022. Mas apesar disso, nós, indígenas, seguiremos resistindo e estaremos aqui para ocupar nosso espaço. É por nossa resistência que ainda estamos aqui.

Em relação aos resultados que pude levantar por meio deste trabalho, posso afirmar que os/as estudantes indígenas da UEPG sofrem racismo estrutural, institucional e cotidiano, nos termos de Kilomba (2021). As situações mais graves apontadas pelos/as estudantes fazem referência a palavras ofensivas proferidas por alunos e professores, principalmente no curso de medicina, em que docentes dizem com todas as letras que o/a indígena deveria escolher outro curso, que fosse mais fácil, porque ele/a não teria capacidade para fazer aquele curso como os demais. Eu mesmo tive que ficar calado por muito tempo quando me diziam coisas similares.

O triste é que, por mais graves que sejam as situações de racismo, às vezes o medo de retaliação não deixa os alunos indígenas tomarem providências em relação aos agressores. Uma estudante também mencionou como se sentia julgada em relação à sua capacidade de realizar avaliações e acompanhar as disciplinas: se reprovasse é porque era burra; se passasse é porque recebeu ajuda de alguém.

As políticas afirmativas do estado e da UEPG são apontadas pelos/as participantes como fundamentais no acesso e permanência no Ensino Superior. No entanto, são motivo de atos de racismo por discentes e docentes não-indígenas. O auxílio-permanência é muito criticado por estudantes não-indígenas que alegam que “ah, assim quero ser indígena também”, “é fácil para você fazer universidade”, pelo fato de receberem a bolsa. A inteligência dos estudantes também é posta em xeque em função do vestibular específico, que estudantes e docentes não-indígenas julgam ser mais fácil que o vestibular universal, mesmo que desconheçam como esse vestibular se organiza. Quando, por exemplo, os participantes

contam a discentes e docentes não-indígenas que no vestibular indígena há uma prova oral com banca de dois avaliadores, estes ficam impressionados.

Ainda no curso de medicina, uma participante relata a existência de prática de realização de bolão de apostas para ver quem vai tirar a nota mais baixa em cada prova. Os mais “votados” sempre são estudantes cotistas de escola pública, negros e indígenas. Ela conta que saber que seu nome foi incluído no bolão a atingiu psicologicamente numa extensão imensa. Esta mesma participante contou também que ouviu de uma professora que “tem cota para entrar, mas não tem para sair”, insinuando que ela não teria *facilidades* para concluir o curso, como, na opinião dela, teve para ingressar na universidade, embora se trate de uma política pública estadual. Aliás, esta mesma professora disse várias vezes que não concorda com esta política, porque é uma forma de “entrar pela porta dos fundos”.

O racismo é um componente importante na evasão dos estudantes indígenas, pois ele é consequência do choque cultural e da falta de adaptação – de acolhimento, na verdade – à instituição. Por fim, ainda há a ignorância da existência de estudantes indígenas na instituição, no curso e na sala de aula. Nesse sentido, uma participante alega que isso se deve à falta de “capacitação dos professores da educação superior em não saberem lidarem com os preconceitos dos alunos. A instituição de ensino precisa aprimorar as suas relações com a cultura indígena e sua prática, como forma também de contribuir para reduzir as desigualdades sociais, especialmente por meio dos processos de educação que envolvem os alunos”.

Como disse ao longo do trabalho, nos últimos cinco (5) anos a UEPG tem se aprimorado em relação ao acolhimento dos/as estudantes indígenas. A CUIA e a PRAE têm acompanhado os/as estudantes, orientando caso haja algum acontecimento dessa natureza. Os/as estudantes são orientados a comunicar imediatamente o órgão responsável, o que tem feito com que, atualmente, os/as estudantes se sintam mais seguros na universidade. Na minha visão, a UEPG deve seguir trabalhando assim, para que ela esteja cada vez mais preparada para receber a cultura indígena dentro da instituição.

Um exemplo do que ainda precisa ser feito é a atualização dos currículos de modo que eles aceitem nossas referências e nossos conhecimentos e uma expansão das cotas para indígenas na pós-graduação, o que hoje é feito individualmente pelos programas.

Para que os/as estudantes possam combater o racismo dentro da UEPG sugiro que os/as alunos/as indígenas fiquem atentos aos acontecimentos. Caso sejam vítimas de racismo, devem denunciar em todas as instâncias – no colegiado de curso, na PRAE e na CUIA. Se se sentirem inseguros quanto à denúncia, devem procurar algum apoio ou ajuda de algum



docente ou colega para denunciar esses crimes de racismo. Sugiro que, além de fazer a denúncia dentro da instituição, devem apresentar denúncia junto ao ministério público estadual, que o órgão que nos ampara. Vamos nos unir e vencer essas batalhas que muitas vezes nos impedem de continuar. Temos que romper as barreiras do medo e da vergonha de denunciar.

Termino essa dissertação dizendo que fazê-la foi uma experiência muito boa. Tive que trabalhar muito para que ela saísse da melhor forma, pois esse trabalho não servirá somente para minha pessoa, mas também para outros indígenas que poderão ocupar o mesmo espaço que ocupei. Devo dizer que, nas universidades, há espaços abertos a receber os povos indígenas do Paraná. Pude experimentar o que é ser pesquisador no Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da UEPG e recebi ajuda de professores e colegas para que essa dissertação pudesse ser finalizada. Aos parentes indígenas, vamos lutar e conquistar cada vez mais espaço. Um dia essa universidade pode se tornar verdadeiramente um espaço para nós, indígenas. Sigamos valorizamos o estudo e incentivando nossos jovens.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

AMARAL, W. R. do. **As trajetórias dos estudantes indígenas nas universidades estaduais do Paraná**: sujeitos e pertencimentos. 2010. 594 f. Tese (Doutorado em Educação) – Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

A.P.M.F COLÉGIO RURAL ESTADUAL INDÍGENA RIO DAS COBRAS. Disponível em: <https://apmf-colegio-rural-estadual-indigena-rio-das-cobras.negocio.site/>. Acesso em 16 Fev. 2023.

ASSISTÊNCIA SOCIAL DE UMUARAMA VISITA ALDEIA RIO DAS COBRAS, EM NOVA LARANJEIRAS. Disponível em: <https://www.umuarama.pr.gov.br/noticias/assistencia-social/assistencia-social-de-umuarama-visita-aldeia-rio-das-cobras-em-nova-laranjeiras>. Acesso em 16 Fev. 2023.

BERTH, Joice. **Empoderamento** São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

BRASIL. **Lei 11.645/08 de 10 de Março de 2008**. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília.

CASTIONI, Remi; MELO, Adriana Almeida Sales de; NASCIMENTO, Paulo Meyer; RAMOS, Daniela Lima. Universidades federais na pandemia da Covid-19: acesso discente à internet e ensino remoto emergencial. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v.29, n.111, p. 399-419, abr./jun. 2021.

CEPAL/ONU. **Os Povos Indígenas na América Latina**. Síntese. Avanços na última década e desafios pendentes para a garantia de seus direitos. ONU: Santiago/Chile, 2015. Disponível em <https://www.cepal.org/fr/infografias/los-pueblos-indigenas-en-america-latina#:~:text=Se%20estima%20que%2C%20para%20el,y%20normativas%20especiales%20para%20ello>>. Acesso em 07 Ago. 2022.

COELHO TAKARIJU, Felipe Iaru Yê. **Alienindi: Os portais do mundo**. Ponta Grossa: UEPG-PROEX, 2021.

CONHEÇA o brasil – população: indígenas. Disponível em <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/20506-indigenas.html#:~:text=De%20acordo%20com%20os%20dados,em%20terras%20ind%C3%ADgenas%20oficialmente%20reconhecidas>>. Acesso em 07 Ago. 2022.

CRESCER número de brasileiros que se declaram pretos e pardos. Disponível em <https://www.nexojornal.com.br/extra/2022/07/22/Cresce-n%C3%BAmero-de-brasileiros-que-se-declaram-pretos-e-pardos#:~:text=De%202012%20a%202021%2C%20a,que%20n%C3%A3o%20fazem%20auto-declara%C3%A7%C3%A3o%20racial>>. Acesso em 07 Ago. 2022.

DE GEORGE, Iozodara Telma Branca. **Conhecimentos (Etno) matemáticos de professores Guarani do Paraná**. 2011. 165 f. Dissertação (Mestrado em Educação e em Matemática) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

DIFERENTES calendários. Disponível em: <https://knowken.wordpress.com/tag/calendario-tupi-guarani/>. Acesso em 07 Ago. 2022.

DISCRIMINAÇÃO contra indígena por sua etnia ou cor também é racismo. Disponível em <<https://www.defensoria.am.def.br/post/discrimina%C3%A7%C3%A3o-contra-ind%C3%ADgena-por-sua-etnia-ou-cor-tamb%C3%A9m-%C3%A9-racismo>>. Acesso em 07 Ago. 2022.

ENTREVISTA com ailton krenak. Disponível em <<https://www.correiodopovo.com.br/blogs/juremirmachado/entrevista-com-ailton-krenak-1.524763>>. Acesso em 07 Ago. 2022.

FAUSTINO, Rosângela Célia; NOVAK, M. S. J; CIPRIANO, S. Vanfej. A presença indígena na universidade: acesso e permanência de estudantes Kaingang e Guarani no Ensino Superior do Paraná. **Revista Cocar** (UEPA), v. 7, p. 69-81, 2013.

FERRI, Erika Kaneta; BAGNATO, Maria Helena Salgado. Políticas públicas de Ação Afirmativa para indígenas na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul: a visão dos implementadores. **Pro-posições**. V. 29, N. 1 (86), jan./abr. 2018, p. 54-82.

GUERRA, Vânia M. L.; SANTOS, Grazielle F. Um olhar discursivo-desconstrutivo sobre representações na Carta Aberta “Contra o genocídio da população indígena”. **RUA**, v. 26, p. 631-652, 2020.

GUIMARÃES, A. S. A. Racismo e Anti-Racismo no Brasil. **NOVOS ESTUDOS CEBRAP**, n. 43, p. 26-44, 1995.

GUSMÃO, Neusa M. Os desafios da diversidade na escola. In: GUSMÃO, Neusa M. (Org.). **Diversidade, cultura e educação: olhares cruzados**. São Paulo: Biruta, 2003. p. 83-105.

JECUPÉ, Olívio. **A invasão**. São Paulo: Ed. Urutau, 2020.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LADEIRA, Maria Inês. **O caminhar sob a luz: o território mbya à beira do oceano**. 1992. 230 f. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1992.

LAMAS, Fernando Gaudereto; BRAGA, G.; MAYRINK, N. Os indígenas nos livros didáticos: uma abordagem crítica. **CADERNOS DE ESTUDOS E PESQUISA NA EDUCAÇÃO BÁSICA**, v. 2, p. 124-139, 2016.

LITTLE, E. Paul. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. **Anuário Antropológico**, Rio de Janeiro, ano 2002-2003, p. 251-290, 2004. Disponível em: <[http://www.dan.unb.br/images/pdf/anuario\\_antropologico/Separatas%202002-2003/2002-2003\\_paullittle.pdf](http://www.dan.unb.br/images/pdf/anuario_antropologico/Separatas%202002-2003/2002-2003_paullittle.pdf)>. Acesso em: 12 nov. 2018.

LUCIANO BANIWA, Gersem dos Santos. **O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje**. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional: Brasília, 2006.

MILANEZ, F.; SA, L.; KRENAK, A.; CRUZ, F. S. M.; RAMOS, E. U.; JESUS, G. S. Existência e diferença: o racismo contra os povos indígenas. **REVISTA DIREITO E PRÁXIS**, v. 10, p. 2161-2181, 2019.

MOEHLECKE, Sabrina. Ação Afirmativa: História e Debates no Brasil. **CADERNOS DE PESQUISA** (FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. IMPRESSO), São Paulo, v. 117, p. 197-218, 2003.

MOREIRA, Geraldo; MOREIRA, Wanderley Cardoso. **Calendário cosmológico: os símbolos e as principais constelações na visão Guarani**. 2015. 52 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

MOREIRA, Marcos. **Visão Guarani sobre o Tekoa: Relato do pensamento dos anciões e líderes espirituais sobre o território**. 2015. 22 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

NUNES, V. S.; PIZZIO, A. Indígenas nas universidades públicas: análise acerca das legislações que instituíram as cotas. **HUMANIDADES & INOVAÇÃO**, v. 7, p. 175-182, 2020.

PEIXOTO, Kércia P. F. Racismo Contra Indígenas: reconhecer é combater. **REVISTA ANTHROPOLOGICAS**, v. 28 (2), p. 27-56, 2017.

POVOS indígenas do brasil. Disponível em <<https://www.survivalbrasil.org/povos/indios-brasileiros#:~:text=A%20hist%C3%B3ria%20dos%20povos%20ind%C3%ADgenas,em%20cerca%20de%202.000%20grupos>>. Acesso em 07 Ago. 2022.

POVOS indígenas. Disponível em <<https://institutoiepe.org.br/povos-indigenas/>>. Acesso em 07 Ago. 2022.

SILVA, G. J.; SOUZA, J. L. Educar para a diversidade étnico-racial e cultural: desafios da educação inclusiva no Brasil. **Inter-Ação: Rev. Fac. Educ. UFG**, 33 (1): 169-192, jan./jun. 2008.

SOUZA, Samuel de. **Mitologia guarani: O significado da natureza para o Guarani: uma relação de vida para a cultura local**. 2015. 49 f. Trabalho de Conclusão de Curso (licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

STRACHULSKI, J.; SILVA, A. de A.; FLORIANI, N.; ALVES, J. N. K. Os Kaingang da Terra Indígena Faxinal: a configuração atual das práticas socioculturais territoriais. **Caminhos da Geografia** (UFU. Online), v. 19, p. 307-325, 2018.

TESTA, Adriana Queiroz. Entre o canto e a caneta: oralidade, escrita e conhecimento entre os Guarani Mbya. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 34, n. 2, p. 291-307, maio/ago. 2008

TUHIWAI SMITH, Linda. **Descolonizando metodologias**: pesquisa e povos indígenas. Curitiba: Editora UFPR, 2018.

UNIVERSIDADE Estadual de Ponta Grossa (UEPG). PRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS ESTUDANTIS (PRAE). **Relatório de atividades 2020/2021**. Ponta Grossa: Gráfica UEPG, 2021. Disponível em: [https://www2.uepg.br/prae/wp-content/uploads/sites/18/2021/09/revisao2\\_prae.pdf](https://www2.uepg.br/prae/wp-content/uploads/sites/18/2021/09/revisao2_prae.pdf). Consultado em 12 nov. 2022.

**ANEXO A – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS ESTUDANTES**

Aqui está o roteiro de entrevista usado com alunos que aceitaram a fazer entrevista por e-mail, WhatsApp e google Meet, e nessa questão estão as perguntas relacionadas ao preconceito e racismo dentro da Universidade. Não é apenas um questionário, as perguntas não pretendem obter respostas que estão escondidas em livros didáticos e na internet, mas sim obter ideias de compartilhar histórias de pessoas diferentes existentes em todo o País, mas voltadas a realidade vivida pelos estudantes indígenas na UEPG, as respostas e relatos não precisam estar ligados uma questão de relações pessoais de cada participante dessa entrevista. Na verdade, é um roteiro organizado conforme a pessoa poderia entender e responder de uma maneira tranquila. Para o aluno se sentir à vontade e responder como ela achar melhor.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA  
**PPGEL - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DA LINGUAGEM**  
**DISSERTAÇÃO: RACISMO – A LUTA DIÁRIA E DESAFIO DA APRENDIZAGEM DO ESTUDANTE**  
**INDÍGENA NA UNIVERSIDADE**  
**AUTOR: ALEXANDRE KUARAY DE QUADROS**

Esta entrevista tem como objetivo conhecer os desafios enfrentados pelos acadêmicos indígenas na universidade, dentro e fora da sala de aula, a fim de entender e compreender como esses tais problemas são vistos dentro e fora da sociedade acadêmica.

As perguntas abaixo as quais você responderá têm perguntas relacionadas ao racismo e preconceito relacionados à cultura indígena na Universidade.

Papel das políticas afirmativas

Situações de racismo vivenciadas/ presenciadas por ser indígena na escola, universidade

O papel da instituição para prevenir o racismo contra estudantes indígenas

O papel do racismo na evasão dos estudantes indígenas

**Roteiro**

- 01) Fale um pouco sobre você: onde mora, a que etnia pertence, de que terra indígena vem;
- 02) O que você pensa sobre políticas afirmativas? Acha que são importantes?
- 03) Em relação à sua etnia, já sofreu racismo por você ser indígena? Em que lugar(es)? Relate a situação.
- 04) Já sofreu racismo por ser indígena na escola, na sala de aula? Relate a situação.
- 05) E na universidade? Já sofreu racismo por ser indígena? Relate a situação.
- 06) Ainda na universidade, você já presenciou alguém sofrer por preconceito dentro ou fora da universidade, como na sala de estudo ou estágio? Relate.
- 07) Se existe racismo contra estudantes indígenas na universidade, qual o papel da instituição para minimizar o fato? O que ela deve fazer para que isso não ocorra?
- 08) Quando você chegou pela primeira vez na universidade, como foi recebido(a) pela turma? Como foi a reação deles ao saber que você é indígena?
- 09) Como os professores do curso receberam você? Como foi/é sua relação com eles?
- 10) Com relação ao curso que você escolheu, você acha que nele há espaço para a troca de conhecimentos? O seu curso é receptivo aos saberes tradicionais? Caso seja, em que sentido/de que modo?
- 11) Na sua opinião, como a universidade poderia ajudar para solucionar os problemas enfrentados por estudantes indígenas, ou seja, o que seria importante fazer para combater o racismo?
- 12) Com relação aos problemas, sabemos que muitos estudantes indígenas que vêm para a universidade em pouco tempo desistem. Qual é a sua opinião sobre este fato? Por que você acha que isso acontece?